CONTO COM ELAS:

Histórias e Memórias das Primeiras Mulheres Advogadas em Brusque

Titulares Conselho Editorial

Claudemir Aparecido Lopes
Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop
Carla Zenita do Nascimento
Luana Franciele Fernandes Alves
Sidnei Gripa
Rosana Paza
Wallace Nóbrega Lopo
Jeisa Benevenuti
Ricardo José Engel
Eliane Kormann Tomazoni
Pastor Claudio Siegfried Schefer

Suplentes Conselho Editorial

Edinéia Pereira da Silva
Arthur Timm
Angela Sikorski Santos
Luzia de Miranda Meurer
Fernando Luis Merízio
Sergio Rubens Fantini
Rodrigo Blödorn
Julia Wakiuchi
Rafael Niebuhr Maia de Oliveira
Joel Haroldo Baade
Jorge Paulo Krieger Filho

Produção EditorialEquipe Editora da UNIFEBE

Projeto Gráfico e Diagramação

Peterson Paulo Vanzuita

Peterson Paulo vanzun

Revisão Rosana Paza



Reitora

Rosemari Glatz

Vice-Reitor e Pró-Reitor de Administração Sergio Rubens Fantini

Pró-Reitor de Graduação Sidnei Gripa

Pró-Reitora de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura Edinéia Pereira da Silva

Coordenação Editorial Claudemir Aparecido Lopes

Esta publicação compõe-se de texto avaliado e selecionado nos termos Edital de Chamada Pública para publicação de livros de Nº 55/2020, da Editora da UNIFEBE. Meios de publicação: impresso e ebook.

ORGANIZADORA: Ildete Regina Vale da Silva

CONTO COM ELAS: Histórias e Memórias das Primeiras Mulheres Advogadas em Brusque

Revisado por: Rosana Paza



Editora UNIFEBE

Centro Universitário de Brusque - Fundação Educacional de Brusque - FEBE

Endereço: Rua Dorval Luz, 123, Bairro Santa Terezinha

Brusque - SC, CEP: 88352-400

Caixa Postal: 1501 Telefone: (47) 3211-7000 Site: www.unifebe.edu.br E-mail: editora@unifebe.edu.br

Conto com elas: histórias e memórias das primeiras mulheres advogadas em Brusque/ Ildete Regina Vale da Silva (org.). - Brusque: Ed. UNIFEBE, 2021.

182 p.: il. color; 12 MB.

ISBN 978-65-86346-22-0

1. Direito. 2 Advogados. 3. Mulheres. I. Silva, Ildete Regina Vale da Silva.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada por Bibliotecária - CRB 14/727

Copyright © 2021 Editora da UNIFEBE

Todos os direitos reservados. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Os capítulos/livros são de responsabilidade dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial ou da Editora.

PREFÁCIO

Sinto-me muito honrada e feliz com o convite para prefaciar esta bela obra que registra a maravilhosa história das Advogadas, as quais sempre me inspiraram no exercício da profissão.

"A advocacia não é profissão de covardes!" com este brado, Heráclito Fontoura Sobral Pinto resumiu o incontável número de qualidades exigidas de um profissional da Advocacia. Coragem, dedicação, amor pela profissão, persistência e o diuturno inconformismo com as injustiças são requisitos tão básicos quanto o conhecimento da ciência jurídica.

A única profissão insculpida no texto constitucional, que confere ao Advogado seu indispensável protagonismo na administração da justiça, nem sempre foi uma profissão de fácil acesso às mulheres. Elas precisaram, assim como em todas as demais áreas, a exemplo do direito ao voto, conquistar seu espaço e comprovar que, também na Advocacia, possuem capacidade de lutar pelos direitos dos seus constituintes, atuando em escritórios de advocacia, dividindo salas de audiências, postulando perante tribunais, exercendo plenamente a advocacia em qualquer área do Direito.

Myrthes Gomes de Campos, primeira Advogada do Brasil, por volta do ano de 1890 sentiu na pele os desafios para dar seguimento ao seu sonho de exercer uma carreira jurídica. O primeiro deles, ter que enfrentar o sentimento de escândalo da sua própria família ao saber das suas pretensões de cursar Direito. Se dentro de casa os desafios de Myrthes já pareciam insuperáveis, podemos imaginar o que essa mulher enfrentou para abrir o caminho para as mulheres brasileiras na advocacia.

Desde Myrtes, as conquistas femininas pelo seu espaço na advocacia não pararam. A igualdade "sem distinção de qualquer natureza" prevista na Carta Magna é, sem dúvida, um marco importantíssimo, porém, só um texto legal não é suficiente para que a capacidade da mulher no exercício da advocacia seja compreendida em sua plenitude. Assim, a luta pelo reconhecimento nunca cessou, havendo grandes desafios ainda nos dias atuais.

As Comissões das Mulheres Advogadas existentes em todas as esferas da Ordem dos Advogados do Brasil passaram a constituir um poderoso instrumento na busca do respeito às prerrogativas das Advogadas, e a Sub-



seção de Brusque da OAB/SC, sempre sensível às necessidades dessas profissionais, têm desempenhado um trabalho importantíssimo ao manter ativa e historicamente atuante a sua Comissão da Mulher Advogada.

Após quarenta anos da criação da Subseção Brusquense da Ordem dos Advogados do Brasil, justamente no seio da sua Comissão da Mulher Advogada, nasce a ideia de uma obra, com o intuito de registrar a história das primeiras Advogadas inscritas na Subseção ainda em pleno exercício da advocacia.

As histórias dessas dez exímias Advogadas vão muito além de um simples registro biográfico, oferecendo aos leitores grandes lições de vida, as quais funcionarão como boa "injeção de ânimo" e encorajamento à continuidade na busca do respeito às prerrogativas da Mulher Advogada.

O que proponho a seguir, é convidar o leitor a se aventurar por essas brilhantes páginas, com as mesmas sensações de emoção que acumulei durante a leitura de todas as histórias aqui relatadas, em muitas das quais, certamente, o leitor se surpreenderá e se identificará.

Esta obra se supera, pois, cada capítulo tem sua vinculação à prática advocatícia, destacando os obstáculos do cotidiano, o vivenciado e o vencido por essas mulheres. É nesse sentido que este livro, mais do que um relato da trajetória dessas advogadas, independentemente da idade e dos seus compromissos familiares, torna-se um exemplo de superação de qualquer preconceito a caminho do êxito na profissão que elas escolheram para servir ao próximo.

Na qualidade de Advogada e hoje Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Brusque/SC, sinto orgulho da trajetória dessas pioneiras, que deixaram suas importantes contribuições, e muito grata por todas as lições de inestimável valor. Sinto-me encorajada para dar continuidade à luta pela conquista do nosso espaço, desejando ainda, que este livro desperte em outras Advogadas a vontade de também registrarem suas histórias.

Brusque-SC, março de 2021.

Jordana Cristina Staack Ristow Advogada Vice-Presidente da Subseção de Brusque da OAB/SC Gestão 2019/2021: 22.697.



APRESENTAÇÃO

CONTO COM ELAS – Histórias e Memórias das Primeiras Mulheres Advogadas em Brusque é uma obra fruto da ideia que surge, imediatamente, ao ouvir as histórias de quatro Advogadas homenageadas no dia 8 de março de 2019, por integrarem o quadro das primeiras Mulheres inscritas na Subseção da OAB de Brusque e, que, naquele ano permaneciam (e permanecem) atuantes na advocacia brusquense: Rosana Letzov - OAB/SC 4.986 (precedida, apenas, pelas Advogadas Mulheres Lieselotte Rau – OAB/SC 1.668; Maricília Teresinha Contesini – OAB/SC 1.830; Lourdete Bonomini Gonçalves Ribeiro – OAB/SC 2.112; Salete Martins – OAB/SC 2.133 e Carin Anabela Weyermanns Melo OAB/SC 2.610); Andrea Maria Vieira Bleyer Schlindwein – OAB/SC 6.424; Rosangela Visconti Ristow – OAB/SC 6.775; e Regiane Maria Soprano Moresco – OAB/SC 8.009 (precedida por Karin Dekker Caon Loef – OAB/SC 7.336).

Ouvindo-as, primeiro, dei-me conta de que nossas inspiradoras Mulheres Advogadas, apesar de trilharem uma experiência profissional com pouco mais ou pouco menos de 30 anos, eram extremamente jovens ao mesmo tempo que, paradoxalmente, chocava-me o fato de perceber que esses mesmos 30 anos, no tempo e espaço do projeto civilizatório ocidental, significava muito pouco tempo para que nós, Mulheres, estivéssemos representadas na Advocacia Brusquense.

Cada passagem contada das histórias das suas vidas, naturalmente, fazia-me perceber que o amor à Advocacia marcava a vida de cada uma delas de forma tão significativa ao ponto de acompanhá-las naquelas lembranças e revirarmos as nossas!

Confesso ter feito isso! E foi tão incrível que não havia como deixar de compartilhar essa experiência não só, apenas, com mais Mulheres Advogadas, mas com todas as Mulheres Advogadas de profissão ou advogadas nossas de cada dia, na figura de cada Maria, Ana, Rosana, Andrea, Rosangela, Regiane, entre tantas e tantas que contam e contam histórias de vida e da vida!



Este livro é um convite aos leitores e leitoras a entrarem na narrativa de cada uma das histórias aqui compartilhadas e garanto que muitos e muitas irão se encontrar nelas: seja pela direta citação do seu nome e/ou de um ou diversos parentes e/ou de amigos; seja por ter vivenciado com as Autoras uma ou várias histórias; seja por reconhecer nas histórias delas as mesmas histórias que dariam as suas; seja por aquele caso que faz lembrar um outro e que desse outros se seguirão, reverberando e revirando as suas lembranças, assim como se fez com as nossas naquele Dia Internacional da Mulher do ano de 2019.

Lembro-me de logo ter ido compartilhar a ideia com as organizadoras do evento e responsáveis pela justa e providencial homenagem, Jordana Staack Ristow – Vice-Presidente da Subseção de Brusque e Cristiana Melo Martiniuk Guérios – Presidente da Comissão da Mulher Advogada - e, prontamente foi recepcionada e transmitida às homenageadas presentes com o compromisso de receberem as orientações para elaboração escrita das suas histórias.

Havia observado alguns elementos comuns nas quatro histórias contadas por nossas inspiradoras Mulheres Advogadas, assim, tematizados: a opção pela graduação em Direito; a realidade acadêmica; o cenário político e jurídico brasileiro (transição da ditadura militar para Democracia; prevalência dos Códigos e promulgação da Constituição Brasileira); organização e forma de atuação junto ao Poder Judiciário (situações peculiares de como era e como é); desafio de ser Mulher Advogada (dificuldades e superação ...); uma história que marcou; considerações sobre sua trajetória profissional e mensagem para atual e futura gerações. No decorrer da organização desta obra, percebemos que valia somar o total de 10 histórias, mantendo o critério de estar filiada à Subseção de Brusque e atuante na advocacia brusquense com número de inscrição na OAB/SC até 10 mil. E, nesse recorte, encontramos os nomes de Sabina Terezinha Giuliano Merico, OAB/SC 8.078; Raquel Schoning OAB/SC 8.153; Adriana Bina da Silveira, OAB/SC 8.199; Ligia Regina Boos, OAB/SC 8.399; Silvia Maria Ferreira, OAB/SC 8.416; Elsa Pereira, OAB/SC 8.611; Jane Silvia



Wegner Stauffer, OAB/SC 8.713; Sandra Mara Silveira, OAB/SC 8.789, Taciana Maisa Aguiar Mafra, OAB/SC 9.344; Daniela Zanon – OAB/SC 9.458; Gissele Helmann, OAB/SC 9.677; Cristiana Melo Martiniuk Guerius, OAB/SC 9.845. Porém, ainda que o limite do critério fosse estar filiada à Subseção de Brusque e com número de inscrição na OAB/SC até 10 mil, um dado que não poderia passar despercebido: a Advogada Mulher Mileny Truppel Merico - OAB/SC 10.023 – figurava como a primeira inscrição, nesta Subseção, com o número superior a dez mil. E, não titubeamos em estender o convite à primeira inscrição na Advocacia Brusquense que inaugurava a casa dos 10 mil inscritos na Seccional da OAB de Santa Catarina, por ser, justamente, uma Mulher Advogada.

No decorrer do ano de 2019, tivemos alguns encontros, trocamos ideias e estabelecemos prazos que não conseguimos cumprir por mais que nosso trabalho seja, justamente, cumpri-los. Decidimos dar tempo ao tempo de cada uma das nossas Mulheres Advogadas. Não queríamos perder suas histórias... Findou 2019, veio o novo e marcante ano de 2020: que dobradinha inesquecível... .

Todos fomos afetados e, o tempo de isolamento social, primeiro, nos deu uma falsa sensação de que, permanecer em casa nos daria mais tempo para afazeres tais como o que estávamos contando: que Elas contassem as suas histórias para seguirmos contando com Elas para inspirarem outras histórias.

Mas se tem algo que aprendemos no decorrer do ano 2020, é que "nada do que foi será do jeito que já foi um dia" (Lulu Santos, Como uma onda no mar). E, nada, realmente, foi como já tínhamos visto ou sabido um dia e, para cada uma de nós foi e continua a ser sentido de diferentes formas os desafios do ir e vir da vida que segue em ondas do mar pandêmico, causado pelo novo coronavírus.

Então, chegou 2021 e, no tempo de cada uma das 10 Mulheres Advogadas que, no ano de 2019 seguiam atuando e integrando o quadro das primeiras Mulheres inscritas na Subseção da OAB de Brusque, entregaram suas histórias, dando corpo a essa ideia de reunir em uma obra registros da



escolha de uma profissão, em um tempo não muito distante, era audaciosa e extremamente desafiante em muitos sentidos, principalmente, para uma Mulher.

O objetivo da obra CONTO COM ELAS é contar com histórias de vida e da vida que contam histórias que entrelaçam realidades e sonhos; que mesclam histórias da escolha de uma profissão e da conquistas de espaços pelas Mulheres; histórias que transitam pelo universo jurídico e perpassam por histórias familiares, de amizades, de reconhecimentos; histórias que mexem com nosso imaginário quando nos damos conta dos avanços tecnológicos e do engatinhar do aprimoramento e da ampliação do papel e dos direitos da Mulher na Sociedade.

Enfim, CONTO COM ELAS - Histórias e Memórias das Primeiras Mulheres Advogadas em Brusque - é uma obra que, não tem a pretensão de, apenas, contar histórias, mas contar histórias para inspirar outras histórias.

Uma explicação final: A palavra CONTO no título da obra não tem sentido de gênero literário, porque as narrativas aqui são reais e não imaginativas, mas a expressão CONTO COM ELAS é proposital para evocar os leitores à possibilidade de contar e contar e contar "a beleza de ser um eterno aprendiz", parafraseando a letra da música "O que É, o Que É, de Gonzaguinha.

Brusque/SC, entre o final de verão e início do outono de 2021.

Ildete Regina Vale da Silva Advogada e Doutora em Ciência Jurídica



SUMÁRIO

1 - DECIDI-ME TROCAR O "A" DE ARQUITETA PELO "A" DE ADVOGADA13
Rosana Letzov
2 - LEGADO
3 - MINHA FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E PROFISSÃO43 Rosangela Visconti Ristow
4 - DA ENGENHARIA À ADVOCACIA57 Regiane Maria Soprano Moresco
5 - ADVOGADA E PROFESSORA - MEU DESTINO69 Raquel Schöning
6 - DIREITO, O CAMINHO PARA A CARREIRA E A REALIZAÇÃO PROFISSIONAL
7 - ESTA GRANDE PARTE DA VIDA CHAMADA ADVOCACIA105 Sandra Mara Silveira
8 - MINHA OPÇÃO PELO DIREITO117 Taciana Maísa Aguiar Mafra
9 - LEMBRANÇAS DE UM CAMINHAR129 Cristiana Melo Martiniuk Guerios
10 - A ADVOCACIA E O PERFUME DA JUSTIÇA155 Mileny Truppel Merico





DECIDI TROCAR O "A" DE ARQUITETA PELO "A" DE ADVOGADA

1

Rosana Letzov

Os primeiros anos da minha vida e dos meus estudos foram em União da Vitória/PR, cidade no extremo Sul do Paraná e minha cidade natal. Naqueles anos, 1959 a 1975, pouco me dei conta de que nesse período, a Ditadura Militar foi instaurada no Brasil. Em 1976 ingressei no terceiro ano do Científico (atual ensino médio), no Colégio e Cursinho Positivo, em Curitiba e, em 1977, prestei vestibular para Arquitetura, profissão que havia escolhido para exercer.

Ingressei no Curso de Arquitetura da UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS), no Rio Grande do Sul; e, foi nessa época, que comecei a perceber que vivíamos a Política do Governo Militar do, então, Presidente Ernesto Geisel. Era uma época de cerceamento da liberdade de expressão. Os atos institucionais eram os meios adotados pelos militares para legalizar ações políticas da época. Contudo, no final do Governo Geisel, havia sinais de diminuição da repressão, recordo-me muito de que se falava da revogação do AI5, pela Emenda Constitucional nº 11, em 13/10/1978, e do restabelecimento do Habeas Corpus, contribuindo para o processo de liberação política. Seu sucessor foi o, então, último Presidente Militar, João Batista Figueiredo, que veio a dar maior abertura



ao regime militar, assumindo o governo em março de 1979.

Em meio a esse contexto histórico, meu pai adoeceu e, por essa razão, minha família saiu de Porto União, vindo a residir em Itajaí. E, eu, uma jovem com tantos sonhos e certezas, cursando o primeiro ano de Arquitetura e sem dúvida sobre qual caminho seguir para realizar o sonho de ser uma Arquiteta, tive que, ao final daquele primeiro ano de faculdade, trancar a matrícula e voltar para junto da minha família para ajudar nos cuidados com a saúde do meu pai, guardando no peito a certeza de que, tão logo pudesse, retornaria para dar continuidade à graduação de Arquitetura, no Rio Grande do Sul.

No ano de 1978, com o objetivo de não ficar afastada dos estudos e, também, para fazer amizades, prestei vestibular para o Curso de Estudos Sociais, na Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí – FEPEVI, hoje, UNIVALI - e, ingressando nesse Curso tive a possibilidade de fazer disciplinas do Curso de Direito, para o qual acabei migrando, no ano seguinte, em 1979. Confesso que, inicialmente, essa opção se deu mais por influência familiar e das amizades que fiz: encontrei uma turma muito interessante e fui cativada pela amizade que fizemos para além de as salas de aulas. Costumávamos, juntos, praticar esportes na praia e frequentávamos aquele que foi, por décadas, o mais famoso ponto de encontro da juventude em Balneário Camboriú/SC: o Rancho do Baturité.

Ainda que estivesse bem adaptada à nova realidade, mantinha o interesse e desejo de voltar a cursar Arquitetura na UNISINOS e, para não me distanciar muito do que, na época, era a minha vontade, fui trabalhar como desenhista em um escritório de Engenharia.

Como sempre gostei de estudar, o estudo aliado à parceria vivenciada com as novas amizades, somado com o incentivo dos familiares e às disciplinas - Teoria Geral do Estado e Introdução ao Estudo do Direito, conquistaram-me, aos poucos e, nem me dei conta do quanto já gostava do Curso de Direito. Foi quando percebi que, às vezes, muito cedo, aprendemos que nem tudo na vida acontece exatamente como planejamos e, em meio a tantas mudanças, meu Querido e Amado Pai faleceu... . Sem a



presença física dele, meu sonho de retornar ao Rio Grande de Sul e cursar Arquitetura, mais uma vez, deveria ser adiado: emocionalmente, precisava permanecer próxima da minha família e, consequentemente, com a ausência dele, nossa situação financeira tornou-se incerta.

Não tinha a ilusão de pensar que todos os meus sonhos virariam realidade e, não me surpreendi quando, na minha história, a realidade que não sonhei surgiu no despertar de um sentimento mais intenso imperceptível até então: estava apaixonada pelo Direito! E, prosseguir os estudos do Direito, tornou-se o meu novo sonho. Recordo que, quando tudo isso aconteceu, era época em que no cenário político e jurídico, a Lei da Anistia foi promulgada para reverter os crimes que, entre e 1961 a 1979, o Governo Militar considerou como políticos e, confesso que não foi difícil decidir trocar o "A" de Arquiteta pelo "A" de Advogada! Por certo que resolvi também sair do escritório de Engenharia, sendo, em 1980, selecionada para trabalhar no Banco Sul Brasileiro (no ano 1985, esse Banco sofreu intervenção do Banco Central, sendo, no mesmo ano substituído pelo Banco Meridional do Brasil S/A, que mais tarde se tornou o atual Banco Santander). Trabalhei no atendimento do Setor de Cobrança, auxiliando também no Setor do FGTS que vigorava nos termos da Lei 5.107, de 13/09/1966, e do Regulamento 59.820, de 20/12/1966, marcando meus primeiros contatos com a legislação trabalhista.

No tempo de acadêmica do Curso de Direito, recordo-me de que prevalecia no cenário político e jurídico brasileiro os ranços das restrições dos direitos individuais pelas Edições de Atos Constitucionais. Apesar de a promessa de abertura política, o Governo do Presidente Figueiredo mantinha uma "linha dura" para o processo de democratização no início de seu governo, assunto que era pauta das disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito e Direito Constitucional, e acompanhávamos a condução da transição da Ditadura para um sistema democrático com a extinção dos dois únicos partidos políticos: Aliança Renovadora Nacional - ARENA - e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB -, as eleições de Prefeitos, Vereadores e Deputados Estaduais.



Lembro que no ano de 1983, logo após a enchente que assolou o nosso Vale do Itajaí, desliguei-me do Banco Sul Brasileiro e iniciei estágio no escritório de advocacia do Professor Ronaldo Silva, conhecido Advogado criminalista e Professor de Direito Penal.

Paralelamente, no Curso de Direito, fazia o Estágio Profissionalizante que abrangia a prática processual e atendimento, análise de processos judiciais, acompanhamento de audiências e sessões nos Tribunais Judiciais, bem como visitas a Órgãos Públicos diversos, sempre na prática de Escritório Modelo de Advocacia da FEPEVI. Inclusive, no ano de 1984, fui auxiliar na orientação dos estagiários, vez que estagiava na condição de monitoria. Interessada em aprimorar meus conhecimentos jurídicos e compreender melhor a aplicação do Direito, participei do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Itajaí e, sempre que ocorriam palestras no Curso de Direito, especialmente, aquelas que tinham como tema matérias pertinentes ao Direito Civil e do Direito do Trabalho, lá eu estava! Tanto que optei pelas disciplinas de Direito Brasileiro do Trabalho, Processual do Trabalho e Direito Previdenciário, Acidentes de Trabalhos e Direito Sindical, todas matérias optativas naqueles anos.

Conclui a graduação e colei grau em dezembro de 1984, época em que a redemocratização estava apenas no discurso; e no cenário político e jurídico falava-se em Constituinte e Assembleia Nacional Constituinte, caminho que hoje sabemos ter sido delineado lentamente. O sistema jurídico que estudei era produto do Governo Militar, citando, como exemplo, o Código de Processo Civil de 1973. E, no processo da redemocratização, alguns códigos foram recebendo pequenas modificações: um artigo aqui, outro ali... . E, assim, o Direito brasileiro foi recebendo uma "nova roupagem", tal qual aconteceu com o Código Penal que, pela Lei 7.209/84, sofreu alterações na sua parte geral. No entanto, o Código Civil de 1916 permanecia em estudos (alterado, apenas, em 2002, ou seja, quase 15 anos depois de promulgada a Constituição Brasileira de 1988). Entre outras normas jurídicas que, no decorrer do tempo foram sendo alteradas, cito exemplificativamente, o Decreto Lei 8.312, de janeiro 1984, que aprovou



a nova Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS). As inovações legislativas, além de darem motivos para muito estudo, aguçaram minha percepção do processo de abertura para a democratização, abandonando a forte influência legislativa resultante do regime de ditadura militar.

Registre-se que, embora estivéssemos vivendo uma reabertura política, a retomada da proteção dos direitos individuais só viria mais tarde, com a promulgação Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Na qualidade de acadêmica do Direito já atuava com Carteira de Estagiária de Advogada, sob nº 1.457, expedida em 28/05/1984, com validade até 30/12/1985, e na época, para recebê-la, era necessário estar cursando os dois últimos semestres do curso. Em 05/06/1985, já aprovada no exame da Ordem, realizei a inscrição Provisória de Advogada, com validade até 05/06/1986, porém, a inscrição definitiva no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil registra a data de 30/05/1985. No escritório onde trabalhava, prestávamos serviços de advocacia geral, porém, com mais ênfase na área penal, bem como atendíamos trabalhadores e, principalmente, os empregados em estabelecimentos bancários de Itajaí.

Em março de 1985, eu já formada em Direito e, em meio ao movimento conhecido por "Diretas Já", deu-se a sucessão do então Presidente Figueiredo por eleições indiretas, sendo eleito o Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, porém, não chegou a assumir (faleceu em 21 de abril de 1985). Assim, encerrando o período de ditadura no Brasil, o Vice-Presidente eleito, José Sarney, tornou-se Presidente, época em que havia muitas expectativas de avanços na legislação trabalhista em relação às propostas para um nova Constituição. Contudo, esse processo não foi imediato e apenas depois de 3 anos de muita movimentação da população, que clamava pelas diretas, foi promulgada Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988.

Em 1986 fiz o curso de extensão em Direito Processual Civil, promovido pelo departamento de Direito Civil e Processual Civil e do Trabalho da PUC, São Paulo, oportunidade que busquei, especialmente, por



causa do Plano Cruzado, instituído pelo Governo Sarney, pelo o Decreto-Lei 2.283 de 27/02/1986, seguido do Decreto-Lei 2.284, fatos esses que mereciam estudos e interpretação de Professores que viviam nos grandes centros. Uma nova moeda foi instituída, Plano Cruzado e, no mesmo Decreto foi criado o Seguro Desemprego. Época em que as greves e manifestações dos estudantes pediam pelas "Diretas já", e as manifestações dos Trabalhadores de todo o País demonstravam a frustração com o Plano Cruzado. Esses acontecimentos repercutiram em Brusque: greves e demissões aconteceram nas indústrias, em especial, no setor têxtil. Lembro que, quando cheguei a Brusque, em novembro 1987, os Trabalhadores que haviam aderido às greves, em parte, já haviam impetrado com ações na Justiça do Trabalho. Nos anos de 1987/88, fiz Pós-graduação lato sensu, Especialização em Direito Civil na UNIVALI, e a minha pesquisa/monografia, de final do curso foi o Contrato do Trabalho e como delimitação do tema, a Rescisão do Contrato de Trabalho. Recordo que era uma época muito dificil para a sociedade brasileira: havia demissões e inflação alta; as boas expectativas estavam na instalação, em Brasília, da Assembleia Constituinte, pelo Congresso Nacional, a qual teve início em 1º/2/1987, e os trabalhos encerrados em 22/9/1988, justamente na fase em que escrevia meu trabalho de conclusão do curso de especialização. Vivenciávamos condutas inovadoras por causa das movimentações sócio-políticas e jurídicas, o que resultou muita insegurança sobre o desenvolvimento do tema, visto que a maioria das leis estudadas estava sendo revogadas. Precisávamos conduzir os estudos no plano das relações do direito com a Constituição, uma vez que os reflexos desses novos ditames influenciariam no cenário das relações laborais, para alicerçar a melhoria da condição social dos Trabalhadores.

Em novembro de 1987, um pouco antes da promulgação da Constituição, visualizei uma oportunidade de trabalho em Brusque, depois que fui contratada para trabalhar na assessoria jurídica de cinco sindicatos: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque, Sindicato dos Mestres e Contramestres das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do



Vestuário de Brusque; Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos do Comercio de Brusque e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Brusque. Paralelamente, atendia o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brusque e, ainda, atuei na reestruturação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Brusque. Apesar de as oportunidades que tive, aqueles tempos não foram fáceis, pois havia muitas incertezas, e a insegurança jurídica com as novas leis e interpretações, refletindo, consequentemente, nas decisões dos Tribunais e criando jurisprudências. Nas negociações coletivas surgiram novas cláusulas para ser inseridas nas Convenções, por exemplo: reajustes salariais, manutenção do gatilho salarial com acréscimos de reajustes. Foi igualmente um período marcado por muitos Dissídios Coletivos por causa da inflação alta, uma vez que o Plano Cruzado não conseguiu conter a inflação.

Assolava-nos o medo do passado recente, porque o ano de 1986 tinha sido muito conturbado pelas questões econômicas, com congelamento de preços e aplicação desajustada do gatilho salarial toda vez que a inflação atingisse 20%. Com o fracasso do Plano Cruzado e a necessidade de novos arranjos, o Governo Sarney apresentou o Plano Bresser em junho de 1987, criando a URP (Unidade de Reajuste de Preços). Congelou preços e salários por 90 dias, além de outras medidas que também não deram certo. Em consequência disso, a população, especialmente, os Trabalhadores mais carentes de informações, os quais buscavam notícias e orientações nos Sindicatos, principalmente, com relação ao FGTS e aposentadorias.

Enfim, promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988!

Já no final de 1988, em razão de as crescentes e constantes alterações legislativas, as dúvidas tornaram-se cada vez mais constantes e intensificadas pela realidade vivenciada. Tornou-se primordial investir na atualização e no aprimoramento do conhecimento jurídico, intensificando os estudos e a troca de experiências e conhecimentos. Foi uma época de muito trabalho, inúmeros questionamentos sobre a aplicação do direito,



tornando-se humanamente, impossível atender a todos os Sindicatos para os quais trabalhava, sendo necessário para garantir uma melhor atuação profissional, deixar a assessoria jurídica de uns Sindicatos, permanecendo apenas nos Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque; Sindicato dos Mestres e Contramestres das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Brusque; permanecendo com esses até fim do primeiro semestre de 1990. E, com a dinâmica dos eventos no sindicalismo ainda permaneci com outros dois Sindicatos: dos Empregados em Estabelecimentos do Bancários de Brusque e dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brusque.

Nos primeiros anos do exercício da advocacia, passei ainda pela experiência do Plano Verão e, de mais uma nova moeda: Cruzado Novo, que retirou três zeros do Cruzado. O Plano Verão alterou também o índice de correção da poupança e congelando preços e salários, ocasião em que nossa moeda seguia ao par do dólar e, se antes, já havia muitas dúvidas, essas foram exponencialmente aumentadas, uma vez que ao final, esse plano, da mesma forma pouco conteve a inflação e não vingou. Em resumo, como resultado desse plano econômico, houve perdas na poupança, e muitos foram os entraves sociais, tanto para os Empresários quanto para a classe Trabalhadora. Tudo isso e muito mais aconteceu nos primeiros anos da nova Constituição Brasileira de 1988, a qual, como se sabe, tem o maior conjunto de direitos individuais e sociais que nosso País já vivenciou, tornando-se a esperança do povo brasileiro pelas inovações de proteção de direitos e garantias fundamentais, tal como a melhoria condição social dos Trabalhadores com a redução da jornada de 48 (quarenta e oito) para 44 (quarenta e quatro) horas semanais entre os novos direitos expressos no artigo 7º e seus incisos I ao XXXIV. Muitas questões surgiram em decorrência do conflito entre os Planos Econômicos e a Constituição que, exemplificativamente, com relação aos direitos sociais, pode-se afirmar que muitos foram os avanços e, entre os quais, a legitimidade das entidades associativas representarem, quando expressamente autorizadas, seus filiados



judicial ou extrajudicialmente, conforme disposto no inciso XX, do artigo 5°. Da CRFB/88.

Recordo que, no ano de 1989, foram protocolados processos de Ações Coletivas dos Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brusque e região contra os Bancos (Bamerindus, Bradesco, Unibanco e Banco do Brasil, entre outros), por meio da substituição processual, postulando direitos em nome dos Associados devido às perdas salariais. Nesse mesmo ano, havia cinco processos de bancários no TRT, quantidade essa que, hoje, parece insignificante, mas naquela época significava um avanço, uma vez que o fundamento legal decorria de dispositivo Constitucional. Observo que os novos direitos, advindos da Constituição Brasileira de 1988, aumentaram significativamente o aparato legal, pelo surgimento de novas legislações para assegurar os direitos garantidos constitucionalmente: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – de opcional passou a ser obrigatório; a redução da jornada semanal de 48 para 44 horas; 50% de adicional de horas extras; 1/3 de férias; licença paternidade; licença gestante de 120 dias; a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos, entre outros. Também, assegurou aos empregados domésticos, salário mínimo, irredutibilidade de salários, décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

E, mais: depois de 29 anos sem eleger um Presidente da República, no ano de 1989, os brasileiros puderam votar e eleger pelo voto direto Fernando Collor de Mello. Na sua posse, em 15 de março de 1990, prometeu modernizar a economia e promover avanços políticos - "neoliberalismo" - abrir o mercado para capital estrangeiro, entre outros. Lembro muito bem do impacto do Plano Collor I, um dos primeiros atos daquele governo, confiscando os valores da poupança para quem tinha até NCz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos) e trocando o cruzado novo pelo cruzeiro, o que resultou em mais de 30 processos coletivos propostos por diferentes Sindicatos, no quais se buscavam diferenças das URPs (unidade de referência de preços) e novos direitos estabelecidos na Constituição. Havia muito trabalho e pouco tempo para atender às demandas, pois, além de atender



às ações coletivas, ainda havia o atendimento aos Associados dos Sindicatos e assessoramento à Diretoria do Sintricomb. Havia igualmente muitas ações individuais de empregados que não pertenciam à categoria, como a dos domésticos. Foi uma época de trabalho intenso e foi preciso administrar muito bem o tempo para atender a todas as demandas que surgiam, e conciliar com a participação em cursos, seminários e congressos para atualização em prol do exercício de uma advocacia com responsabilidade e qualidade.

Tempo, tempo... . Anos 90, uma nova década e a última de um milênio, marcada pela maternidade em meio a muito trabalho, estudos e desafios... . Tempo não tão distante cronologicamente, mas imensamente distante tecnologicamente, considerando que, o que eu tinha como instrumento de trabalho era apenas uma máquina elétrica facit, que guardava mil caracteres e..., como se pode imaginar: "muito do meu tempo foi dedicado ao trabalho", a Advocacia, mas, não só!

Para minha sorte, já no primeiro semestre dessa última década do milênio, recebi com alegria a estudante - hoje, Advogada Marili Imhof, respeitadíssima por seu impecável trabalho - e, que muito me ajudou com sua tranquilidade e organização nos processos administrativos da previdência, entre outros.

Foi também nessa fase, que dei início à construção de uma casa, e nela fui morar antes mesmo de ficar pronta.

No segundo semestre de 1990, os contratos de prestação de serviço com os Sindicatos SINTRAFITE, SINDIMESTRE e SINTRIVEST foram encerrados.

Escolhi a maternidade, já passando da casa dos 30 anos, pois, ainda que tivesse o desejo de ser mãe, temia não ter tempo para dar o cuidado e atenção necessária para criação de um filho com responsabilidade e amor que imaginava que sentiria. A avalanche de alterações legislativas que acompanhavam os anos iniciais da minha atividade advocatícia não contribuía para tomar essa decisão, mas quando engravidei ..., minha vida recebeu uma nova luz e todas as preocupações foram dissipadas pela bele-



za do sentimento que a maternidade fez brotar em mim.

Durante as duas gestações trabalhei até um dia antes de meus filhos nascerem e, logo, retornava ao trabalho.

Então, em meio a muito trabalho, meus filhos nasceram e me senti agraciada pela maternidade. Em setembro de 1991 nasceu o primeiro filho e, em junho 1994, a minha filha. Guardo com muito amor no coração, o quanto foi feliz esse tempo de preparação para a chegada daqueles que seriam a razão do meu viver: roupas de enxoval e decoração de seus respectivos quartos, entre tantos outros encantos que a maternidade proporciona. Contudo, confesso não ter sido nada fácil conciliar a advocacia com a maternidade e, meus resguardos foram limitados a dez dias, porque a urgência dos afazeres e dos prazos exigia que retornasse ao trabalho o mais breve possível. Eu precisava estar presente nas negociações coletivas das categorias da Construção e do Mobiliário e dos momentos de políticas salariais para dar maior segurança com relação às negociações que passávamos naquele período de Medidas Provisórias.

A década de 1990 marcou minha vida, porque de repente, vi-me absorvida pelos desafios profissionais em meio aos compromissos familiares, sendo necessário buscar forças e sabedoria para conciliar tudo que reservava essa nova fase da vida e que exigia mais de mim.

Confesso não ter sido fácil conciliar o trabalho na advocacia - prazos, reuniões e audiências – e a criação dos filhos. Muitas vezes precisei levar meus filhos para o escritório e até para reuniões, porque não era possível conciliar as rotinas por causa dessa imprevisibilidade. Precisei de muito esforço e determinação para seguir assessorando os Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brusque.

Decidi que era hora de alugar uma sala simples no Edifício Centenário e abrir meu escritório de Advocacia, atendendo, principalmente, trabalhadores, aposentados, tanto associados como os Sindicatos de forma geral, além de os Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brusque e Região e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústri-



as da Construção e do Mobiliário de Brusque.

Nunca esqueço que, nos anos de 1990 a 1994, as rodadas de negociações que iniciavam no final de março e terminavam em maio, passaram a se estender até o mês de junho/julho de cada ano, em razão de os Dissídios Coletivos protocolados para o SINTRICOMB. Já, com o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, a dificuldade que enfrentávamos nas negociações estava no fato de essas acontecerem fora de Brusque e envolverem a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Catarina, que fazia parte da Executiva Nacional e, essas se davam em nome de todos os bancários de Santa Catarina, na Federação Nacional dos Bancários.

Outro grande desafio e oportunidade veio com a promulgação do Código de Defesa do Consumidor, em setembro de 1990, o qual considero um divisor de águas para advocacia e que, exigiu que eu estudasse com muito afinco, pois trazia muitas novidades para o mundo jurídico nas relações de consumo e, com isso, novas causas surgiam, e os clientes não mais se limitavam aos associados dos Sindicatos laborais. Posso afirmar com toda a certeza, de que foi um tempo auspicioso, inobstante as dificuldades de advogar sozinha e com poucos recursos tecnológicos, a minha extrema dedicação deu resultado positivo. As situações difíceis não me amedrontavam, fazia delas uma oportunidade para o aprendizado e com o tempo fui adquirindo muita experiência e possibilidades financeiras para adquirir meu primeiro computador e modernizar o escritório. Tudo isso acontecia em meio ao conturbado momento político do impeachment de Fernando Collor e de Itamar Franco assumir o governo. Em fevereiro de 1994, o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, lançou o Plano Real, instituindo a Unidade Real de Valores - URV -. A URV foi uma tentativa de controlar a inflação que existia e que era muito alta! Medidas foram lançadas, no pacote da reforma econômica veio, enfim, uma nova moeda que conhecemos até hoje: o Real. E, como resultado, Fernando Henrique Cardoso de Mello é eleito e assume a Presidência do Brasil, em janeiro 1995. Logicamente que, paralelamente às mudanças na política



econômica do Brasil, o trabalho na advocacia aumentava, e a movimentação no meu escritório também. Especialmente as categorias dos Bancários e dos Trabalhadores na Construção e do Mobiliário de Brusque contribuíam para essa movimentação, por causa de novas ações coletivas para a regularidade de vários aspectos da vida sindical, tais como: eleições sindicais, extensão de base para o Sindicato da Construção e prestar assistência jurídica para atendimento e regularização de todas as possibilidades que a vida sindical havia conquistado naquela época. E, no final de agosto de 1994, consegui mudar meu escritório para uma sala própria, endereço profissional que permaneceu até dezembro/2019. Entre 1994 e 1998, muitas foram as Medidas Provisórias editadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e também foi um período de maior dedicação para a família. Recebia muitos amigos e parentes na minha casa, sem me descuidar de, no tempo livre, estudar em casa para me manter atualizada, acompanhando jornais e revistas, principalmente, jurídicas como a Revista LTr. Nesses anos, a minha vida estava em ritmo acelerado e, ainda que estivesse em meio a processos, audiências e atendimentos, resolvi cadastrar-me como Mediador Privado, sendo nomeada, pelo Delegado Regional de Santa Catarina, Francisco Airton Garcia, em 21/12/1995, com validade de 2 anos. Essa foi sem dúvida, outra daquelas fases de muitos estudos e, como resultado, compreendi o mecanismo e o valor da mediação e da conciliação na resolução dos conflitos trabalhistas. Entre os constantes desafios que uma mulher tem, para conciliar carreira e dedicar-se à maternidade, quando, culturalmente, o seu papel na Sociedade é predefinido: ser esposa! Enfrentei outro desafio que não decorre do fato de ser mulher, mas de geração: a tecnologia! Ainda na década de 1990 comecei a ter minhas primeiras experiências com as novas tecnologias: a internet, os programas de computadores e suas atualizações e versões que, se de um lado, cada vez mais facilitavam o trabalho da advocacia e dos operadores do direito, por outro, exigiam habilidades e linguagem para as quais não tínhamos noção de que precisaríamos um dia ter para seguir advogando. E, logo vi a necessidade de instalar um computador em casa.



Como resultado de todo o acúmulo de trabalho e de estudos, somados à atenção e educação dos filhos e aos afazeres da vida familiar, tornava necessário que eu acelerasse mais se quisesse dar conta de tudo. Percebi-me em um processo de autocobrança muito severo: queria atender a todos da melhor forma possível, querendo ser uma profissional competitiva e atuante, e uma esposa e mãe dedicada... . Foi então que percebi a necessidade de colocar o pé no freio! Entendi que havia imposto a mim, um nível de exigência humanamente impossível de manter e, conclui que era tempo de reduzir a carga de trabalho e seguir com qualidade de tempo para dar atenção aos filhos e à família, mas com planos de retomar o ritmo de trabalho, tão logo fosse possível. O que aconteceu no final da década de 1990, com total apoio de meu companheiro e receptividade no trabalho. Com as crianças um pouco maiores, retomei os estudos, matriculando-me em uma especialização - Pós-graduação em Processual Civil (Convênio Furb/Unifebe) - a qual teve duração até setembro de 2000; as aulas eram ministradas em um espaço do Hotel Monthez, e entre o seleto grupo Professores estava o Professor Antonio Carlos Bottan, que veio a ser meu orientador no trabalho de conclusão, com o título "A Conciliação no Juízado Especial de Causas Cíveis". Nessa fase da minha vida em que, especialmente, estava muito entusiasmada com os estudos do Direito, tive a grande oportunidade de compartilhar do mesmo sentimento com a Advogada Raquel Bianchini Mosimann que, com seu valor profissional, sabedoria e amizade, veio enriquecer a minha carreira na Advocacia. No final do ano de 1999, eu e a Raquel iniciamos uma parceria, juntando-se a nós, o Advogado Ernani Bohnen, na época recém-formado e, em seguida, o acadêmico Alfredo Klabunde. Juntos, trabalhamos até meados de 2018; atualmente, permanecemos eu e a Raquel, a quem registro a minha eterna gratidão, admiração e fraterna amizade. Temos em comum a paixão pelo Direito, e a compreensão de que nossa atuação profissional poderia e deveria ser comprometida com a Paz social, sendo essa busca, a nossa inspiração, a qual nos permitiu experiências profissionais muito interessantes e gratificantes, em especial, na tentativa de soluções rápidas e eficazes nos conflitos



trabalhistas. Juntas, enfrentamos os muitos desafios com a prática de uma advocacia comprometida com esse compromisso e, lembro de um fato específico que nos despertou: a LEI No 9.958, de 12 de janeiro de 2000, que instituiu a Comissão de Conciliação Prévia. E, com o apoio das Diretorias dos Sindicatos Patronal e dos Trabalhadores da Construção Civil da época, já na Convenção Coletiva de 2000/2001 foi inserida uma cláusula, instituindo, assim, uma das primeiras Comissões de Conciliação Prévia da região, com atribuição para conciliar os conflitos individuais do trabalho, a qual permanece instalada e inserta na Convenção Coletiva atual da categoria.

Uma nova década e um novo século surgem com os anos 2000; e, com esse marco no tempo, chega também a Lei 9.957/2000, que institui, na Justiça do Trabalho, o Rito Sumaríssimo para as ações com valor inferior ou igual a 40 (quarenta) salários mínimos, o que trouxe mais agilidade processual e reflexos positivos às regras nesse setor.

Ainda no ano de 2000, Associados e alguns integrantes da Diretoria do Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Brusque procuraram nosso Escritório de Advocacia, pela necessidade de darem novo direcionamento às questões sindicais e administrativas, a fim de dar maior visibilidade à representatividade deles perante a comunidade.

Como resultado da sequência das alterações monetárias, as campanhas salariais exigiam muitas negociações, implicando pautas com agendas apertadas e extensas negociações, porém, em regra, chegava-se ao termo final com acordo, especialmente, com os Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brusque.

Entre os Sindicatos que assessorávamos, havia a particularidade da categoria dos empregados em estabelecimentos bancários, na qual as negociações coletivas eram conduzidas tanto nas bases regionais quanto com a diretoria nacional. Na parte que nos competia, trabalhávamos sempre buscando conscientizar os integrantes da categoria sobre a importância da participação de todos nas campanhas salariais.

Com a democracia restabelecida no Brasil, o cenário jurídico e



político entre 2000 e 2002 era perceptivelmente muito diferente do que havia vivenciado na década anterior e, pela primeira vez, um líder da esquerda foi eleito Presidente do Brasil, tomando posse em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse período, entre as várias normas e emendas recordo do Estatuto do Idoso - Lei 10.741, de 1º/10/2003 – que, especialmente, no artigo 71 assegurou prioridade em qualquer instância à pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, quando parte na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais.

A Emenda Constitucional nº. 45, de 8/12/2004 foi outra importante alteração legislativa e que impactou diretamente as relações trabalhistas. A ampliação significativa da competência da Justiça do Trabalho, por meio da nova redação dada ao artigo 114 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atribuiu mais possibilidades de atuação na advocacia trabalhista entre as quais, processar e julgar ações de dano moral e patrimonial decorrentes da relação de trabalho.

Merece registro igualmente a Lei 11.419, de 19/12/2006, a qual dispôs sobre a informatização do processo judicial, admitindo o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais e a possibilidade de criação do Diário da Justiça eletrônico pelos Tribunais. Depois, a Instrução Normativa 30 do TST, publicada em 18/9/2007, regulamentou no âmbito da Justiça do Trabalho, a informatização do processo judicial, exigindo, assim, muito estudo e cursos de informática jurídica.

Ainda, no final de 2006, foi instituído o Estatuto da Microempresa e da Empresa de pequeno porte - Lei Complementar 123 de 14/12/2006 - sendo previsto no seu artigo 75 o incentivo da Conciliação Prévia, Mediação e Arbitragem, reafirmando o reconhecimento desse instituto para solução dos conflitos para os Trabalhadores e Empresários. E, a partir daí, a Comissão de Conciliação Prévia estabelecida nas Convenções Coletivas da Categoria da Construção e do Mobiliário de Brusque e região passou a ser mais ativa, inclusive, na Subsede do Sindicato em Canelinha, contribuindo, assim, para atenuar os procedimentos, tanto em relação às demandas



individuais quanto as coletivas perante a Justiça do Trabalho.

Nesses anos, uma das grandes discussões no judiciário trabalhista, teve como causa a edição da Portaria 42, de 28/03/2007, pelo Ministério do Trabalho e Emprego- MTE- que, visando disciplinar os requisitos para redução do intervalo para repouso e alimentação, admitiu a possibilidade da autorização ser concedido por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho e, não apenas por ato do Ministro, conforme estabelecido no parágrafo 3º. do artigo 71 da CLT. A validade jurídica da Portaria 42/2007, para alterar texto de lei foi objeto de muitas ações trabalhistas e decisões controversas, principalmente, entre os anos de 2010 e 2015. A Portaria 1.095, de 19/05/2010, foi editada para revogar aquela e delegar, privativamente, aos Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego a competência para decidir sobre o pedido de redução de intervalo para repouso ou refeição. Antes, a Portaria 1.510, de 21/8/2009, do MTE foi criada para instituir regras de registro eletrônico do ponto, gerando muitas dúvidas para os Trabalhadores e que, buscavam no Sindicato detalhes e melhores informações sobre o assunto. Em fins de 2009, o trabalho prestado ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários foi encerrado por causa da redução das ações. Nessa primeira década dos anos 2000, nosso escritório atuava predominantemente em ações trabalhistas individuais e coletivas, ações de cumprimento da convenção coletiva e, também, na Comissão de Conciliação Prévia.

A segunda década dos anos 2000 chegou e, em meio a toda essa movimentação profissional, no final de 2011, meu companheiro de uma vida, faleceu ..., deixando um vazio muito grande e trazendo muitos reflexos não só na minha vida familiar, mas afetando também, minha atuação profissional. Foi muito difícil administrar as dificuldades que, naturalmente, surgiram com a ausência dele, tão amado por mim e pelos meus filhos. Meus filhos recém tinham entrado na Universidade e, precisei ter muita cautela e zelo emocional e financeiro: a história se repetia... era como se estivesse vendo a cena de um filme repetido... . Precisei reunir todas as minhas forças e com muita determinação segui incentivando nossos filhos



a continuarem os estudos e concluírem seus cursos da graduação.

A vida seguiu, e eu segui com ela, participando de palestras e cursos do ESA/OAB para atualização profissional e, muito me recordo, quando meados de 2014, a 2ª Vara do Trabalho em Brusque foi criada pela Lei 12.658/12, para funcionar, apenas, com o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), exigindo que, assim como todos os advogados que, eu buscasse a aprimorar os conhecimentos de informática e a participar de aulas e palestras promovidas pela OAB e pelos Tribunais.

No início do ano de 2016, em mais uma daquelas decisões dificeis que só são possíveis de tomar com muito apoio de familiares e amigos, resolvi desligar-me do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário. E, ao parar para escrever e contar um pouco da minha trajetória como Mulher Advogada na condição de umas das primeiras inscrições na Subseção de Brusque da OAB, sinto muito orgulho de ter buscado, nas negociações e conciliações, o equilíbrio e o bom senso necessários para, não são para atingir os objetivos das minhas atribuições, mas para ir além da atuação convencional da advocacia: atuei em grande parte da minha vida profissional como uma negociadora e conciliadora. Nem sempre foi uma tarefa muito fácil, mas sempre procurei encontrar soluções rápidas e efetivas, por se mostrarem mais salutares do que longas demandas.

A vida seguiu seu ritmo na atuação da advocacia, e no métier, também encontrei tempo para desempenhar funções na nossa OAB. Hoje, com sentimento de gratidão às pessoas que auxiliaram na minha caminhada, sou feliz e sinto minha missão parcialmente cumprida ao longo desses 35 anos de advocacia muito se assemelhou às palavras e pensamentos que encontro na Oração de São Francisco:

"Fazei de mim um instrumento de vossa Paz [...].
Ó Mestre, fazei que eu procure mais:
consolar, que ser consolado; compreender,
que ser compreendido; amar, que ser amado."



Deixo aqui o registro de meu imenso agradecimento à Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Brusque e, em especial, à Comissão da Mulher Advogada por nos proporcionar esta oportunidade de relatar um pouco das nossas vidas profissional.

ROSANA LETZOV - OAB/SC. 4.986

"O que importa na vida não é o ponto de partida, mas a caminhada."

Cora Coralina





Legado

Andrea Maria Vieira Bleyer Schlindwein 2

Minha história com o Direito teve início na Universidade FEPEVI (atual UNIVALI) quando ingressei no curso de Direito em 1983 e colei grau em 1987. A inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil Secção Santa Catarina ocorreu em 09/09/1988.

Durante o tempo de faculdade saíamos de Brusque rumo a Itajaí de ônibus. O terminal rodoviário de hoje, como conhecemos, ainda não existia.

Eu era uma das poucas pessoas que tinha carro, um Volkswagen Karmann-Ghia vermelho e dava carona para cinco amigas, fazendo a "via sacra" de entrega de cada uma delas em suas respectivas residências. Era uma verdadeira festa: em dias de muita chuva o limpador não dava conta e a água entrava no carro. Mesmo assim, todas mantinham a carona. Bons tempos!

Não tínhamos celular e se algo acontecesse no trajeto de volta o contato somente era efetuado na chegada, via orelhão. Imaginem quando ocorriam enxurradas - que não foram poucas - a aflição nossa e de nossos familiares sem notícias.

Boas memórias!

Esses 32 anos de experiência jurídica atuante acumulam muitas histórias...



Fiz parte do primeiro escritório de advocacia in- formatizado de Brusque quando junto com Dr. Marcellus Dadam constituímos a Dadam e Bleyer Advogados. Na época produzíamos as petições em um computador Prológica CP500 e imprimiámos em uma impressora matricial. Todo equipamento foi cedido pelo meu sogro, Sr Herbert José Schlindwein que havia adquido outro computador para seu escritório. Certamente era uma inovação para época em que os processos ainda eram autuados de forma manual na distribuição.

O Fórum da Comarca funcionava no Jardim Maluche, e as audiências eram realizadas sermpre de Toga na presença do Juiz, Promotor, Advogados, partes e o Escriv ão, que datilografava o registro do ato, em máquina de escrever manual e somente na modalidade presencial.

Tive o prazer de quando estudante estagiar no referido Fórum na Vara Criminal e atuar como as- sistente do saudoso Dr. Osmar Peron. Este estágio me possibilitou a chance de ter contato com o processo propriamente dito, conhecendo um "Despacho", uma "Sentença", uma Certidão de Prazo, figura do Oficial de Justiça...

Aprendi o andamento processual em todas as suas fases, chegando inclusive ao grau de recurso, entendendo o mecanismo jurídico e podendo, utilizar a teoria aplicada à prática.

Durante todo o tempo da faculdade trabalhei em áreas diversas do Direito, e quando me deparei com minha primeira causa jurídica senti que tinha conhecimento. Contudo, sem a prática para implementar tudo que tinha aprendido durante o curso em razão da diversidade que a carreira judídica possibilita.

Hoje são outros tempos em que um Advogado tem a possibilidade de ter acesso a diversos meios de pesquisa e conteúdo, até mesmo de petições já prontas, coisa que naqueles tempos era inimaginável.

Quando recebíamos uma causa, o processo era concebido única e exclusivamente por nós, e toda a pesquisa era física em livros, códigos e no Diário da Justiça, nos quais as publicações eram feitas.

Vale lembrar que toda a ciência processual era por meio de publicações



físicas no Diário da Justiça, que acompanhados com muito zelo e cuidado, pois ali constavam as datas que serviam de "intimação", ao advogado, para cumprimento de despachos que davam se- guimento ao justo processo legal.

Hoje, temos a facilidade de intimações eletrôni- cas, que tendo contratado um serviço específico para esse fim, nos dão em tempo real os despachos para cumprimento sem a necessária leitura do Diário da Justiça.

As audiências podem ser realizadas por meio de videoconferência, dando ao profissional da área do Di- reito, maior maleabilidade e rapidez. Outro fato inter- essante que jamais imaginei vivenciar é o uso da tec- nologia que, por meio de aplicativos, repassamos aos colegas propostas de acordo, e aos clientes celeridade nas informações.

Quando poderia imaginar estar em uma audiência presencial em que pudesse fotografar a ata da referida audiência que acabou de acontecer diretamente ao es- critório para providências e ainda de processos eletrônicos, peticionamento eletrônico de iniciais e petições in- termediárias.

Ter acesso aos conteúdos digitais que facilitam a pesquisa e que num simples toque de teclado, copi- amos e colamos a matéria que nos interessa, enriquec- endo o conteúdo das peças jurídicas encaminhadas ao judiciário.

Venho de um tempo em que utilizávamos máqui- na de escrever cuja formação se dava por curso de dati-lografia, e as informações eram repassadas via facsímile. Os correios eram imprescindíveis para que as intimações processuais das partes, advogados e testemunhas ocorressem.

Quando da realização de uma audiência, a preocu- pação era constante com as intimações, pois como seguiam via correio nem sempre se formalizavam em tempo do ato. Hoje ocorrem por meio digital.

As assinaturas em petições traziam à peça jurídica a credibilidade necessária ao pleito do cliente, man- ualmente realizada, bem como nas atas de audiência que na atualidade, concretizam-se por assinaturas "digitais".

Quando ingressei no curso de Direito, tinha como meta a carreira Diplomática. Ao longo dos semestres fui aos poucos identificando-me com



a carreira de Advogada e senti que poderia realizar muitas coisas por meio da profissão. E assim, segui...

Ao longo da carreira busquei aprimoramento, desenvolvendo cursos que muito contribuíram para a minha formação pessoal e profissional, dentre eles a minha pós-graduação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), na área de Direito e Negócios Inter- nacionais, curso realizado no período de 1998 a 2000. Ele trouxe a abertura para o entendimento do comércio internacional e suas possibilidades e abriu o campo para assessorar empresas de Trade.

Embora não tenha seguido a carreira de Diplomata, enquanto cursava minha pós-gradução tive uma oportunidade ímpar de estar em Brasília no Itamaraty, na Câmara de Comércio Internacional, por meio do convênio com o curso de pós-graduação da FURB (1999).

Nessa linha de aprimoramento profissional fre- quentei Cursos de Prática Eleitoral, Jornadas sobre te- mas da Justiça Federal, Conferências, Direito Empre- sarial, Contabilidade, Novo Codigo Civil, Contratos de Terceirização e Cooperativismo.

A convite de Universidades e Entidades Civís, promovi palestras sobre temas jurídicos, por acreditar que a educação e o aperfeiçoamento motivam o profis- sional e o mantém no mercado, atualmente muito com- petitivo.

Voltando no tempo, em 1988 assumi meu próprio escritório de advocacia e coloquei em prática todo o conhecimento angariado ao longo dos anos de faculdade e estágio, tendo como foco a advocacia autônoma direcionada ao Direito empresarial como Advogada Coorporativa. Para coroar a decisão de ser dona do meu próprio negócio, contei com apoio incondicional de minha família: na resignação que herdei de minha mãe e nas lutas de meu pai; também do meu esposo por sempre respeitar minha carreira e juntos concretizarmos a compra de minha sala comercial aonde presentemente conduzo meu mister de fazer valer a "Justiça" com resiliência e entendimento das limitações humanas, buscando a solução de conflitos.

Muito contribuiu para a minha formação ter sido docente no então Centro Universitário de Brusque, lecionando Direito Tributário I e Direito



Comercial II. Poder interagir com os alunos, tendo que revisitar conteúdos, sendo instigada a estudar e trazendo-lhes a experiência profissional com análise de casos concretos em sala de aula, certamente contribuíram para meu aperfeiçoamento e para a formação profissional dos discentes.

Outro fato relevante ao longo da carreira foi poder desempenhar o cargo na Procuradoria do Estado de Santa Catarina em Brusque como Advogada nomeada para efetuar a cobrança da Dívida Ativa Estadual. Naquela oportunidade construí profundo conhecimento na área Tributária e do contencioso da Execução Fiscal, na Vara da Fazenda.

No ano de 2003 me senti em xeque na carreira de advogada e na vida pessoal. Aos 38 anos de vida, ainda não havia batido à porta a maternidade e o compasso do avanço da idade me levaram à decisão mais importante e significativa da vida de uma mulher: a maternidade.

Num verdadeiro dilema de estar no auge da vida profissional e o limitador de tempo para ser mãe, confesso que a decisão não foi fácil. Hoje tenho Maria Augusta, filha única, minha razão e motivação para todos os dias seguir trabalhando com o que amo fazer. Um apredizado diário que foi possível conciliar com a carreira e que me trouxe mais equilíbrio e resiliência. Digo isso porque certamente na atualidade as mulheres muito mais atuantes profissionalmente, certamente passam pelo mesmo dilema.

Na linha de filantropia tive a possibilidade de fazer parte da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brusque, e ainda do Clube Soroptimista, ambos de Brusque nos quais boas e grandes lições foram vivenciadas.

Em 08/03/2009, no Dia Internacional da Mulher, recebi uma homenagem da OAB/SC pela antiguidade na carreira jurídica, inclusive com uma placa comemorativa.

O referido evento foi realizado durante um café da manhã no Hotel Monthez e deu o start para este livro, quando na oportunidade houve o reencontro das advogadas antigas homenageadas que tiveram oportunidade de efetuar um breve relato de sua trajetória profissional, ocasião na qual surgiu a ideia de um livro contendo estes registros.

Outra grata surpresa foi a homenagem na 18ª Noi- te de Gala Brusquen-



se em 19 de julho de 2013 pelos meus 25 anos de profissão.

Destaco que atualmente é gratificante e bastante comum, a quantidade de mulheres com formação jurídi- ca, atuando como Juízas, Promotoras e Advogadas, con- duzindo sua profissão com maestria em uma carreira que há tempos, quando ingressei no meio jurídico, era eminentemente de calças, e tínhamos um trabalho redo- brado, sendo um de convencer o cliente que tínhamos expertise para conduzir o processo, bem como fortaleza para se manter inabalável na busca por seu pleito.

Surge inusitadamente em minha vida, a então contratada para ser secretária, a fiel escudeira Rosineide. Rosi que permanece comigo agora como assistente e responsável por toda a retaguarda necessária a um profissional do Direito que demanda o controle efetivo e a pesquisa permanente, a quem a gratidão é a palavra de ordem.

Passados três anos, com uma necessidade maior surge a possibilidade de uma nova componente no es- critório, a Janete, com a missão de cuidar da estrutura física e controle do operacional e administrativo, dando suporte necessário às questões que demandam a saída do escritório para entre outras questões viabilizar o que não podemos solucionar por telefone, e-mail e WhatsApp, a quem o companheirismo é a identidade.

Assim se mantém a Bleyer Advocacia, uma construção com bases sólidas formada por mulheres que têm o mesmo objeto e foco, que é dar aos nossos clientes um serviço de excelência.

A construção de uma carreira, especialmente a jurídica é um sacerdócio e o profissional do direito é um abnegado que produz o conteúdo jurídico mas está sempre pendente de uma análise do Juiz, um parecer do Promotor, e que nem sempre conseguem alcançar a ne- cessidade de nosso cliente, o que nos leva por inúmeras vezes, a um cansativo e incessante buscar, por vezes via Tribunal de Justiça e outras Instâncias Superiores, visando reverter ou ainda reconhecer o direito pleiteado.

O judiciário vem lentamente, adaptan do-se aos novos tempos e dando mais celeridade ao contencioso. Contudo outras vertentes também surgiram como os Juizados Especiais, e as Câmaras de Concil iação que por



vezes tem facilitado o trâmite processual. Vejo como uma condicionante cada vez mais presente a busca pela "composição amigável" dos conflitos jurídicos. Mais ainda, um despertar para a solução de de mandas sem o ingresso no processo judicial.

São os profissionais da área jurídica, bem como as Cortes, viabilizando e trabalhando para a composição de meio de agilizar o processo e buscar uma solução que atenda, mesmo que parcialmente o anseio daspartes.

A humanidade precisa ententer que o embate nem sempre será a melhor alternativa e ainda que a com- posição possa e deva ser um exercício constante, eis que por meio da flexibilização, pode-se pôr fim ao litígio.

Outro ponto relevante é a prática da advocacia preventiva, por meio da orientação tanto para empresas quanto para pessoas físicas que podem ser auxiliadas nos tos da vida civil.

Já é tempo de se ter uma cultura jurídica que pri orize a busca de um profissional da Advocacia como um orientador, e não somente para a resolução de um prob- lema já concebido.

A referida prática já é comum em muitos países onde o Advogado é procurado para avaliar a situação ou ainda a possibilidade do negócio jurídico, evitando dessa forma, a futura demanda judicial.

O ano de 2020 foi um divisor de águas, e a meu ver trouxe para muitas pessoas bom senso e discerni- mento sobre o que realmente vale a pena. Nunca se trabalhou tanto a questão de apaziguar os ânimos e compor soluções pacíficas.

A pandemia trouxe a todas as áreas um desafio gigantesco em como lidar com um inimigo desconhe- cido e incontrolável que atingiu a todos indistintamente. Uma sensação de impossibilidade e de estarmos vivendo cer tamente uma guerra.

Aos profissionais do Direito a tarefa não foi fá- cil. Empresas com jornadas reduzidas, pessoas sem emprego, entidades sindicais sem norte e os governos tentando gerir o caos. Muitas vidas se perderam e estão se perdendo.

Todos tendo que se reinventar e na qualidade de advogada coorporativa,



estive à frente de muitas de- cisões impactantes e por diversas vezes senti-me im- potente e sem uma solução que pudesse dar sustentação a tantos anseios.

De todo esse caos que ainda estamos vivendo, sur- giu para mim profissionalmente, um valor inestimável à vida e às relações humanas. Tive a satisfação de não ter tido perdas profissionais e sim crescimento e reconhecimento.

Uma lição importante tirei desse contexto: se- mear, zelar e ter consciência de nossa responsabilidade como ser humano e como profissional vai além de o que imaginamos.

O comprometimento deve ser uma constante ao longo da jornada, e jamais em tempo algum esquecer que acima de nossa vã inteligência existe um juízo de valor, que tudo sabe e que tudo pode.

Que em momento algum podemos achar que estamos imunes ou ainda que nós somos onipotentes. Na verdade, todos em meio a este momento que vivenciamos, estamos em igualdade de condições, o que diariamente não vemos no direito e nos operadores do sistema jurídico.

A lição foi além e colocou todos num mesmo patamar, acometidos do mesmo mal e não sendo uma condicionante de salvação à forma financeira.

Certamente muitos sairam desta realidade como entraram. Contudo outros farão a diferença e serão mais "justos" e respeitosos uns com os outros. Essa parcela fará a diferença, como acredito deva ser feito na Advo- cacia.

A carreira que abraçamos é "nobre" e pode, por meio de profissionais Advogados comprometidos fazer a diferença e no mínimo igualar os desiguais. Fazer da doutrina jurídica a prática incessante pela Justiça.

Crer que podemos sempre fazer a diferença e que a nós, Advogados, foi dada uma arma letal contra a dis- paridade e injustiça: "o saber jurídico", que bem con- duzido dará às pessoas igualdade de condições.

Sonho quiçá um dia poder ver a profissão de Advogado valorizada como deve, e o profissional tra- balhando para fazer de seu mister algo digno. Entendendo que não se deve e não se pode vergar a interesses escusos e que o aprendizado para manusear a legislação seja direcionado com



maestria e não servindo a interesses impróprios.

Muito já evoluímos, mas creio que podemos e de- vemos almejar mais. Honrar sempre e mais o juramento do Advogado tão nobre e grandioso.

Deixo aqui meu legado, esperando poder de alguma forma ter contribuído para o crescimento dass novas gereções.

Lembrando que não existe jeito errado de fazer o certo. Que a Lei quando aplicada com responsabilidade pode gerar bons efeitos e que nosso compromisso como operadores do direito é fazê-lo com maestria e imparcialidade.

Não confundindo ou tomando para si a razão do cliente como verdade absoluta e sim orientando da melhor forma, buscando a solução do conflito e não atendendo um único interesse.

Concientizar o ser humano do que é certo, for- mando cidadãos melhores e mais respeitosos e não equivocamente criar um meio de burlar a Lei.

O Advogado se torna grande quando aplica seu conhecimento com responsabilide, respeitando o cole- ga, as partes e o judiciário. E será sempre reconhecido por fazer valer o que está previsto em Lei e não uma forma de burlá-las.

Que a Justiça seja a meta e a igualdade seja o objeto a ser alçando. É dificil tarefa em um mundo de tanta diversidade e será possível sim sempre que a condução for com base no bom senso e na empatia.

Fica aqui a minha graditão!





MINHA FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E PROFISSÃO

Rosangela Visconti Ristow

"Que a futura sociedade seja composta por filhos que façam a diferença e não por aqueles que são partícipes do universo da indiferença em relação ao meio que lhes rodeia". (RISTOW, 2012, p. 98).*

3

Nasci em Brusque, em 26/6/61, filha de Lino Visconti e Nicézia Maria Visconti, que contraíram casamento no dia 2 de agosto de 1946, sendo tabeliã a Oficial Maior Olga Schaefer Diegoli, e dessa união nasceram mais dois filhos, Aderbal Visconti e Ademir Visconti, (todos in memoriam). Meu pai Lino foi um homem de grande caráter, idôneo e honesto que sustentava a família com o suor de seu humilde trabalho de sapateiro, que muito nos orgulhava. Homem religioso e pertencente à Congregação Marinana da Igreja Católica. Foi sempre um pai presente, amigo e companheiro dos filhos. A mãe (Nicézia) era uma mulher de personalidade marcante, fazia amigos com facilidade, voluntária nata para toda e qualquer atividade, tendo fundado o Clube de Idosos da Capela Cristo Rei, e por muitos anos foi coordenadora do Clube de Mães dessa mesma Capela, a qual frequentou até os 88 (oitenta e oito) anos de idade. Também muito religiosa, pertencia à Congregação Filhas de Maria da Igreja Católica. Foi sempre alegre, companheira e ativa, e apesar de suas poucas condições financeiras, sempre procurou ajudar o seu semelhante, privando-se, muitas vezes em beneficio de outrem. Veio a falecer no dia 29 de junho de 2015, por decorrência de Acidente Vascular Cerebral (AVC).

^{*} RISTOW, Edson. Reflexões sem corrimão. Blumenau: Nova Letra, 2012.



Dona Nicézia, como era chamada, recebeu em 8 de julho de 2015, uma Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Brusque, por indicação de seu Presidente o Vereador Jean Daniel dos Santos Pirola, cujo panegírico se concluiu com a citação, "a vida é uma só, sua vida continua na vida que você viveu" (Manoel Bandeira).

Em 11 de setembro de 1987 contraí núpcias com Edson Ristow, que muito me incentivou a cursar a Faculdade de Direito, pois já havia a intenção de abrir um Escritório de Advocacia. Seu projeto se materializou, uma vez que formados, abrimos nosso próprio Escritório em 1º/5/1987. Tenho muito a agradecer a este meu companheiro de 40 (quarenta) anos. A ele que sempre esteve e está ao meu lado, ajudando-me e auxiliando nas horas mais difíceis. Somos amantes, parceiros, sócios, confidentes e amigos. Da nossa união nasceu Erick Visconti Van Ristow, no dia 9 de fevereiro de 1991; e, Suzane Visconti Ristow, no dia 2 de abril de 1993. Hoje, Erick, apesar de ser graduado em Direito, optou pelo mercado imobiliário, desenvolvendo atividades profissionais, como Corretor de Imóveis; e Suzane, graduada em Direito, atua e trabalha conosco no escritório como assistente jurídica.

Em 15 de dezembro de 1972 iniciei no Curso Primário Elementar na Escola Básica Francisco de Araújo Brusque, a qual se localiza ainda hoje próxima à casa de meus pais. Tenho boas e belas lembranças que serviram de base e fundamento para a vida. Nela estudei na companhia de crianças amigas e vizinhas próximas, com as quais, depois da escola, brincava pelas redondezas altamente arborizadas, com riachos, terreno onde atualmente se encontra construída a Capela Cristo Rei, Bairro São Luiz, na qual fui catequista por 3 anos, quando solteira, e depois de casada, desempenhei a mesma atividade na Igreja Luterana de Brusque, contudo, como professora de Ensino Confirmatório por um período de 2 anos.

Em 20 de dezembro de 1980 recebi o Certificado de conclusão de Curso Técnico em Secretário pelo Colégio Honório Miranda.

Em janeiro do ano de 1983 prestei concurso para vestibular da ACAFE para o Curso de Estudos Sociais, o qual conclui em dezembro de 1984,



com Licenciatura Curta. Em seguida, iniciei no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí (Fundação de Ensino do Polo Geo-Educacional do Vale do Itajaí – antiga FEPEVI), atual Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), tendo obtido o título de Bacharel em Direito no dia 10 de dezembro de 1988, estando apta ao exercício da Advocacia, inscrita na OAB/SC sob o nº. 6.775.

Tempo acadêmico... .Tempos difíceis, todavia, gratificantes, pois, saía de Brusque, com ônibus pertencente ao Coletivo Santa Luzia, o qual muitas vezes não chegava ao destino na cidade de Itajaí, cujo trecho em seu Contorno Sul era de chão batido, no horário estabelecido pela Faculdade, pois o ônibus, (muito velho), muitas vezes sofria pane, e tínhamos que aguardar outro veículo vir para socorrer os universitários. Ainda, quando saía cedo da faculdade tinha que aguardar o primeiro ônibus lotar (por volta das 22h30min para somente então voltar a Brusque, razão pela qual chegava à minha casa já cansada (por volta da meia-noite), e no outro dia começava no trabalho às 8h, como funcionária da Metalúrgica Siemsen Limitada (Bairro São Luiz), local onde trabalhei no período de 1981 até 1987.

As dificuldades para cursar a Faculdade eram muitas, começando pelo pagamento das mensalidades, tendo em vista que o salário que percebia mensalmente mal cobria o custo básico mensal, pois minha mãe, que me ajudava, recebia apenas a aposentadoria de salário mínimo de meu pai, acrescido de alguns extras, decorrentes da atividade de cozinheira nos eventos religiosos nas comunhões e casamentos, razão pela qual passávamos o mês contando os centavos.

Em determinada época, meu pai comprou um Volkswagem (fusca amarelo) com a finalidade de ir a Blumenau-SC buscar material para a sapataria, veículo este que mais tarde serviu para minha mãe me levar à rodoviária para pegar o ônibus para Faculdade, e me buscar quase na madrugada. Nunca enchíamos o tanque de gasolina, mas apenas o suficiente para o deslocamento semanal. O café da manhã, almoço e jantar eram feitos com



muito carinho por minha mãe, e geralmente a carne era servida à mesa apenas duas vezes na semana. Minha mãe sempre se preocupava comigo, pois eu era uma jovem com saúde frágil, fazia pães em casa para que eu levasse para a Faculdade, com um pote de "mus de ovo", lanche este que era dividido com meus amigos, que também enfrentavam dificuldades financeiras. Nessas oportunidades, eu cortava o pão em fatias, sentávamos à mesinha e saboreávamos o que era considerado um regalo de pão caseiro com "mus de ovo". Quanta alegria aquilo nos trazia.

Em alguma oportunidade, quando saíamos cedo das aulas na Faculdade, íamos ao barzinho em frente à UNIVALI, e a falta de dinheiro nos fazia comprar uma garrafa de cachaça cujo líquido era servido em copinhos e, assim, curtíamos a vida acadêmica de forma plena, dando valor ao pouco que se tinha.

Nos períodos de Estágio Acadêmico, ficávamos na casa do amigo e colega de Faculdade, Airton Jonas Pereira, o qual cedia sua moradia na praia de Balneário Camboriú, em razão de a dificuldade que tínhamos para ir e voltar para casa, já que a maioria era residente em Brusque e Florianópolis, e nessas oportunidades dividíamos as compras, que era apenas o suficiente para uma manutenção básica. Minha mãe, sempre companheira, ficava hospedada conosco e preparava nossos almoços e jantares, essa convivência comunitária propiciava uma união por demais gratificante. Bons tempos, apesar de as dificuldades enfrentadas diariamente.

O período da Faculdade foi inesquecível. No início me apaixonei pelo Direito Penal, mas aos poucos fui me identificando com o Direito Civil, em especial, o Direito de Família, ramo que atuo até os dias de hoje. Torneime Especialista (pós-graduada) nessa área, sempre procurando o aprimoramento necessário com a leitura de muitos livros, inclusive de psicologia, a fim de entender o comportamento e a mente humana, e dessa forma, poder transmitir aos clientes, tranquilidade e segurança no atendimento, principalmente, em relação aos ramos de inventário, união estável, separações e divórcios. Da mesma forma, àqueles correlatos à área da família em que geralmente as pessoas chegam ao Escritório muito fragilizadas, envoltas



em morte de ente querido, com a disputa de guarda filial, ou com dilaceração conjugal a qual, invariavelmente, resulta na intenção de divórcio ou separação do casal. Ocasião em que o profissional deve estar preparado para o bem ouvir, compreender suas mazelas vivenciais, suas angústias e prestar a necessária e útil orientação jurídica mediante a apresentação de uma solução viável e factível para a solução de cada caso concreto, promovendo a defesa dos direitos previstos em lei para fins de obtenção da paz. Aliás, apesar de tantos anos de militância não consigo ser uma profissional que deixo os problemas de meus clientes para resolver apenas no horário comercial, ao contrário, fico sempre à disposição, pois sei que o ser abalado pelas mazelas da vida precisa de amparo psicológico e jurídico.

Nesse cenário, formei-me e iniciei o exercício da Advocacia no ano de 1988, pois já tínhamos aberto nosso Escritório, e nele já atuava como assistente. Eu, meu esposo Edson (então já formado e habilitado), em sociedade com Adalberto Antonio Olinger e Augusto Cesar Diegoli, fundamos a ODR – Olinger, Diegoli e Ristow Advogados Associados SC, em data de 1°/05/1987. A caminhada inicial foi realizada com muitos percalços, mas com o tempo fomos ocupando nosso espaço, e o Escritório foi crescendo, criando nome e respeitabilidade, principalmente, na Área Empresarial, Trabalhista e Família. No quadro de associados muitos Advogados e Advogadas dele fizeram parte, podendo citar, Nathan Ben-Hur Braga, Jonas Antonio Werner, Osvaldo Mayer, Andreia Vieira Blayer, Raquel Schöning, Francisco Baron, Paulo Mayer, Larissa Visconti, Tatiane Heckert, Giseli Bittencourt, Anderson Petrusky, Karlos Hernandez, Marisol Barros e demais, que vieram somar em nossa caminhada e depois seguiram caminhos próprios.

Atualmente, a Visconti & Ristow Advogados Associados SS, conta com os sócios Edson Ristow, Rosangela Visconti Ristow, Rolf Ristow Neto e Schirleni Ristow e os assistentes jurídicos Suzane Visconti Van Ristow, Simone de Souza e André Riffel. O Escritório atua em todos os ramos do Direito.

A Visconti & Ristow foi fundada há 34 (trinta e quatro) anos, possuindo



inscrição na OAB/SC sob o nº. 026/87, e deve ser considerada a primeira sociedade advocatícia com personalidade jurídica na cidade de Brusque, haja vista que até a data de sua fundação, os profissionais do direito (Advogados) atuavam como pessoas físicas, tal qual muitos ainda hoje o fazem. A opção pela modalidade societária (personalidade jurídica) foi uma exigência de meu esposo Edson, que entendia ser correto distinguir e separar a condição física de sócio Advogado da personalidade empresarial do Escritório por questões de segurança legal, patrimonial e em relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, posto que as realidades do findar do milênio estavam a exigir visão diferenciada em relação à forma de como a Sociedade estava se apresentado, com o advento do Computador. Um ano após a sua Fundação, o escritório adquiriu o seu primeiro Computador, um CP500, manuseável por meio do Sistema Fácil, podendo-se dizer também, que foi o primeiro escritório de advocacia a fazê-lo.

Em início dos anos 2000, a Visconti & Ristow Advogados chegou a ter 22 (vinte e dois) colaboradores entre Advogados, Estagiários, Assistentes e funcionários de apoio, e com a sistematização on-line e com a rede mundial de computadores, dominando o mercado, opcionou-se, estrategicamente a partir da metade da primeira década do citado ano, pela redução drástica do seu quadro, o que representou uma estabilização no número de processos e assessorias, maximização dos resultados, primando-se pela qualidade, e um aumento no faturamento mensal e realização de lucros decorrentes da redução das despesas.

No ano de 1994, a Visconti & Ristow Advogados inaugurou uma filial na cidade de Guabiruba, denominada de Ristow, Dischnabel & Olinger Advogados Associados SC (RDO), como primeiro Escritório de Advocacia naquela cidade. Por questões de logística, dois anos depois, opcionou-se pelo encerramento das suas atividades em face da polaridade exercida pelo Município de Brusque.

Atualmente, o Escritório encontra-se sob minha administração, e mantém-se atuante no ramo da Assessoria empresarial e em determinados aten-



dimentos que envolvem áreas de especialidade fora da concorrência em geral, o que permite o exercício do mister jurídico sem muita parcimônia concorrencial.

Sob o ponto de vista semântico, cada operador do Direito pode conceituar a Advocacia e bem assim o seu exercício, por meio da ótica pessoal e dissociada dos dogmas ditados pela Ciência Jurídica em geral e dos aspectos filosóficos em particular, o que se admite em face do empirismo pessoal que se aprimora com o passar dos anos. Contudo, o Direito, a meu modo de ver, constitui-se num instrumento equalizador dos interesses contenciosos (ou não), necessário à manutenção mínima da paz social, desde que acompanhado da força coercitiva do Estado, caso contrário, resvala para a inanidade.

Desde que iniciei na seara jurídica, o exercício da militância foi se consolidando com o passar dos anos a tal ponto que, conhecimento e prática, amalgamaram-se, numa postura deontológica enfeixada pela ética prática a qual permitiu a realização da profissionalidade e a defesa contundente dos interesses da cidadania e da clientela particularizada.

A expressão "na forma da Lei", corroborada com a realidade do "caso concreto" sempre foi o norte de ponderação no exercício advocatício, e isso ainda hoje permite a plena e apaixonada realização de um mister. Profissionalmente sou muito feliz!

A conclusão da graduação em Direito e bem assim toda a minha formação acadêmica ocorreu sob a égide da Constituição de 1969. Como me formei em dezembro de 1988, e a Constituição Federal atual foi outorgada à Nação em outubro de 1988, logo no primeiro mês de exercício da advocacia tive que estudar todo o novo aparato constitucional, o que se constituiu em um desafio. E por que digo isso? Porque a Constituição de 1988 se apresentou sob uma nova realidade social. A proximidade com um novo século e milênio, estava a exigir uma adequação legislativa diante das realidades que se iam apresentando em razão de uma Sociedade em franca expansão em todos os segmentos. Findando a era mecânica, apresentavam-se os novos aspectos da informática, da cibernética, da nanotecnologia, da

urbanização verticalizada, da necessidade de um Estado mínimo e descentralizado, sensível a uma educação desajustada, à saúde insuficiente, uma economia estagnada e uma frágil proposta de democracia social, entre outras carências crônicas da Sociedade brasileira.

A Constituição de 1988 foi uma tentativa de resposta aos clamores de um povo cansado da inanidade do Estado e da falta de compromisso dos políticos em geral. Essa Constituição não resolveu os problemas da Nação, ao contrário, em alguns casos engessou as ações de seus dirigentes a ponto de inviabilizar a gestão pública. Mas ela se constituiu justamente no ponto de partida necessário para os ajustes, que já deveriam ter sido realizados, por intermédio de uma nova proposta de norma fundamental.

Sempre me dediquei ao voluntariado, pois sei da importância de auxiliar o próximo por múltiplas ações, formas e modalidades, e nesse sentido, ao longo dos anos, participei ativamente da Rede Feminina do Combate ao Câncer, Clube Internacional das Soroptimistas, Escola Charlote, Lyons Clube, Damas Glusa [Maçonaria] e ainda fui presidente da APP do Colégio São Luiz, Vice-Presidente da Associação Amigos dos Jovens no Esporte, Meio Ambiente e Cultura, Conselheira da OAB de Brusque, e membro do Conselho Curador da Fundação Educacional Luterana de Brusque, ao qual faço parte até o presente momento.

Participei também da política de nossa cidade, e no ano de 2000 lancei-me como Candidata à vereadora, oportunidade na qual fiz 396 votos e fiquei muito orgulhosa. No ano de 2004, novamente concorri ao pleito e obtive o sufrágio de mil votos, sendo eleita como suplente de Vereador, cargo que cheguei a ocupar na casa legislativa por um curto período. Meus projetos eram inovadores para a época, a exemplo da implantação de Escolas Integradas para alfabetização e atividades ocupacionais para crianças e adolescentes, habitação social, saúde plena administrada pelo município, o que acabou sendo implantada somente no ano de 2010....

Em 2005 fui convidada para exercer o cargo de Diretora de Habitação do Município de Brusque, convite que aceitei como forma de obter novos conhecimentos da máquina pública e a partir disso, auxiliar nas necessi-



dades e carências do povo em relação à falta de moradias. Nesse cargo permaneci 3 (três) anos.

Em 2009, um novo horizonte se abriu e fui convidada para ocupar o cargo de Consultora Jurídica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. Entre as muitas funções do cargo, posso descrever a de programar, organizar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas com os serviços jurídicos, no âmbito do órgão; prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Secretário, ao Diretor Geral e aos titulares das demais gerências em matéria de natureza jurídica não contenciosa; examinar a legalidade dos atos administrativos submetidos à minha apreciação; emitir parecer e averbar despacho em todos os processos em trâmite na Consultoria jurídica, antes de a devolução ao órgão de origem; propor o estabelecimento de normas legais e regulamentos de interesse do Poder Executivo estadual no âmbito da Secretaria e opinar sobre as propostas; todo o processo de licitação de qualquer modalidade era submetido ao meu Parecer final, assim como os convênios; orientava as 28 (vinte e oito) Escolas do Estado, como os municípios que faziam parte da Secretaria de Estado. O trabalho era árduo, mas pude agregar grande conhecimento jurídico, além de muitos amigos que até o momento são companheiros de passagem terrena.

Em data de 2 de maio de 2007 fui contratada pela Fundação Educacional de Brusque – UNIFEBE como professor do Curso de Design de Moda, na disciplina Legislação e Ética na Moda, ocupando o cargo até 27 de janeiro 2015. O Curso tinha como missão", atuar no campo da Ciência Jurídica, por meio de ensino, pesquisa e extensão e pelo desenvolvimento de atividades de cooperação com diferentes setores da comunidade, para a formação de profissionais críticos e cidadãos responsáveis capazes de interagir nos diferentes ambientes sociais, visando à resolução de problemas sociojurídico.

Confesso que no primeiro mês passei dificuldade para entrar em sintonia com a turma acadêmica, pois a matéria para eles era desfocada das demais, ou seja, uma disciplina totalmente à parte do contexto do objetivo do curso, mas com o passar do tempo, houve um entrosamento muito pro-



dutivo, pois passei a ser uma aprendiz da moda, assim sendo tudo fluiu de forma adequada e esperada. Inclusive na formatura fui homenageada como "amiga da turma".

O material para a preparação das aulas era escasso, porém encontrei amparo para a preparação das aulas no livro "Ética – função jurisdicional *Due Process of Law* e o princípio da razoabilidade", cujo autor é Edson Ristow, meu esposo.

Do citado livro faço destaque para o texto da página 150:

A sociedade, por seu turno, possui essa carência educativa e necessita da segurança jurídica, forjada da interpretação da lei, preferencialmente uniforme, desenvolvida pelos magistrados e pelos demais órgãos na condição de agentes informativos dos vigentes valores, das regras do Direito, Justiça e das virtudes éticas. Para isso, consideram-se relevantes as opiniões e razões públicas, as atitudes e o comportamento das pessoas no mesmo contesto social e as constantes mutações nos diversos segmentos da sociedade, seja no comércio, na indústria, nas relações intersexo, com os animais irracionais, para com a biologia, bioética, entre associações de classe, Estados, raças, crenças entre o poder público e seus administradores, pois tudo envolve o Direito e a ética, numa verdadeira interação de vida teoria e vida prática.

Em 2009 fui convidada para ministrar aula na FATESC (Faculdade de Tecnologia de Santa Catarina), no curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, na disciplina "Implementação de Organizações e Ética". As bases tecnológicas tinham por objetivo a conceituação e importância da ética, estratégias, planejamentos e operações das organizações e Ética e comunicação empresarial da organização ética. Foi uma Faculdade que se instalou em Brusque, com objetivo de curso apenas tecnológicos.

Ser professora universitária foi uma experiência inusitada, que me proporcionou adquirir conhecimentos e transmitir ensinamentos, além de a constante interação e trocas de ideias que a todos em sala de aula enriquecia.

A Logosofia foi um método de ensino desenvolvido pelo pensador



Carlos Bernardo González Pecotche, nascido em 11 de agosto de 1901, o qual tinha por método buscar e ofertar conceitos e prática com objetivo de aperfeiçoar uma evolução do ser de forma consciente para o conhecimento de si mesmo. Em 11 de agosto de 1930 deu início ao seu propósito, inagurando a primeira escola em Córdoba, na Argentina, levando ao mundo seus conhecimentos e práticas.

No ano 2017 iniciei meus estudos na Fundação Logosófica de Brusque, localizada na Avenida Otto Renaux, com objetivo de aprender o método e levar para o dia a dia, buscando uma vida mais consciente, e também harmoniosa consigo mesmo e com os demais.

Aprendizado foi rico em conteúdo, assim como os colaboradores que buscavam levar o conhecimento, todavia, dando liberdade ao aprendiz expor sua opinião, debatendo sobre a logosofia alguns temas importantes para o cotidiano, sendo eles: Pensamentos - "A Logosofia, ao expor seus conhecimentos, apresenta como um dos transcendentais e de vital importância para a vida do homem o que se refere aos pensamentos. Afirma serem entidades psicológicas que se geram na mente humana, onde se desenvolvem e ainda alcançam vida própria. Ensina a conhecê-los, identificá-los, selecioná-los e utilizá-los com lucidez e acerto."- Trecho do Livro Logosofia Ciência e Método, página 35; Obediência - "O acatamento inteligente do indivíduo a normas, regras, deveres e leis contribui para estabilizar a harmonia dentro da convivência humana." -Trecho do Livro Deficiências e Propensões do Ser Humano, pág..45; Disciplina - "Disciplina rígida e a que se cumpre ao pé da letra, sem admitir circunstâncias capazes de fazer variar as causas que deu origem a esta ou aquela norma, afazer ou conduta. Disciplina Elástica é a que cada qual aplica com suavidade e firmeza a seu modo de ser, até acostumar a vida a um ritmo regular e duradouro. Nós optamos pela última."- Trecho do Livro Deficiências e Propensões do Ser Humano pág.67. Tempo - "O tempo se perde, em grande parte, quando não se faz nada; quando a mente divaga ou não pensa. Tempo que se perde é vida estéril, que não merece se quer a honra de ser recordada. Eis um chamado de atenção para aqueles que malogram seu tempo lamentalvel-



mente." -Trecho do Livro Exegese Logosófica pág.80 –Felicidade – "A felicidade murcha como as flores, porém, assim como o bom jardineiro tem sempre ao seu alcance outras para substituí-las, quem possui conhecimentos pode também substituir constantemente os motivos que dão permanência à felicidade na vida." -Trecho do Livro Bases para sua Conduta pág. 43; Liberdade – "Liberdade significa também respeito, comedimento, dignidade, [...] a liberdade não se concebe nem se exerce cabalmente se não a responsabilidade não a acompanha, como a sombra no corpo que a projeta."-Trecho do Livro Deficiências e Propensões do Ser Humano; Amizade – "A força que a amizade infunde nos seres sustenta a vida através de todas as adversidades e perpetua, apesar das tragédias que deve suportar o mundo." -Trecho do Artigo "Amizade" publicado em fevereiro de 1941, na Revista Logosofia, pág. 103.

Assim, a logosofia tem por objetivo o conhecimento de si mesmo, e nos leva a uma vida mais plena. Afinal, nossa passagem terrena é breve, então, que tenhamos pensamentos bons, dignos, serenos e abençoados por Deus.

Por fim, tenho consciência de que minha vida até o momento tem sido profícua, auspiciosa e benfazeja por bondade do Criador, que me deu toda a saúde e sabedoria para aproveitar os momentos e oportunidades que se apresentaram. Apesar, de alguns fatos dolorosos, principalmente, o falecimento de toda minha família de origem nos anos de 2015 e 2016, (mãe, irmãos e sobrinho), sou uma mulher feliz, uma vez que sempre tenho em mente que sou a luz para enfrentar os problemas que a vida me traz e nunca que tenho uma Cruz a carregar, assim sendo, estou sempre de bem com a vida e com aqueles a quem quero bem. Família unida e amada; bons amigos; crença inabalável em Deus, boa saúde, bom senso e tranquilidade econômica patrimonial, são as receitas para se entender a sempre presente questão existencial: qual o segredo da vida?



ROSANGELA VISCONTI RISTOW – OAB/SC. 6.775

"No momento em que as coisas surgem como oportunidade, é o momento certo de se fazer. A vida não facilita, só complica. No momento em que a nossa consciência toca uma determinada tarefa ou missão, é o momento mais propício para realizá-la."

Lúcia Helena Galvão.





Fonte: DEUSA THEMIS. Disponível em: https://seeklogo.com/vector-logo/40511/deusa-themis Acesso em: 31 jul. 2021

DE ENGENHARIA À ADVOCACIA

Regiane Maria Soprano Moresco

4

Trabalho há 29 anos como advogada. Fui criada na cidade de Rio Negro, município na região sul do Paraná. Eu morava com minha família, meus irmãos e meus pais, que na época tinham uma churrascaria e uma verdureira. Nossa casa era atrás da churrascaria, na verdade, nossos quartos. Foram desses dois negócios que eles tiraram o sustento para pagar nossos estudos.

Em 1985, eu estava cursando o último ano no Colégio Mafrense, na cidade de Mafra, Santa Catarina. Mafra e Rio Negro são duas cidades integradas no mesmo território. Nesse ano, chegava a hora de escolher um curso para a faculdade, cujo vestibular aconteceria em janeiro de 1986. Todas as pessoas à minha volta, não tinham dúvidas de que eu escolheria Direito. Porém, meu irmão mais velho cursava Engenharia de Alimentos e, talvez influenciada por ele, e por ser um curso novo, optei por esse desafio. Fui gloriosa no vestibular da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, passando em 2º lugar, curso este que iniciaria em agosto de 1986.

Do fim das minhas aulas até o início da faculdade seriam 6 meses em casa. Então: foi meio ano sem a obrigação de ir para aula todos os dias e, a única coisa que fiz, foi um curso de inglês. Até que maio chegou,



e fui convidada para um churrasco num sítio em minha cidade. Entre os convidados – alguns conhecidos e outros não - estavam alguns amigos do anfitrião que vieram de São Paulo passar o fim de semana. Durante a festa, conversas e brincadeiras, um rapaz em particular estava deslocado, e passei a conversar com ele, que por acaso se formaria no final do ano em Direito. Ele vindo de uma família muito íntima da área: filho de advogado, a irmã cursava Direito e o irmão também. Passamos horas conversando sobre o tal curso de Direito, explicando o que era e como era ser advogado. Naquela conversa senti que deveria arriscar e mudar um pouco meus planos quanto ao curso que escolheria. Como na semana seguinte, abriria inscrição para o vestibular de inverno da Associação Catarinense das Fundações Educacionais ACAFE - comentei que faria vestibular para Direito, tendo recebido o incentivo dele. E, foi o que fiz, desprendida da obrigação de passar no vestibular, já que certo estava que, em agosto iria para Florianópolis cursar Engenharia de Alimentos.

O vestibular para a Faculdade de Direito em Itajaí, na época Fundação Educacional do Vale do Itajaí - FEPEVI - era um dos mais concorridos da região. A faculdade era extremamente bem conceituada, e uma vaga do curso de Direito estava sendo disputada por 18,5 candidatos, ou seja, 18,5 candidatos para uma vaga no curso de Direito, do total de 50 vagas. O resultado saiu e eu não passei, ok! Minhas expectativas não eram altas então segui com o plano.

Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC me esperava, e tudo parecia estar certo, até que certo dia recebi uma ligação sem identificação inicial. A voz da pessoa do outro lado só dizia que eu teria que me apresentar na faculdade com Certificado de Conclusão do Segundo Grau, RG, CPF, Comprovante de Residência, e eu não entendendo nada, até perguntar: - "Tá, mas espera aí, quem está falando?" E a moça do outro lado, se desculpando falou: - "Desculpe, falo em nome da FEPEVI. Acaba de sair a segunda chamada do vestibular de Direito e você foi a 51ª colocada e precisa fazer sua matrícula". Bom, nem preciso dizer que não sabia o que responder ou fazer, se ria ou chorava. A primeira reação foi surpresa,



pois, eu já estava acostumada com a ideia de morar em Florianópolis e cursar Engenharia de Alimentos. Mas com o coração pulsando de alegria, saí correndo ao encontro da minha família. Minha mãe estava na cozinha da churrascaria, e eu cheguei aos gritos: "passei, passei". Peguei minha mãe no colo, jogava para cima, e ela não entendia nada, e eu só conseguia dizer passei, até que disse que tinha passado no vestibular para o curso de Direito. A alegria tomou conta da minha vida. Foi nesse momento que descobri que anjos existem, porque num domingo de maio, um anjo veio até mim me dizendo o que fazer da vida, e todo o rumo dela mudou naquele exato dia!

Desisti dos planos de Florianópolis e, com apoio dos meus pais, fui para até, então, para mim, desconhecida cidade de Itajaí, cursar Direito, em agosto de 1986. Hoje tenho ideia de que aquele era o início de uma nova fase da minha vida. E que fase maravilhosa! Eram pessoas diferentes, novas amizades, estudando algo novo e uma nova vida seguindo. As aulas sempre foram muito didáticas, com profundidade as leis e constituições. Há que se relembrar que nesse ano, a Constituição Federal era de 1964, e a nova Constituição só foi promulgada em 1988. Então, tudo que aprendi em Direito Constitucional no início da faculdade tive que reciclar, assim como Direito Tributário em razão de as alterações havidas na Constituição.

Em março de 1987 fui morar em Balneário Camboriú, cidade vizinha à faculdade. Esse foi mais um desafio que enfrentei em nome dos meus estudos. As dificuldades de comunicação com a família eram enormes, já que telefone era raro e, passava-se semanas longe da família.

Logo, entendi que precisava buscar uma oportunidade para adquirir experiência na área, mas naquele tempo, as coisas eram bem diferentes das que temos hoje na atual realidade e, as oportunidades eram muito limitadas. Estagiar em escritório de advocacia, era muito difícil. Na época ninguém aceitava estagiários de Direito para trabalhar, nem mesmo no Fórum como voluntário. Não existiam os programas de estágio remunerado como existem hoje em dia. As coisas eram difíceis, mas em nenhum momento passou pela minha cabeça desistir do curso. A cada dia eu percebia que



tinha escolhido a profissão certa.

No 7º período da Faculdade, fiz minha inscrição na OAB como estagiária e, com aquela inscrição, desde que um advogado assinasse a petição inicial, o estagiário poderia fazer a peça e assinar sem que o advogado assinasse, podendo até realizar audiências trabalhistas e foi, assim, que comecei a adquirir a tão sonhada experiência profissional.

Final de 1989 conheci o Cesar, meu marido, que era de Brusque. Na época, eu ainda morava em Balneário Camboriú. Certo dia, atendi uma cliente que estava devendo valores de aluguel de um imóvel, e o proprietário era de Brusque. Entrei em contato com ele, identifiquei-me, falei que era namorada do Cesar, para ter uma referência, ele o conhecia, e fomos tratando do problema, até que ele me perguntou: - "Se a casa fosse tua, o que você queria?" O que respondi: - "Que ela desocupasse o imóvel." Fiquei surpresa quando, posteriormente, essa mesma pessoa chamou meu marido - na época namorado - e pediu que eu entrasse em contato com ele, porque ele tinha serviço para mim. A partir de então, em maio de 1991, mudei para Brusque e, em julho, concluí o Curso de Direito, e tinha a vontade gigante de entrar de corpo inteiro no mercado de trabalho.

No início da minha vida profissional como advogada, trabalhei no escritório de um dos meus colegas de classe, na faculdade: Maurício de Souza, com quem trabalhei durante 2 anos. Porém, os desafios sempre fizeram parte da minha vida, e resolvi montar meu primeiro escritório. Um desafio e tanto: advogar sozinha, em uma nova cidade, sem muitos conhecidos... precisava ter muita coragem e, assim, posso dizer que foi "na cara e na coragem" que tudo começou em Brusque, cidade, que me recebeu de braços abertos e me oportunizou uma vida nova, trabalho, amigos, família, e posso dizer que Brusque é a minha cidade!

A Comarca de Brusque era totalmente diferente da que hoje existe: o Fórum ficava no Jardim Maluche e, sem carro, muitas vezes fui a pé até lá, uma distância que não era fácil percorrer por si só, muito mais, quando necessário buscar ou devolver processos em carga. Com o tempo, passava-se a conhecer e ser conhecido por todos os funcionários do



Fórum e, acabei fazendo amizade com todos. Não posso deixar de fazer uma especial referência ao Sergio Lang, que era escrivão da 1ª Vara Cível e, por muitas e muitas vezes me ensinou como fazer uma peça, como proceder com determinado processo, contribuindo, significativamente, no meu desenvolvimento profissional e pessoal. E, com ele aprendi uma das mais preciosas lições e que guardei desde o início da minha carreira: a importância da ajuda entre os colegas de profissão, independentemente, dos anos de experiência que possam ter, do dever de ter respeito pelos funcionários do Fórum que, como nós, Advogados, estão lá trabalhando, nos seus melhores e nos seus piores dias, como suas potencialidades e com suas limitações.

Naqueles anos, os Juízes e Promotores Públicos vinham e se estabeleciam na Comarca de Brusque, por vários anos e, na mesma toada dos funcionários, formava-se um vínculo entre eles e a advocacia, sem prejuízo da imparcialidade. O relacionamento entre todos era de muita urbanidade, os advogados eram atendidos nos gabinetes a qualquer momento, ouvidos atentamente e, sempre, tinham seus pedidos analisados. Os processos eram registrados em fichas, as intimações eram enviadas pelo correio por carta com AR.

Em 1992, as instalações do Fórum da Comarca de Brusque mudaram para o novo prédio (local atual) e, mesmo com uma estrutura ampliada e modernizada, a convivência seguiu com muita cordialidade. Contudo, com o passar dos anos, naturalmente, as demandas aumentaram, ampliando a necessidade de novos servidores e a substituição de outros que já estavam em tempo de aposentadoria; juízes e promotores deixaram de permanecer por muitos anos na Comarca; veio a informatização dos processos; e, também, para minha plena realização, a consolidação do meu escritório; e, aos poucos, percebi que já não havia mais aquela possibilidade de aproximação respeitosamente afetuosa que havia no início, entre todos aqueles que acreditavam no Direito como a melhor forma de convivência e sabiam praticá-lo nas atividades diárias dos relacionamentos humanos nas atividade forenses. Confesso ter imensas saudades daquele tempo que me traz à



lembrança do refrão entoado como bordão de um personagem de programa humorístico, protagonizado pelo ator conhecido como Lilico: "Tempo bom, não volta mais. Saudade ... de outros tempos iguais!"

De 1991 até a inauguração da sede da OAB em 1997, as reuniões da subseção da OAB eram realizadas na Sociedade Esportiva Bandeirante e, quando a Sede da Subseção foi construída, passaram a ser realizadas no respectivo auditório, e havia sempre uma confraternização com churrasco ou jantar após as assembleias.

As mudanças também aconteciam no escritório, aposentei a máquina de escrever, e passei a trabalhar com o computador; depois, veio a internet, o processo eletrônico e tudo foi ficando mais rápido e afetando diretamente a advocacia. Posso afirmar que passei, e continuo passando, por esse período de grandes e complexas transformações tecnológicas, aproveitando cada uma delas como uma grande oportunidade de me arriscar em aprender o novo e evoluir profissionalmente.

Trabalhei muitas vezes sem receber, pois, infelizmente, muitos clientes achavam e, ainda muitos acreditam, que o trabalho do advogado não precisa ser remunerado. No início da minha carreira, por 5 anos, a anuidade da OAB foi paga pelo Cesar, meu marido- porque eu ainda não tinha condições de arcar com todos as despesas pertinentes às atividades advocatícias. Fiz muitos processos pela Assistência Judiciária Gratuita e, por pouco que fossem os honorários fixados, o Estado pagava habitualmente. Clientes viraram amigos e outros não tanto. Mas guardo boas lembranças, principalmente, de muitas pessoas que apostaram em mim e acreditaram na minha capacidade, trazendo outros clientes e mais outros. Em Brusque havia no máximo 40 a 50 advogados e oito advogadas comigo, visto que era necessária muita determinação para que fôssemos respeitadas como advogadas perante uma advocacia predominantemente masculina. Mas mesmo com tanto preconceito e barreiras, nunca me deixei intimidar. Eu sabia que estava no caminho certo, que este era, e é, minha vocação.

E, lá se vão 29 anos desde quando me formei em Direito e comecei a advogar. Nesse tempo, atuei em muitos e muitos processos que não são



poucos aqueles que, por diferentes motivos, renderam boas histórias a ser contadas. Mas sempre há aquelas que, por diversas razões, marcam nossas vidas para sempre e nos fazem tomar uma decisão. E, nesses anos de advocacia, um processo em particular de adoção, fez-me jurar em nunca mais atuar nesses casos por circunstâncias diversas, que é melhor não conjecturar para não polemizar. Lembro que, quando os clientes me procuraram, já havia passado o prazo de interposição de recurso para reverter a decisão de Busca e Apreensão da criança que estava com o casal. O caso envolvia a adoção de uma menina, na Comarca vizinha de São João Batista, e de denúncia por adoção ilegal, porque tinham recebido a criança diretamente da mãe, que não tinha condições de cuidá-la. O Judiciário tinha determinado a busca e apreensão da menor, sob a alegação de que ela "estava em situação de risco" e, a criança tinha sido retirada dos pais adotivos com policiais na porta de sua casa. O desespero que havia no relato deles me fez sentir indignação por imaginar que toda aquela situação envolvia a vida de uma criança e, aceitei advogar para eles, porém, com o cuidado de não dar a eles falsas esperanças, mas de garantir que daria o meu melhor para trazer sua filha de volta ao lar e, dar ao caso, uma solução digna, embora, estivesse muito preocupada com o decurso do prazo. Não obstante, minha insistência, no pedido de liminar, a apreciação do Agravo de Instrumento interposto no Tribunal, contra a decisão de Busca e Apreensão, interposto fora do prazo, tendo em vista que os pais adotivos procuraram advogado tardiamente. Porém, como toda boa história, sempre tem uma pitada necessária do acaso: um belo dia tive que ir ao Fórum de São João Batista e, enquanto aguardava ser atendida, ouvi um homem falando com a Escrivã (atual denominação: Chefe de Cartório). Quando me virei para ver quem era a pessoa que falava, reconheci ser o Juiz desse processo de adoção e, pasmem: ele tinha ido ao Cartório para dizer que não estava entendendo nada, pois, em um momento o Tribunal dizia que era para tirar as crianças quando a adoção não passasse pela Assistência Social, e agora, estava mandando devolver a menina. Na hora tive a certeza de que ele estava falando do "meu processo", e não tive dúvidas, do balcão mesmo disse: - "E eu vim



buscar a criança, vou levar imediatamente"! O juiz e a escrivã se viraram e, logo fui afirmando que aguardaria a documentação, porque a criança iria comigo.

Também, por razões "que a própria razão desconhece", naquela semana, uma vizinha tinha resolvido organizar seus pertences e se desfazer de algumas coisas, que para ela não teriam mais utilidade, deixando pendurado na cerca da minha casa um moisés (aquele cestinho que serve de bercinho para bebê). Pois, quando cheguei a casa e avistei aquele bercinho no muro da minha casa, quase surtei, achando que dentro encontraria um bebê e que tinham deixado ali por engano. Naquela fração de segundos, pensei que tinham errado de casa, porque, a vizinha do lado era uma Assistente Social. Corri para ver, porém, quando olhei, o moisés estava vazio e vazio foi colocado no meu carro. Então, providencialmente, no meu carro estava o bercinho para que eu acomodasse a bebê no caminho de volta para a casa dos pais adotivos. A Assistente Social e o Oficial de Justiça de São João Batista que, também, estavam inconformados com a busca e apreensão realizada, fizeram questão de virem até Brusque comigo, para acompanhar o momento do reencontro da criança com o casal. Nem preciso dizer que, quando cheguei e peguei a criança nos braços para entregar ao casal, a emoção foi enorme, e não teve quem não chorou! Guardo esse caso no coração e, entre tantos outros que se fosse relatar daria uma enciclopédia, tenho esse como um dos que mais marcou esses anos de advocacia e, em especial, minha vida.

Embora tivesse jurado não mais atuar em caso de adoção, o meu trabalho nesse processo serviu para outros casos que, também, tiveram busca e apreensão de crianças e, todo material que eu tinha, disponibilizei para outros colegas fazerem uso nas suas defesas em casos semelhantes. Cabe aqui citar uma situação peculiar que, quando da apelação no Tribunal, eu acompanhei o advogado titular, e no momento da sessão, após a sustentação oral, o relator começou dizendo que a criança estava em uma casa de passagem, e eu intervi, quando um advogado do meu lado me segurou e disse que eu não poderia fazer isso, e retruquei dizendo a ele, que eu sabia



o que estava fazendo. Entreguei ao relator a decisão que havia determinado a devolução provisória da criança para o casal e era desconhecido do Tribunal. O julgamento foi emocionante, um dos desembargadores tinha dois irmãos adotados, e ele contou toda a história de como foi a adoção e como eram esses irmãos, e nem se diga que criticaram veementemente as decisões de busca e apreensão, baseados na alegação de que a criança "estava em situação de risco", concedendo a adoção do menino ao casal.

São muitas histórias vividas, experiências e amadurecimento. Ainda hoje, quase completando três décadas na advocacia, eu continuo aprendendo por meio de cada caso que esbarro, afinal, impossível o Advogado saber tudo. Cada caso é um caso e, cada um, um constante desafio! Temos que estudar todos os dias e constatar todos os dias que, por mais que você estude, você sabe sempre menos, mas essa conclusão não serve para nos desanimar, todavia nos impulsiona a ter responsabilidade com aqueles que escolhem confiar no nosso trabalho.

Embora saiba que algumas pessoas acham que nasci em berço esplêndido, a realidade que vivi foi outra. Meus pais trabalharam muito, deram duro para dar estudo aos filhos. E, agora, mais do que nunca, eu sei que, se hoje sou uma Advogada realizada, é pelo esforço do tanto que trabalharam para que eu tivesse a oportunidade de fazer por merecer. Tenho orgulho da minha história, de ter nascido em uma cidade que, apesar de pequena, tinha colégios que me deram o melhor do ensino, que aprendi tudo o que me ajudou a passar num vestibular sem precisar frequentar cursinhos pré-vestibular.

Quando olho para trás, eu penso o quão péssima engenheira eu seria e, agradeço ter, um dia, aparecido na minha frente um anjo que me guiou para um bom caminho, porque não me vejo em outra profissão, não sei ser outra coisa a não ser Advogada Mulher e Mulher Advogada! Sinto que, nas minhas veias correm sangue de justiça. Abracei essa profissão maravilhosa que mudou minha vida e não vejo motivos para deixá-la.

Ser Advogado é abraçar uma missão infindável, porque dessa profissão, podemos falar por aqueles que não têm voz, defendendo seus interesses e



fazendo justiça. É essa profissão que me sustenta, que me deu o que hoje tenho, o que construí. Seria hipócrita em não recomendar que alguém seja Advogado, desde que realmente tenha vocação para tal, porque ser Advogado não é para qualquer um, não basta querer ser, tem que poder ser, porque as dificuldades são imensas, os caminhos são tortuosos.

Uma das alegrias da profissão é encontrar outros colegas que torcem por você, que se alegram por você ter crescido profissionalmente, que te ajudam quando você não sabe, exatamente: quando você não sabe! Porque não sabemos tudo na Advocacia, é um eterno aprendizado. Hoje somos muitos colegas de profissão e repito a lição que trago desde o início da minha carreira, da importância de contar com "ombros amigos e ouvidos atentos" para tantas opiniões.

Aprendi na prática o que é ser Advogada! Aprendi escutando os advogados mais antigos da Comarca: Dr. Osni Ramos (in memoriam), Dr. Edson Ristow, Dr. Marcus Antonio Luiz da Silva (in memoriam), Dr. Euclides Cardeal (in memoriam), entre outros.

Uma das maiores e melhores lições da Advocacia, aprendi com Dr. Euclides Cardeal, uma pessoa ímpar, séria e compenetrada; ele sempre dizia que o Advogado fala no processo e não reclama no balcão do Fórum. Com essa fala dele, eu obstei uma busca e apreensão na Empresa de um cliente, enquanto o advogado da parte contrária, não satisfeito em protocolar o processo (físico na época), passou a discorrer sobre o assunto e, coincidentemente, eu estava no local, os trâmites depois foram suficientes para que a busca e apreensão fosse inócua, e o advogado ao me questionar recebeu a resposta de que "advogado não fala, peticiona".

O casal de Advogados Edson Ristow e Rosângela Ristow sempre estiveram por perto, sempre prontos a ajudar e a colaborar quando precisei, incentivando-me a crescer na profissão e não poderei deixar de expressar, aqui neste relato que, a minha gratidão é eterna!

Das lembranças que trago da Advocacia, a saudade que mais me emociona e que, a lembrança da sua ausência precoce entre nós, faz com que



lágrimas corram no meu rosto, é quando penso no nosso querido Marcão, que conta com a minha grande admiração por sua trajetória em prol da Advocacia. E, como grande e brilhante Advogado que foi, foi muito além de ser um Advogado pelo especial sentido de advogar com a plenitude de ser um Ser humano! Ele era daquelas pessoas que, caso precisássemos, vinha até o escritório ajudar, fosse para fazer uma inicial, uma defesa ou se manifestar sobre a contestação e não só isso, apesar de sua grandeza profissional, vinha pedir socorro também, quantas e quantas vezes não só eu, mas tantos outros colegas o auxiliaram, o que mostrava a humildade que tinha, apesar de o monstro que era na advocacia. Marcão – Marcos Antonio Luiz da Silva - foi e continua sendo, um dos Advogados e dos amigos, mais culto e inteligente que passou pela minha vida, mas que, lamentavelmente, foi ceifado tão cedo do nosso convívio.

Os anos de experiência no exercício da advocacia e a felicidade de conviver com ilustres personalidades da Advocacia Brusquense, Catarinense e até mesmo de outros Estados, aprendi o quanto é fundamental entender que, nós Advogados, não estamos aqui para competir com ninguém! Estamos aqui para aprender uns com os outros, porque na Advocacia todos os dias, somos obrigados a reconhecer que pouco sabemos; todos os dias precisamos estudar..., ler..., entender..., caso contrário, estaremos fadados ao anonimato.

Como Advogados, não temos que ser o sol das 16 horas, fazendo sombra para os outros, mas o sol do meio-dia, que não faz sombra a ninguém, mas que irradia luminosidade e calor!

•••



REGIANE MARIA SOPRANO MORESCO – OAB/SC 8.009



ADVOGADA E PROFESSORA - MEU DESTINO

Raquel Schöning

"Penso que cumprir a vida, seja simplesmente compreender a marcha e ir tocando em frente [...]. Cada um de nós compõe a sua história, cada ser em si carrega o dom de ser capaz e ser feliz". (Almir Sater)



Tudo começou no ano de 1985. Estudava no Colégio "São Luiz" pela manhã o segundo ano do científico, à noite, por sugestão de minha mãe (que havia sido normalista em Blumenau no Colégio Pedro II), o Curso Normal (magistério) no extinto Colégio Cenecista "Honório Miranda". Minha rotina era estudar e estudar, provas globais, trabalhos, estágio prático nas salas de aula no Colégio "São Luiz", traduções de francês para o Padre Orlando Maria Murphy, planos de aula para D. Marlene Petruscky, aulas de dança na Rojan com a Janete Zen, ensaios para os shows, aulas de datilografia. Ainda, andar de patins na pracinha e de bicicleta com a Fabiana Schmidt. Naquela época, nossos dias eram aproveitados com atividades reais, como a gincana do Banana, a gincana do Colégio (em que trocávamos ovos por santinhos), os bailes de carnaval do Paysandu, as tardes dançantes no Kaput's no Clube Caça e Tiro. Ainda, no final da tarde, sentávamos na calçada da confeitaria Kohler para paquerar e esbanjar alegria de viver.

Mas o tempo passa, e de repente o tempo das formaturas e dos vestibulares chegou, e com ele a responsabilidade de fazer as escolhas para construção de um futuro no limite das possibilidades que havia. Para UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina - inscrevi-me em Psicologia, apesar de já saber que meu pai não me deixaria morar em Florianópolis, caso eu



passasse. No vestibular da ACAFE - Associação Catarinense de Fundações Educacionais - após muitas discussões em casa, pois eu queria cursar Pedagogia, afinal, havia cursado o Magistério, e minha mãe protestava, pois alegava que, apesar de ter me sugerido cursar o Magistério, era apenas com o intuito de me aperfeiçoar na arte de ser esposa e mãe e não para ser professora, que não era profissão valorizada, e me desfiava uma enorme lista de desvantagens... e, acabei meio que forçada a me inscrever em Direito. O vestibular em todas as instituições de Ensino Superior era muito concorrido na época. Antes das provas comecei a estudar com afinco, e fui aprovada tanto no Curso de Psicologia da UFSC quanto no de Direito da FURB. Os jovens naquela época não tinham muita voz ativa, nossos pais quase que viviam nossas vidas, e os meus escolheram por mim o caminho do Direito.

E, em janeiro de 1987, quando eu e minha família estávamos na praia de Perequê, aproveitando as férias, recebemos um telefonema (ter acesso a um telefone na praia era coisa raríssima e, só nossos vizinhos de São Joaquim possuíam telefone, e era o número que deixávamos para recados urgentes). Minha mãe foi atender ao chamado, e era um convite para que eu lecionasse no Colégio São Luiz, para a 4ª série do primário. Eu mal havia completado 17 anos, mas novamente minha mãe escolheu por mim. Iniciaria no dia 1º de março daquele ano. E, iniciaria, também, a faculdade de Direito na FURB. Antíteses à parte, não tínhamos tempo para depressões ou conversas sinceras para que realmente me deixassem explicar o infortúnio do ocorrido. Afinal, se eu ia cursar Direito, qual a razão de trabalhar com a Pedagogia, justo o curso superior que mais queria fazer?

Acredito ter sido o ano mais desafiador de minha vida e, até hoje, mal sei como consegui. Lembro-me do primeiro dia de trabalho no Colégio, na 4ª série do primário: uma turminha grande com 48 alunos! E, eu com a missão de lecionar Matemática e Ciências, e a Professora Dona Deolinda Knihs Sestari lecionava Estudos Sociais e Língua Portuguesa, trocávamos de sala após o intervalo. Depois prossegui em parceria com as professoras Cláudia e Mara Regina Debrassi. Lembro-me igualmente do primeiro se-



mestre da faculdade, e que faltei na primeira semana de aulas, porque só chorava de tristeza (rezei várias novenas em vão!), e de medo de enfrentar um mundo totalmente desconhecido.

Mas segui o tal caminho e toquei em frente... fiz minha Carteirinha do Centro dos Estudantes Universitários de Brusque - CEUB - para ir de ônibus até Blumenau, que saía do terminal às 17h30min e retornava a Brusque às 23h. Meu primeiro dia de aula foi bem estranho, mal escutei a Professora de Direito Romano, pois o pânico fazia com que meu coração pulsasse na cabeça. Errei a sala, perdi-me nos corredores, eu que mal sabia atravessar a rua sozinha, como iria encontrar a sala que ficava no bloco D? Subindo e descendo escadarias sem fim, me achei. E, foi assim que enfrentei um dia de cada vez. Para minha alegria tinham mais pessoas conhecidas na sala: o Silvio (Pibe) Duarte, a Adriana Bina da Silveira e o Cristian Dadam. Aos poucos fui me arranjando e reunindo a confiança necessária para prosseguir. Minha posição, desde o terceiro dia de aula, era na primeira carteira (surda que sou!), e juntamente a Cíntia Cinara Correia, o Ruy Samuel Espíndola e o Jorge Welter, formamos um quarteto imbatível!

E, fui lecionando com o estudo das letras jurídicas. A profissão me ajudou muito nas apresentações dos trabalhos e seminários, até me rendeu o primeiro lugar para um júri simulado no papel de juíza. Apesar de o medo, tínhamos coragem para enfrentar os desafios, cada vez mais árduos e ... desafiadores. E, nesse vai e vem da profissão no Colégio e da Faculdade, apaixonei-me pelo Magistério e pelo Direito. Eu contava tudo o que se passava na faculdade para meus alunos que, carinhosamente, na época me chamavam de Tia Raquel, Tia Quequel, Tia Keka (alguns me chamam assim até hoje).

No Colégio, às terças e quintas-feiras também lecionava à tarde, visto que naquela época, as aulas destinadas às artes e Educação Física se davam em horário distinto. As aulas da tarde, além de a Educação Física, eram de Educação Artística, Clube Agrícola, PPT (Preparação para o Trabalho) para os meninos, e de Dança e Bordado para as meninas. As aulas de Dança eram ministradas por mim para todas as meninas de primeira a quarta série.



Consegui uma sala com espelho e barra, mais a vitrolinha do Colégio, e ao som do Balão Mágico, Trem da Alegria, Turma da Xuxa e Arca de Noé, ensinava as seis posições básicas do balé, os "demi pliês" e "grand pliês", os "tendus" e "jetés" e ensaiávamos dancinhas que eram apresentadas para os Pais nas datas festivas e maratonas do Colégio. Pensem na confusão das fantasias, dos ensaios, na escolha da música para a coreografia. A sala de dança foi improvisada no segundo andar do prédio central, local também usado como quarto improvisado pelo professor Ricardo José Engel que, muito solícito, permitia-me usar seu chuveiro para que eu pudesse me arrumar a tempo de correr para o terminal e pegar o ônibus para ir à faculdade. Tudo isso acontecia assim: as aulas da tarde acabavam às 17h15min, e meu ônibus da faculdade saía às 17h30min do terminal. Com autorização da diretoria, minha aula acabava um pouco mais cedo, às 17h, e eu corria tomar banho.... guardava a roupa da dança e toalha molhada na mochila, respirava fundo... mirava o morro da Igreja Matriz, e corria que nem louca em direção ao terminal, mas corria mesmo, caso contrário, não chegaria a tempo. Na ida, geralmente encontrava lugar para sentar e descansava até Blumenau (literalmente dormia, roncava).

Igualmente ao som das músicas e das coreografias, segui firme no estudo do Direito. A ida para a Faculdade era uma festa! Os ônibus precários, com bancos e janelas quebrados. Um deles a janela corria e ficava um espaço enorme sem vidros, que o Dantes Krieger chamava de "janelon" e, por essas e outras, ríamos muito! Quando o semestre encerrava e outro começava, cantávamos a música "as andorinhas voltaram... e eu também voltei". Muitas vezes íamos em pé, sentados sobre o motor ou nos braços das poltronas e nos equilibrávamos até Blumenau e vice-versa. Com o passar dos anos, mais ônibus foram disponibilizados, e íamos e voltávamos sentados, aproveitando o tempo para estudar e descansar, mas a diversão era sempre garantida. Geralmente, quando o ônibus chegava ao Biergarden em Blumenau, começávamos a arrumar nossos materiais para, logo ao saltar, conseguir fazer um lanhe na cantina, porque a aula começava às 18h30min. Lembro que certa vez, eu e Adriana Bina fomos lanchar, e no



tomate do sanduíche da Bina tinha uma larva branca viva caminhando.... pensem na qualidade do lanche!

Muitas vezes conseguíamos carona eu, Bina e Christian com nossos Professores que iam e voltavam para Blumenau de carro. Com o querido e saudoso pai da Bina, Dr. Marco Antônio Pizzaro da Silveira (que sempre me chamava de filha e me tratava como filha) e, com o Dr. João José Leal (que, na época era também Coordenador do Curso de Direito). Pegávamos carona com colegas, geralmente na volta, e era uma alegria poder chegar mais cedo a casa! Numa dessas caronas, eu Bina e Cristian viemos para Brusque, com a Karine e Dorian Willrich, que tinham um chevete azul. Chovia muito naquela noite e, quando quase chegando a Brusque, derrapamos numa curva e caíamos grota adentro! Pensa no susto! O carro rodopiou (rezei), caiu na grota, mas todos saímos ilesos! Pegamos carona com um taxista, todos molhados e sujos de barro. Num misto de pavor e alegria, tudo deu certo!

Iniciei a Curso de Direito no ano de 1987, um mês depois de o processo Constituinte ser deflagrado. Época em que o Brasil passava da ditadura para a democracia, sendo tema recorrente na faculdade o estudo das liberdades civis. Nas aulas de Direito Constitucional minha turma elaborou uma Constituição, tendo como foco o reconhecimento dos direitos humanos e as garantias individuais, sociais e políticas. Até promulgamos nossa Constituição, tendo o colega Adelmo César Santana fazendo as vezes do Presidente da República. Fomos inclusive televisionados pela RBS TV. Após, quando estávamos no terceiro semestre, em outubro do ano de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada.

No estudo da Ciência Jurídica, estudamos toda a transição do velho para o novo, ou seja, da reestruturação do Direito, com reconhecimento dos direitos fundamentais na Constituição. Antes, no Direito de Família, havíamos aprendido que o direito dos filhos espúrios, havidos fora do casamento, não eram os mesmos direitos dos filhos denominados legítimos, porém a nova Constituição igualou tais direitos. O Código Civil destoava da Constituição, e aprendíamos e estudávamos a legislação vigente em



contradição com a Constituição promulgada. Foi uma época muito rica, de muito aprendizado, de julgamentos inéditos como o reconhecimento do dever de indenizar pela ocorrência de dano exclusivamente moral.

Todos os trabalhos ou eram manuscritos ou datilografados. A minha sorte é que meu pai possuía uma máquina de escrever elétrica da IBM, e que tinha corretivo (permitia apagar eventual erro) e me foi de grande valia. Mas também possuía uma máquina de escrever manual, na cor cinza, que foi minha grande companheira na confecção das peças processuais no Estágio. Quando chegamos ao 8º semestre, tivemos a tarefa de confeccionar um trabalho enorme, com 30 (trinta) itens para serem pesquisados, envolvendo todas as temáticas já estudadas e aprendidas. O tal trabalho deveria ser datilografado dentro dos padrões da metodologia e entregue ao final do semestre. Após, tivemos prova oral desse trabalho, com atribuição de nota para a parte escrita e oral. O trabalho geral nos preparava para a prova da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que acontecia na própria Universidade, com uma prova escrita e uma prova oral, e passei em todas as etapas com sucesso.

Na época, o Curso de Direito oferecia a opção de nos formarmos ou só na área empresarial ou só na área criminal ou nas duas áreas, de forma conjunta, e essa foi a minha opção. Durante dois semestres tivemos aulas aos sábados pela manhã. De todas as disciplinas, Direito do Menor, ministrada pelo Professor Luiz Neri Pacheco dos Reis, era a que melhor considerava. Foi uma das melhores da graduação e, ele foi escolhido para emprestar seu nome à nossa turma. Lembro que a manhã passava muito rápido, pois as aulas eram magníficas, supremas. Estudamos com afinco todas as nuances do também novo Estatuto das Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

No último ano da faculdade, em 1991, no nono e décimo semestres, tivemos aulas de Medicina Legal I e II, disciplina ministrada pelo Professor Lorival Hari Saad, médico legista. No primeiro período as aulas foram bem pesadas, com slides aterrorizantes de crimes e formas de morte das mais diversas, ocasião na qual deveríamos ter a capacidade de analisar



a cena do crime e diagnosticar a causa da morte. Aprendemos a ciência da dactiloscopia, criada por Vucetich, bem como todas as particularidades das impressões digitais. Igualmente vários assuntos interessantes acerca da paternidade, dos traços genéticos, do RH do sangue, do hermafroditismo, do infanticídio. As provas eram descritivas, com dez questões, e para cada questão tínhamos 2 minutos, ou seja, um total de 20 minutos para finalizar a prova. Pensem na letra tremida de nervosismo!

Nessa disciplina, no dia 3 de maio de 1991, participamos de uma exumação, no Cemitério Municipal Testo Salto, em Blumenau. O objetivo era constatar a identificação do exumado, já que na época de seu enterro, a urna viera lacrada da cidade de Joinville, local em que fora encontrado seu corpo, em um matagal, em avançado estado de putrefação. No cemitério onde se encontrava depositado o corpo, não existia placa de identificação ou epitáfio com o nome do falecido ou outros dados que o identificasse, igualmente a exumação serviria para constatar a real causa da morte. E lá fomos nós.... Lembro que peguei emprestado com o Dr. Nica Schaefer (na época lecionava para seus netos no Colégio), máscaras cirúrgicas que emprestei para meus colegas. Deveríamos presenciar a exumação e elaborar um relatório detalhado de todos os passos do procedimento. E foi o que fizemos. Nossa equipe foi formada: Eu, Adriana Bina da Silveira, Cíntia Cinara Correia, Cláudio César de Oliveira, Ésio Escaburri, Kátia Ragnini Scherer, Rolf Rueckert, Ronildo Amauri Lopes, Ruy Samuel Espíndola e Stella Maris de Souza. O Ruy, para evitar passar mal durante o procedimento, tomou um comprimido de dramim, cujo efeito o fez ficar grogue e dormiu a exumação inteira! Por fim, nosso professor resolveu a questão, identificando o corpo como sendo mesmo o do investigado, e a causa da morte uma pancada no crânio.

Por conta dessa disciplina, interessei-me, no mesmo semestre, em participar do Júri Simulado da FURB, organizado em parceria com o Diretório Acadêmico (que se chamava Clóvis Beviláqua). O Júri Simulado envolvia todos os semestres da faculdade, sendo evento público em que poderiam participar todos os acadêmicos fazendo suas inscrições na Coordenação do



Curso. A participação no júri simulado, nas funções de Promotor de Justiça, Defensor do réu e Juiz de Direito eram restritas aos acadêmicos matriculados a partir do 8º semestre. Chegada à fase final de inscrição, os jurados, réus, testemunhas, escrivão, oficial de justiça e demais participantes eram sorteados entre os inscritos. Para o exercício das funções de Juiz de Direito, Promotor de Justiça e assistente da Promotoria e Advogados de defesa, os inscritos eram sabatinados por uma banca de professores, tendo como base o seguinte critério: o candidato escolhia qualquer artigo do Código Penal e tinha que discorrer, por 15 minutos, sobre o tema específico, elegendo uma teoria justificadora (que condenasse ou absolvesse o réu) e com fundamento na tese escolhida, deveria convencer os professores de que tinha encontrado a fundamentação adequada para ser aplicada naquele caso. Depois, o acadêmico candidato era sabatinado para confirmar sua teoria.

Só sei que posso dizer que, sem pretensão nenhuma, com o incentivo de minha amiga Sandra Silveira, que cursava o 8º semestre, inscrevi-me para exercer o cargo de Juíza de Direito, já que estava no 9º semestre. Escolhi como temática o artigo 123 do Código Penal, que tipificava a conduta do infanticídio e desenvolvi a tese de que o estado puerperal não deveria ser criminalizado, já que este alterava o grau de discernimento da mãe, tornando-a inimputável. Apresentei minha teoria, justifiquei-a com a autoridade de psicólogos e psiquiatras de renome e finalizei com um poema de Bertold Brech, intitulado "A Infanticida Marie Farrar" (ao final de cada estrofe havia um apelo para que ninguém se indignasse, "pois toda a criatura precisa da ajuda dos outros"). Lembro que, apenas, o Professor Luiz Carlos Schmitd de Carvalho questionou-me acerca da opinião de meu professor de Medicina Legal sobre o tema, e respondi-lhe que a opinião de meu Professor era a de que o puerpério não existia e que a prática era sim um crime, mas que nesse momento não era a opinião dele que estava sendo avaliada, e sim a minha (quase desmaiei de tanto nervoso). Acredito que convenci a todos (estavam na Tribuna e, entre eles os que, ainda, lembro: Dr. Carvalho, Dr. Acácio Bernardes e Dr. João Leal), pois não me fizeram mais perguntas. Assim, fui escolhida para ser a Juíza de Direito no Júri



Simulado, sendo orientada com primazia pelo Juiz Criminal de Blumenau, na época, Dr. Jorge Henrique Schaefer Martins, que me ensinou todos os passos a serem seguidos para presidir a solenidade, a qual ocorreu com muito sucesso. Lembro que também participaram os acadêmicos e, hoje, Advogados: Ivan Naats, Anselmo Lessa e Pedro Prim.

O Estágio de Prática Jurídica da FURB podia ser realizado na Comarca de Brusque, por meio de convênio entre a FURB e o Fórum, para atendimento das pessoas vulneráveis economicamente. Trabalhávamos com a Assistência Social e prestávamos a Assistência Jurídica, sob a supervisão do Professor e Advogado Éder Gonçalves, que a mim ensinou toda a arte do ofício, desde o trato com os clientes até o manejo das peças processuais. Lembro-me de um dicionário de petições de César Montenegro, em dois volumes, que ensinava exatamente todos os passos a serem seguidos para a elaboração de uma peça perfeita, com a indicação das condições da ação e indicação de todos os artigos do Código de Processo Civil.

No final de cada período íamos para Blumenau, para apresentar nosso trabalho para o Professor Vendolin Loes, que era o Coordenador do estágio. Íamos eu, Bina e Christian com o Éder Gonçalves, que na época tinha um fusca amarelo e um ford Belina. Pensem numa belina bonita? Mas que ao menor solavanco, a chave caía da ignição (mas, pasmem, o carro continuava ligado) e quando chegávamos a Blumenau, no estacionamento, precisávamos encontrar a chave para poder desligar o motor. Geralmente, todos saíam do carro e eu procurava a chave, sempre escondida nos mais inusitados "buracos negros" da possante.

Concluí o curso de Direito no do ano de 1991, e a formatura ocorreu em data de 21 de fevereiro de 1992, com missa no dia anterior. Recebi muitas flores dos meus alunos queridos do Colégio, em especial, da Família Schaefer (cada membro da família encaminhou individualmente um buquê de rosas, e ao todo recebi oito buquês deles), os quais tenho todos no coração. A colação de grau ocorreu do teatro Carlos Gomes, nosso paraninfo foi o Professor Acácio Bernardes, nosso patrono Professor Raulino Jacó Bruning, e nome de Turma Professor Luis Néri Pacheco dos



Reis. Eu fiz o juramento, e o formando Cláudio César de Oliveira fez o discurso. A comemoração com jantar e baile ocorreu na Associação da Artex. Dançamos até o amanhecer, uma festa linda, muito divertida e com muitas despedidas. Dos tempos da graduação, permanecem os grandes amigos e as grandes lições dos mestres companheiros e que serviram de exemplo para seguir no caminho do Direito. Entrei assustada na Faculdade e saí confiante e com uma profissão, pois, já estava apta para requerer a carteira da OAB e começar a advogar.

Por certo que, com muita tristeza, um pouco antes de minha formatura, em 31 de janeiro de 1992, desliguei-me do Colégio São Luiz. Foi uma época mágica à minha carreira profissional, em que pude exercer a profissão que mais amo na vida! E, todos os meus alunos, carrego-os em meu coração e em minha memória. Fizeram uma grande diferença em minha formação pessoal e profissional. Mas nessa fase da vida, com 22 anos de idade, deveria iniciar uma nova etapa profissional: o exercício da advocacia.

Paralelamente, a esses fatos, conheci meu marido David Luis Dada, no dia 3 de julho de 1986, no aniversário da Rose de Souza, minha colega do terceirão. Estamos juntos desde então! Casamos em 29 de julho de 1994, e por certo, muitos de todos os fatos e acontecimentos que fazem parte da minha vida, foram vivenciados com ele, que me apoiou em todos os momentos, inclusive e, principalmente, naqueles mais dificeis. Ajudava-me com a correção dos trabalhos e tarefas do Colégio, datilografava meus trabalhos da Faculdade, ajudava-me a estudar e a enfrentar os desafios. Sempre lutamos juntos e conseguimos crescer juntos, desde a aquisição do primeiro carro, até a construção de nossa casa. Sempre me apoiou em todos os projetos e eu igualmente os dele. Somos felizes e juntos construímos uma linda família. Temos dois filhos maravilhosos, Pedro Henrique e Sofia, que são a razão de nossos dias.

Bem..., voltando ao assunto da trajetória da minha carreira, em fevereiro do ano de 1992, Advogada formada, solicitei minha inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC). E, no dia 18 de maio de 1992, sob o número 8.153, recebi a tão almejada Carteira da



OAB, em sessão solene da Subseção de Brusque, realizada no Clube Bandeirante, das mãos de meu Professor, amigo irmão Éder Gonçalves. Com a minha inscrição na OAB na Carteira de Advogada, com muito orgulho, prestei meu compromisso com a profissão.

Na época, eu e meu marido havíamos adquirido um apartamento, para isso, demos como entrada o nosso carro (Escort), e financiamos o restante do valor.) Para resolvermos nossa locomoção, compramos um fusca verde ano 69, que era literalmente uma banheira e não ultrapassava os 50 quilômetros por hora e, ainda, vazava óleo por tudo! A cada dois dias consumia uma lata de óleo, mas nos conduzia a todos os lugares da cidade, mesmo sem funcionar o limpador de pára-brisas. Era um espetáculo a cena que resultava dessa nova aquisição,..., imaginem eu..., toda "loirosa", vestida na pompa de um Advogada (terninho, salto, pastinha e tudo que, pela formalidade, faz parte do conjunto tradicional do dia a dia de uma Advogada), dirigindo ou, domando com aquele fusca verde até o Fórum?

Ainda que meu pai fosse Advogado, iniciei minha carreira profissional de forma autônoma e sozinha, pois, na época, ele estava impedido de exercer a profissão por ser Procurador do Município de Brusque.

Em fevereiro de 1993, por indicação do Dr. Éder Gonçalves, comecei a trabalhar no Escritório de Advocacia ODR (Olinger, Diegoli e Ristow), com os Drs. Edson Ristow, Rosângela Visconti Ristow e Adalberto Olinger. Foi um período de grande aprendizado e muitas realizações e conquistas. Aprendi a advogar na área trabalhista e, guardo muitas lembranças boas dessa época e dos clientes, e nesse período conheci Dra. Rosana Letzov e Dr. Adailton Nazareno Degering, advogados éticos que, na defesa dos Trabalhadores, realmente, apenas buscavam o direito real de seus clientes. Na ODR aprendi a manusear um computador e na prática, a arte da advocacia. Com Dr. Adalberto prendi a técnica da confecção das defesas trabalhistas. Com Dra. Rosângela, aprendi como atender os clientes e a prática das audiências (saíamos juntas para as audiências e visitas aos clientes). Com Dr. Edson Ristow aprendi, além de a prática da advocacia comercial, a estudar com afinco e dedicação para preparar uma peça jurídica de qualidade.



Minha participação na ODR foi curta, de apenas um ano, mas intensa e profícua, contudo nossa amizade perdura, e somos ótimos amigos e companheiros de labuta até os dias de hoje.

No ano de 1994, mais precisamente no mês de fevereiro, iniciei a prática da advocacia com meu pai, Dr. João Celso Schöning (OAB/SC 2.334). Nesse mesmo ano contratei minha fiel escudeira e amiga irmã Daiane Kurtz, que trabalha comigo até os dias atuais - ou seja: 25 anos! - e, que, também, cursou Direito na UNIFEBE. No mesmo ano, igualmente, começou a trabalhar conosco a Dra. Mileny Truppel Merico e Dra. Lilian Mafra, as quais tenho no coração, por termos vivenciado grandes momentos de aprendizado jurídicos, mas que, depois de certo período, cada qual seguiu seu rumo. Carrego, da mesma forma, com muita gratidão, todos os trabalhos jurídicos desenvolvidos com os Juízes e Promotores da Comarca de Brusque, no decorrer dos anos: Dr. Carlos Roberto Prudêncio. Dr. Carlos André Moreira, Dr. Ernesto Zulmir Morastoni, Dr. José Carlos Kartens Kolher, Dr. Osmar Peron, Dr. Álvaro Luiz Martins Veiga, Dr. Eroni José Salles, Dr. Cláudio Helfestein, Dr. Carlos Alberto Civinski, Dr. Carlos Eduardo Braunsperger. Cada um com sua particularidade e com muita determinação e afinco pelo trabalho. Naquela época, nós, advogados, tínhamos acesso livre ao gabinete dos Juízes e Promotores, havendo um profundo respeito e admiração recíprocos. Trabalhávamos em espírito de equipe, sempre na defesa da cidadania e da ordem instituída.

E, assim, na militância da advocacia, de quantas liminares participei para liberação dos valores retidos pelo governo Collor, de quantas medidas cautelares participei para a sustação de protestos, de inúmeras cautelares inominadas para impedir a penhora do bem de família. Trabalhamos no escritório por 15 (quinze) anos para uma empresa Multinacional japonesa, com muito afinco e dedicação; porém essa empresa se liquidou e se mudou do Brasil, no ano de 2009. Participei de muitas batalhas jurídicas, em especial, na defesa de clientes devedores que haviam assinado o compromisso de depositários fiéis e eram emitidos contra estes os mandados de prisão. De todas as defesas, apenas um deles chegou a ser preso, mas consegui,



após dois dias, seu habeas corpus. Defendi essa causa no Superior Tribunal de Justiça, que na época, já entendia que a prisão não se aplicava, tendo em vista que o credor possuía outros meios de cobrar do devedor, que não fosse sua prisão, defendendo os direitos humanos acima da própria Constituição, conforme o Pacto Internacional de São José de Costa Rica, no qual o Brasil é signatário (apenas no ano de 2009 pacificou-se o entendimento pelo não cabimento da prisão, com edição de Súmula Vinculante).

No ano de 1998, no dia 25 de novembro, nasceu meu filho Pedro Henrique. Nesse dia conheci o verdadeiro amor, corroborado com o nascimento de minha filha Sofia, no ano 2000, no dia 29 de julho. Apenas um ano e oito meses de diferença entre eles. Nesse período eu me dividia entre os cuidados com meus filhos, a casa e meu escritório. Deixava as crianças na escolinha durante o dia para poder trabalhar. Com o coração na mão, é claro, pois não raras as vezes, eles choravam pela minha companhia. Ser mãe é a aventura mais maravilhosa de toda minha vida! Desde a gestação até o nascimento, o crescimento, os primeiros passos, as primeiras palavras, as primeiras vitórias.

Nesse período, minha cunhada Neide Nadir Dada, irmã de meu marido, começou a apresentar problemas de saúde, sendo diagnosticada com câncer no cérebro. Faleceu no dia 2 de novembro de 2000, mas antes, ela e meu irmão Ricardo batizaram minha filha Sofia, em agosto de 2000. Sua doença persistiu por dois anos, e ela enfrentou bravamente as operações, as sessões de radioterapia, a perda de seu lindo cabelo, a perda de sua consciência e, como se o tempo fosse um sopro, eis que sua vida foi se esvaindo com seus sentidos. Foi um período difícil para toda a família. E enfrentamos pela primeira vez a dor da perda, a dor da morte, a realidade que não queremos enfrentar, pois pensamos que somos eternos.

E, quando imaginamos que a dor de perder alguém tão jovem e tão amada já parecia ter acalmado nossos corações, no ano de 2002, no dia 28 de agosto, vítima de um acidente de carro, meu irmão Ricardo José Schöning veio a falecer. Ele era o temporão da família, nasceu em 3 de outubro de 1983 e eu, já tinha a idade de 14 anos. Lembro-me da grande alegria que foi



a chegada dele! O nascimento dele voltou a iluminar o nosso lar, que estava escurecido pelo falecimento de minha irmãzinha Camila, no dia 29 de julho de 1981, nascida prematura. Ricardo trouxe luz às nossas vidas, era um menino maravilhoso, sorriso farto, sobejava alegria e vontade de viver. No dia de sua morte, estava se dirigindo à faculdade na UNIVALI (lá cursava farmácia) de carro, pois havia perdido o ônibus. E, a fatalidade ocorreu. Desígnios da vida, de Deus, do destino? Aceitar a morte de mais um ente querido é um desafio que apenas sabe quem realmente passa a experiência.

A vida é assim...um eterno vai e vem de acontecimentos que, com o passar dos anos, dividimos entre boas e tristes recordações... . E, assim, uma oportunidade muito especial também chegou no ano de 2002! Recebi um convite da minha querida amiga Adriana Bina da Silveira para lecionar na faculdade de Direito da UNIFEBE, a disciplina Direito das Obrigações. Lembro que aceitei de pronto, e ela foi, pessoalmente, buscar-me no meu escritório e, comigo foi até a sala de aula, apresentando-me carinhosamente aos acadêmicos. E, é, essa parte da história que, considero ser o ponto culminante de minha vida profissional: ensinar a arte do Direito! E, assim, pude aliar a prática da advocacia com a prática do magistério e simplesmente me encontrei! Para poder prosseguir na profissão e me afirmar como professora titular, foi necessário cursar especializações e mestrado, e lá estava eu novamente na academia, como professora e aluna. Cursei Especialização em Direito Civil na FURB (2004), Especialização em Direito Constitucional na UNIFEBE (2006) e Mestrado em Ciência Jurídica na UNIVALI (2014). No ano de 2007 prestei processo seletivo na UNIFEBE para as disciplinas Direito das Obrigações e Contratos e fui selecionada como professora titular, adquirindo a titularidade das disciplinas Responsabilidade Civil (direito matutino) e Posse e Propriedade, bem como professora orientadora do Estágio no Núcleo de Prática Jurídica.

Nesse período, para que eu pudesse conciliar as atividades no escritório, as aulas na faculdade, o cuidado com a casa e com os filhos, precisei da ajuda de muitas pessoas. Porém, uma delas, no ano de 2008, exorbitou de minha confiança e precisei remodelar minha vida para poder cuidar da casa



e dos filhos.

Tragédias e dificuldade à parte, em 2010 resolvi não mais continuar com meu escritório e apenas dedicar-me à docência. Decisão muito dificil que só pude enfrentar graças à ajuda do meu marido, da minha amiga Daiane Kurtz, dos meus clientes e, em especial, do meu amigo e advogado que muito admiro, Éder Gonçalves. Foi um período difícil, de adaptação ao novo, de pisar no freio, de dedicar-me mais à família e aos afazeres do lar. Mas, as crianças foram crescendo, fomos tocando em frente, compreendendo a marcha... e, sempre unidos, cada qual compondo a sua história.

No ano 2012, a convite do Prof. José Carlos Schmitz, Coordenador do Curso de Direito na época, assumi, também, como Professora orientadora do Estágio supervisionado do Curso de Direito. Então, voltei a advogar, agora exercendo a atividade da advocacia aliada à docência, pois todas as atividades realizadas pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) são realizadas no intuito de orientar os acadêmicos, desde o atendimento aos clientes (vulneráveis economicamente) até o manejo das peças processuais e acompanhamento nas audiências.

Como Professora universitária, divido à cátedra com companheiros de trabalho que muito estimo e admiro e, em homenagem à nossa união, não poderia deixar de fazer uma referência especial àqueles que considero extensão da minha família e que comigo trabalham na UNIFEBE: Ricardo Vianna Hoffmann, Ricardo Engel, Schirleni Ristow, Carla Piffer, Daíra de Jesus, Rafael Niebuhr Maia de Oliveira, Adriana Bina, Anna Matoso, Douglas Benvenutti, Célio Acelino, Samantha Staciarine, Simoni Urnau, Carla Piffer, Gislaine Carpena, Fabio Schlikmann, Ricardo Henrique Hoffmann, João Batista Loz, Gerusa Conceição...! Somos muito unidos e para mim são como minha família.

Ser Professora é, para mim, cumprir minha missão nessa vida! É seguir em frente com a convicção de que exerço meu trabalho na profissão que realmente amo. Pode não ser tão rentável economicamente quanto à advocacia tinha sido para mim, mas sinto-me recompensada pelo aprendizado e, esse sentimento, não tem preço! Quando recebo os alunos no terceiro

semestre, período em que muitos ainda são adolescentes, outros que, por razões óbvias, não estabeleceram seus objetivos para vida adulta e, por essas e outras razões, nos parecem que estão perdidos..., lembro-me de mim mesma nesse período, e faço o meu melhor para que se apaixonem pelo Direito, para que mudem seus comportamentos e passem a enxergar a vida sob nova perspectiva, sob a perspectiva do estudo, do aprimoramento, do amor ao próximo e na luta incessante pela Justiça. E, dedico-me a acompanhar o crescimento deles até o último semestre, quando apresentam os trabalhos finais de conclusão de curso. Então, sinto que fiz meu trabalho quando, cada turma chega ao final do Curso, vejo que se tornaram adultos, com convicções próprias, cada qual defendendo o assunto que mais lhe interessa, com bravura, sem medos e com o olhar fixo para o futuro que a carreira lhes oferece. Fazer parte da história de cada um deles, é recompensador. Eles fazem a diferença em minha vida, tanto que todos os semestres me empenho cada vez mais em estudar para passar a eles o meu melhor, sempre com humildade daqueles que sabem que não sabem tudo que pensam saber, mas ensinam o que sabem com respeito e responsabilidade inerente à profissão que abracei.

Confesso que, chegando a hora de terminar essa breve narrativa, atendendo à missão de contar a minha trajetória no mundo da advocacia como uma das primeiras mulheres advogadas de Brusque, sinto-me tomada de grande emoção, tal qual a que senti ao iniciá-la! Eis que relembrei o pretérito de forma saudosa e divertida, esclarecendo que, apenas, algumas passagens foram registradas, mas que, juntas, reúnem uma série dos acontecimentos que entendo ser os principais para que a Pedagogia se aliasse ao Direito, sendo este meu destino, provavelmente, já devidamente traçado pelo Criador, para minha completa felicidade!

"A mais inelutável de todas as influências que atuam sobre a formação da natureza humana, em todos os seus elementos, é a mulher. Mãe, amante, esposa, filha, mestra, ela é a explicação do indivíduo e da sociedade. (...) Todos os extremos, todos os sacrificios, todas as honras do Estado são poucas para a educação feminil, e a proclamação da igualdade dos dois sexos perante o ensino impõe-se como a legenda suprema da nossa propaganda. Eu diria, senhores, que a educação da mulher contém em si a educação do povo, como a terra mãe contém no seio o mundo infinito da vegetação, que a cobre, desde a rasteira gramínea dos prados até às selvas desafiadoras da tormenta. (...) A mulher envolve e domina a esfera humana, como a safira diáfana do firmamento envolve e domina a esfera terrestre."

Rui Barbosa





DIREITO, O CAMINHO PARA A CARREIRA E A REALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Adriana Bina da Silveira

6

Dizem que um rio segue o seu percurso até chegar ao mar... Porém, o caminho que faz, somente o faz, se houver a sua nascente.

Nasci e me desenvolvi dentro de uma família constituída por Professores. Minha mãe, Vera Maria Bina da Silveira, desde a tenra idade iniciou suas atividades profissionais na Biblioteca Pública municipal de Bagé – RS. Cursou o ensino superior em Letras, embora tenha também sido aprovada no vestibular para Direito, à época. Diplomou-se em 1973; e, desde então, mediante concurso público, exerceu o magistério no Estado de Santa Catarina com maestria: doçura e competência, além de atividades de gestão na educação, com as mesmas qualidades.

Meu pai, querido, terno e eternamente amado pai, Marco Antônio Pizarro da Silveira, desde muito cedo deixou os pampas gaúchos, em busca de qualificação mais especializada à que sua região pudera ofertar nos idos de 1960. Formou-se em Economia, Direito e no Magistério Superior. Ingressou nos quadros da Justiça do Trabalho em 1962, e desempenhou suas funções com todas as características que um filho possa desejar de seu pai. Professor no ensino médio e universitário, via no ensino, o horizonte. Um horizonte que abriria todas as boas portas imaginárias para se viver de forma ética e concreta, tudo o que se desejasse.



Ambos, com toda devoção, criaram, instruíram e educaram não apenas seus filhos biológicos, mas também boa parte da família Bina. E o fizeram pautados em princípios muitos sólidos de amor, afeto, honradez, fé no Criador e na solidariedade, estando sempre envolvidos com o voluntariado.

Essa foi a minha nascente. O que fiz para tê-la de forma tão cristalina, deixo ao critério de Deus, e procuro não O questionar, não por não ter essa vontade, mas porque gosto de crer que a Sua Bondade é soberana e sou imensamente grata, todos os dias, à Sua generosidade.

Nasci em Bagé, em abril de 1970, e viemos para Brusque, em maio do ano seguinte. Juntamente vieram minhas avós e tios maternos. Eu era a única pequena entre os adultos tanto da família como da vizinhança; e, pelas manhãs, normalmente ficava aos cuidados de meu pai, que iniciava suas funções na Justiça do Trabalho às 11 horas, enquanto minha mãe se encontrava lecionando. Passeávamos bastante e dentre tantas idas ao Parque da Caixa D'água, um dia vi crianças do Jardim de Infância Bom Pastor e, a convite de uma das Professoras, entrei aos 2 anos de idade, e lá permaneci.

Ingressei no Colégio Cônsul Carlos Renaux aos 5 anos, e aos 16 concluí o então científico, hoje conhecido como ensino médio.

Lembro-me tão bem de que, carinhosamente, meus pais diziam: "vocês não precisam ser os melhores. Mas gostaríamos muito que estivessem entre os dez melhores".

Em nossas vidas, ir para a universidade era semelhante a seguir o fluxo normal do rio. Fazê-la bem, era não interromper uma trajetória natural, seguida, contudo, de dedicação e responsabilidades.

Refletindo sobre o curso dessa dinâmica, posso assegurar que não havia cogitação diferente. A única dúvida que poderia pairar era sobre: o que eu pretenderia ser como profissional? Quando muito pequena, pensei em ser Médica. Mas fiz vestibular para Odontologia, para a Universidade Federal de Santa Catarina e Direito para a Universidade Regional de Blumenau – FURB. Na época, não existia o Curso de Direito em Brusque, nem o de Odonto em Blumenau ou região.

Por que Odonto? Achava uma profissão muito bonita e, principalmente,



representaria morar em Florianópolis. Por que Direito? Ora, Direito era a referência de profissão que eu tinha, além de o magistério, que no momento não se encontrava em meus planos, especialmente, porque via minha mãe e meu pai com seu tempo destinado às salas de aulas e a corrigir pilhas e pilhas de trabalhos, em casa.

Não obtive êxito na Federal, e fui aprovada para ingressar no Curso de Direito da FURB. O vestibular em 1987 tinha o percentual, se não estou enganada, de mais de nove alunos para cada vaga, com o ingresso de 80 calouros.

Sinceramente, aos 16 anos, eu não sabia o que queria ser. Apenas sabia que deveria ser. Jamais tive qualquer tipo de direcionamento direto de meus pais para o exercício profissional. Minha única obrigação era estudar e ser feliz. A opção e responsabilidade pelo que traria à minha felicidade era exclusivamente minha.

Refleti se valeria a pena ficar um ano em Florianópolis, fazendo cursinho para ingressar em uma carreira que eu nem sabia se tinha vocação. Aliás, os testes vocacionais que fiz, sempre foram direcionados às carreiras voltadas às ciências sociais e aplicadas.

Então, resolvi que meus estudos deveriam ter continuidade em algo produtivo para mim. Em fevereiro de 1987, aos 16 anos, iniciei no curso de Direito. Juntamente ao curso, iniciei-me na carreira empresarial. Trabalhei em um pequeno comércio de titularidade de um tio, de minha mãe e minha. Fiquei por onze meses. Não tive o menor dom para tal ofício.

No início de 1988 comecei atividades no Cartório da 2ª Vara Criminal da Comarca de Brusque. A partir de então, o que não estava ainda bem definido para mim no âmbito universitário, passou a se desenhar como a minha mais completa realização: estudar o Direito era o que intimamente eu queria. Me apaixonei.

Fiz a faculdade ladeada por um pequeno intercâmbio aos Estados Unidos. Não posso dizer que tenha sido o período mais feliz de minha vida, pois todos foram e continuam sendo...Mas sem sombra de dúvida, foi um tempo inesquecível!



Conclui o curso em dezembro de 1991, e colei grau em 22 de fevereiro de 1992, realizada!

Desse tempo, guardo as mais doces lembranças, que ficaram registradas em meu coração e nas palavras editadas por minha família:

ADRI. Na oportunidade em que conquistas, através de inquestionáveis méritos pessoais, tão significativo galardão, nós, teus pais e irmãos, gostaríamos de revelar nossa imensa alegria e esperança, com a seguinte reflexão: 'É graça divina começar bem, graça maior é persistir na caminhada certa, mantendo o ritmo. Mas graça das graças é não desistir, podendo ou não, caindo às vezes, mas levar a luta até o fim.' (D. Hélder Câmara).

Ouerida,

Guarda com carinho esta mensagem e comprova que mais uma vez, a vida sorri para nós e para ti.

Para ti que venceste esta importante etapa da vida com tanta galhardia. Para nós, em podermos cumprimentá-la por esta nova e brilhante conquista.

PARABÉNS!

Que outros desafios apareçam e que novamente possamos parabenizá-la como hoje o fazemos.

Que Deus abençoe, proteja e ilumine, para que tenhas sempre sucesso em todos os teus empreendimentos e futuros projetos. Brusque, 22 de fevereiro de 1992

Marco Antônio, Vera, Rafael, Ana Paula, Nice.

Os inesquecíveis tempos da Acadêmica....

A partir do terceiro ano da faculdade, além de estar apaixonada pela Ciência Jurídica, estava realizada, pois passei a compreendê-la mais, embora tenha concluído o curso com a sensação de que nada ou muito pouco sabia. Ainda hoje permaneço constantemente com essa compreensão.

Durante os cinco anos, além de os ensinamentos que me foram passados, conheci amigos para toda a vida, tive Professores que recordo com todo carinho e admiração e, o maior deles: meu pai, que, embora apenas



por três semanas¹, tive-o como meu mestre na disciplina de Direito do Trabalho.

Nos anos de 1980 e 1990 ingressar na faculdade era um privilégio. Creio que continue sendo.

Mas digo que naquela época era ainda maior, devido à escassez de Universidades e Cursos disponíveis. Para cursar Direito tínhamos que ir a Blumenau ou Itajaí.

Durante todo o Curso, meu deslocamento cotidiano foi por meio do ônibus universitário.

Em várias oportunidades, pegávamos carona, com meu pai, com o Dr. João José Leal, nosso professor e Coordenador do Curso, com o Dr. Eder Gonçalves, nosso Professor no Estágio de Prática Jurídica ou com colegas.

Em uma oportunidade, eu e a querida amiga Raquel Schöning, colega de turma, pegamos carona e nos envolvemos em um pequeno acidente que, embora tenha nos assustado bastante, com a graça Divina saímos todos ilesos. Já no ônibus, era comum irmos em pé ou sentados na proteção do motor do veículo, ao lado do motorista. Era uma odisseia, especialmente, para mim e colegas de baixa estatura.

Tínhamos que ir nos equilibrando. Com o tempo, mais linhas foram sendo disponibilizadas. E concluímos a faculdade, indo todos sentados para Blumenau. Tínhamos até local cativo, principalmente, os casais de namorados.

No ônibus conversávamos, estudávamos, dormíamos, ríamos. Uma de nossas amigas tinha uma risada linda! Muitas vezes, não sabíamos do que se tratava, mas ríamos todos juntos! A viagem era uma alegria, ao menos para mim, mas creio que para a grande maioria. Éramos felizes! Éramos estudantes!

¹ Marco Antônio Pizarro da Silveira foi professor da Universidade Regional de Blumenau - FURB por 20 anos nos Cursos de Direito, passando também por outros Departamentos. Em 1989 afastou-se da docência para, representando-a, cursar a Escola Superior de Guerra – ESG, no Rio de Janeiro, por um ano. Foi professor da Fundação Educacional de Brusque - FEBE por 31 anos, dedicando-se aos Cursos de Estudos Sociais e Direito. Foi Professor do Colégio Honório Miranda por 16 anos.



O meu ponto de chegada de Blumenau a Brusque era a Praça Barão de Schneeburg. Todos os dias, durante os cinco anos, tive meu pai me esperando. Quando ele não podia, minha mãe assim o fazia ou minha irmã de coração, Nice Bissoni. Nos meus estudos, era comum envolver toda a família. Até minha querida irmã caçula, Ana Paula, entrava nos grupos de aprendizado. Com 6 ou 7 anos, sabia muito bem o que significava a usucapião. Com toda a humildade, posso afirmar, com a mesma certeza, de que fui muito agraciada em oportunidades, mas principalmente, em carinho.

Fiz toda a faculdade sem computador particular. Tudo era feito de forma manuscrita ou datilografada². A maioria das pessoas não tinha acesso particular a esse equipamento.

Mais para o final do curso, usávamos computadores da Biblioteca ou do Laboratório e gravávamos nossos trabalhos em disquetes (discos rígidos). Não tínhamos pendrive.

Não havia Trabalho de Conclusão de Curso nos moldes atuais, mas no último ano, tínhamos que apresentar um trabalho final, englobando 20 temas preestabelecidos. Nessa oportunidade, ganhei de meus pais uma máquina de escrever elétrica. Foi uma alegria. Ainda a mantenho como uma grande recordação de minha vida.

Recordo-me de que em um dos meus aniversários, pedi como presente uma obra que envolvia as jurisprudências atualizadas dos tribunais. Guardava-a como uma relíquia.

O dicionário era instrumento fundamental que deveria estar sempre ao alcance.

Esse foi um grande ensinamento de meus pais: se você não sabe o significado de uma palavra, sempre procure o dicionário e o tenha próximo para não ter preguiça de usá-lo.

Na graduação, o quadro docente era altamente qualificado sob o ponto de vista cognitivo do Direito. Mas não me recordo de muitas aulas com material didático fornecido pelos Professores. Tínhamos que anotar tudo e ... pesquisar. Tínhamos que ler!

² Era comum fazermos cursos de datilografia.



O contato à jurisprudência se dava por meio de obra física. A Jurisprudência Catarinense era um bem valioso e fundamental nos escritórios de advocacia e nas estantes dos Gabinetes do Fórum. Com o tempo, as decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina passaram a ser disponibilizadas em CD.

Quando não tínhamos aula, por algum motivo, e na época era comum que isso acontecesse, normalmente eu ia assisti-la em outras turmas. Frequentávamos a Biblioteca, e tínhamos aula de como localizar as obras nas estantes.

Penso que tenha sido uma boa aluna, embora tenha reprovado em uma disciplina, em virtude de desentendimento com o Professor. Foi ausência de inteligência de minha parte, pois, embora não tenha me arrependido em nenhum momento de ter externado minhas posições³, meu erro foi o de ter deixado que isso afetasse a demonstração de meu desempenho como acadêmica. Cursei-a no semestre seguinte, aos sábados. Passei, sem precisar fazer anotações ou outras leituras além.

Já em Direito Tributário foi o contrário: passei com média 10. Contudo, sempre tive compreensão de minha limitação para desenvolver a profissão nessa área de forma adequada. Isso me trouxe uma verdadeira lição: a nota é importante, mas o sólido conhecimento é que nos capacita para o exercício profissional.

Tivemos a oportunidade de ter uma aula com Luís Alberto Warat sobre "o amor" aplicado ao Direito, em um momento em que esse era basicamente Kelsiniano.

Participei de forma indireta no movimento estudantil, e meus maiores mentores foram Ruy Samuel Espíndola e Rosane Maçaneiro. Dentre tantos congressos que participamos, o que mais marcou a minha vida foi o Encontro Nacional dos Estudantes de Direito – ENAD, realizado em Teresina - PI. Fomos de ônibus, semileito. Três dias de viagem,

³ O Professor externou a posição de que as mulheres daquele segmento, não, porém, as de seu convívio pessoal, faziam o curso de Direito porque não tinham outra coisa a fazer.



-

atravessando o país pelo Sertão. Ficamos alojados na Universidade Federal. Valeu a pena! Como valeu!

Além de as palestras com Amilton Bueno de Carvalho, Clemerson Merlin Clève, Edmundo Lima de Arruda Júnior, Rui Porta Nova, tínhamos a oportunidade de estar com essas celebridades em rodas de conversas e cantorias jurídicas nos jardins da Universidade, no exato momento em que surgia o então denominado "Direito Alternativo".

No último ano, também tive a oportunidade de participar da X Conferência Estadual dos Advogados Catarinenses, realizada em Criciúma entre os dias 14 a 17 de novembro de 1991. Foi um momento histórico para minha vida acadêmica: tivemos palestras com Evandro Lins e Silva, Ulysses Guimarães, Hélio Pereira Bicudo, dentre tantos outros.

Conclui a faculdade com a vontade de estar iniciando... embora intimamente ciente de que o tempo que ali estive me dediquei, aprendi, cresci e que, para ser uma profissional nos moldes que mereceria, necessitaria continuar o fluxo de minha trajetória com postura contínua e madura. Exemplos para isso eu tive: tanto no lar como na universidade.

Em 1987, o Código Civil utilizado - Lei 3.071 era o promulgado em 1916, em vigor desde 1917. Sob essa legislação, estudamos todo o Direito Civil: da Parte Geral às Sucessões.

As pessoas somente adquiriam a maioridade aos 21 anos, exceto nos casos de emancipação. E os loucos de todo o gênero eram considerados absolutamente incapazes. E nos questionávamos: o que é ser um louco de todo o gênero?

Durante toda a faculdade, o Divórcio para ser decretado necessitava de prazos específicos de constituição do casamento e, para se separar consensualmente, o casal deveria estar casado há pelo menos 2 anos, passando, posteriormente, para apenas um ano.

No casamento havia legalmente constituídos os deveres da mulher, os deveres do marido e os deveres de ambos. O homem era o chefe da sociedade conjugal e exercia o pátrio poder com a colaboração da mulher.

Estudávamos a filiação, não apenas para fins acadêmicos, mas a re-



alidade imputava aos filhos as designações como legítimos, ilegítimos (espúrios, sendo adulterinos ou incestos) e legitimados, com implicações jurídicas diversificadas.

Em 1987 e 1988 tivemos aula de Direito Constitucional, justamente no ano da Constituinte e sua promulgação, respectivamente. O que estudar? A legislação em vigor? Não tínhamos ainda o texto sagrado da nova Carta. Nossa Professora instituiu uma "Assembleia Constituinte" para a nossa turma, e tivemos que elaborar o texto de uma constituição federal durante o semestre. Nosso Presidente era carinhosamente chamado de Dr. Ulysses.

Quando tivemos aula de Direito Previdenciário, a lei em vigor era a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS – nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que seria revogada no ano seguinte.

Estudava-se a situação dos menores, até meados de 1990, por meio do denominado Código de Menores – Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. Tivemos a sorte de, em 1991, termos aula de Direito da Criança e do Adolescente já sob à luz da inovadora Lei 8.069, de 13/07/1990, considerada como uma das maiores legislações sobre o tema. Ao idoso não era empenhado o cuidado necessário à sua inclusão social.

Éramos preparados para o conflito: para solucionar o conflito.

A partir de 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, parece que passamos a respirar. Os direitos fundamentais e sociais transformaram-se em temáticas amplamente debatidas e, aos poucos, efetivadas de maneira garantista. Já não se tratavam mais os filhos de forma discriminatória. Homens e mulheres foram considerados como pessoas com direitos e obrigações semelhantes. A dignidade da pessoa passou a ser o alicerce da hermenêutica jurídica e do Estado Democrático.

Sob minha ótica, era uma loucura: positiva, pois o período ditatorial parecia ter começado a ficar no passado. Havia uma promessa formal de que as liberdades passariam a ser respeitadas, assim como as diferenças. Crianças, adolescentes, idosos, indígenas passaram a ser vistos sob a ótica da igualdade formal e não apenas material. O estado democrático de direito passaria a estar firmado e sacramentado. Negativa: havia o arraigado



conservadorismo e a hipocrisia quanto ao novo. E nós erámos estudantes!

Sabíamos de uma coisa: haveríamos de estudar muito mais. A partir de então, a base do Direito certamente seria o Direito Constitucional. E, não se conhece o Direito Constitucional apenas por passagem. Ou se conhece, ou se conhece.

Creio que entendemos que para ser um profissional gabaritado, necessitaríamos ir mais a fundo. Necessitaríamos fazer o que queria nosso Professor Miguel Alves de Lima – precisaríamos ter conhecimentos mais sólidos, perpassando pela Filosofia, pela principiologia, e precisaríamos encarar o Direito como uma Ciência e não apenas como um apanhado de leis a serem aplicadas duramente.

Miguel Reale, com a sua filosofia humanista, passou a ter lugar mais acentuado, ao menos para mim e em meus estudos.

Eu me encantava ainda mais pelo Direito.

Ao longo desses anos, praticamente a maioria das leis que estudamos foram revogadas ou parcialmente revogadas. Isso não quer dizer que os estudos foram em vão. Pelo contrário. Isso demonstra que foram válidos para um momento da Sociedade e que o Direito não é estático, pois a vida em sociedade assim não o é.

Além do mais, os alicerces da Ciência, normalmente são os mesmos, o material também o é: o ser humano. Com o tempo, o que se faz é olhar com outras lentes, adequando-se à forma, eis que necessário que assim o seja, pois, embora continuemos humanos, somo-lo com as transformações que uma vida globalizada nos imputa.

Durante a faculdade estive por muito tempo no Fórum da Comarca de Brusque: ora como estagiária, ora como contratada, mas sempre exercendo atividades na 2ª Vara Criminal.

No último ano, fui estagiar no Escritório do saudoso Dr. Osni Ramos, bem como do Dr. Carlos Alberto Klabunde. Foram experiências muito ricas e de aprendizado. Minha primeira audiência, como estagiária, e era possível ao estagiário participar da audiência inicial trabalhista sem estar acompanhado do advogado, foi em uma causa patrocinada pelo Dr. Kla-



bunde. Lembro-me de como se fosse hoje: acabara de completar 21 anos, de estatura baixa, e com a fisionomia que aparentava não ter completado a maioridade, penso que nem pela idade do Código atual.

Eram audiências trabalhistas, realizadas no foro de Itajaí. Entre o "senta e levanta", conhecido por todos nas audiências iniciais, quando entrei e tomei o lugar do advogado, todos pararam e, por certo, me olharam. O Juiz perguntou quem eu era. Identifiquei-me, entreguei as credenciais e a audiência se iniciou. Não houve a oportunidade de me pronunciar juridicamente, além de dizer que não havia acordo. Ao final, o Magistrado questionou se eu era parente do Reclamado.

Refleti muito e encarei esse fato como um desafio encantador: eu teria a responsabilidade de conquistar meu espaço e o respeito, única e exclusivamente, demonstrando competência intelectual e postura ética profissional. A advocacia, por muito tempo foi vista como uma profissão masculina, exercida por quem detinha não apenas a voz firme e forte, mas também porte.

Aprendi por toda a minha vida, que nossas potencialidades se medem pelos nossos atos e não pela nossa aparência. Assim sendo, a minha primeira experiência em audiência, a tenho como um fato burlesco. Um aprendizado em relação às expressões de pessoas maduras sobre "meninas" estarem exercendo atividades profissionais em um dos três sagrados Poderes.

Ao concluir o curso, em 1992, fiz a Prova da Ordem e adentrei nos quadros da OAB – Seccional de Santa Catarina em 26 de junho de 1992. Prestei o compromisso de exercer minha profissão e recebi a habilitação por meio do Presidente da Seccional, Dr. Marcus Antônio Luiz da Silva, pessoa sem igual: advogado, professor e amigo com características que levarei no coração por toda a minha existência.

Ao longo de minha carreira na advocacia, praticamente todas as experiências foram assim: exerci a profissão por meio de meu ofício, do exemplo, do conhecimento que detive e do respeito que emprestei às partes e colegas, bem como pelo juramento que fiz ao colar grau e ao receber a habilitação para advogar.

Fui advogada pelas peças que produzi, pela forma que atuei e não pela



maneira como entrei no Tribunal.

Ao colar grau, fui fazer a Escola do Ministério Público, pois tinha a intenção de me efetivar na carreira pública. Passei a trabalhar na Assessoria do Ministério Público, com o querido e saudoso Dr. Osmar Peron, pessoa que também levarei com todo o meu carinho para sempre.

Conclui os estudos no mesmo ano, e iniciei a empreitada dos certames. Ao que me recordo, fiz um concurso para o MP em SC, um em RS. E mais um em SC (nesse, não houve nenhum aprovado na primeira etapa). Não obtive êxito nos três.

No início de 1993, um amigo da Escola fez minha inscrição para o concurso de Juiz Federal. Fiz a prova da primeira etapa, sem qualquer pretensão, pois jamais tive a aspiração de ingressar na Magistratura. Meu sonho era o Ministério Público. Com o resultado, menos de 10% dos inscritos entre os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina haviam sido aprovados. Meu nome estava lá. Foi uma satisfação pessoal, pois nos anteriores não havia tido êxito. Um orgulho para meus familiares e a constatação de uma realidade para mim: eu não possuía maturidade psicológica para, naquele momento, continuar adiante. Parei de estudar. Fui para a segunda etapa, sem preparo e aos poucos, abandonei os concursos.

Nesse período, meu pai se aposentou na Justiça do Trabalho, meu querido irmão se formou em Direito, e tivemos a graça de receber de nossos pais um escritório montado para atuarmos. A bondade de nossos pais sempre foi sem limites, porém, uma coisa era certa: eles nos instrumentalizavam, contudo, os voos, as responsabilidades deveriam ser nossos. Era para isso que havíamos sido criados e "Eles não seriam eternos". Teríamos que estar prontos para o mundo.

E, assim, se fez. Criamos a sociedade de advogados Bina Pizarro da Silveira, devidamente inscrita na OAB/SC. Atuamos em várias áreas: Direito do Trabalho; Direito Civil; Direito Empresarial; Direito Previdenciário e até Direito Penal.

Na época, entendia que a atuação no Poder Judiciário era extremamente formal. Muitos profissionais se tratavam como se estivessem indo para uma



batalha e não para uma audiência em que se procurava o exercício profissional com a verdade, a aplicação do Direito à pretensão de seu cliente de forma ética e o reestabelecimento da Justiça. Esses eram meus ideais. Creio que por isso, a advocacia tenha se desenvolvido em minha vida por certo tempo, e se tornado um afluente na efetivação de minha atual carreira profissional.

Mas como o presente artigo possui características muito peculiares sobre a vida de quem a escreve, não posso deixar de dizer que quem eu tive ao lado na sagrada atividade profissional da advocacia, além de me encorajar, dava-me a alegria de estudar e aplicar a ciência jurídica.

Meu colega de profissão, Marco Antônio Pizarro da Silveira, se, certamente, deixou-me completamente livre para escolher o ofício e, assim, que o fiz, instrumentalizou-me em todos os sentidos.

Fecho os olhos e lembro-me com toda a felicidade como nosso escritório foi carinhosamente montado. Com mais carinho, ainda, todas as minhas peças eram lidas e corrigidas por ele. Quando as via rabiscadas, ele me olhava com toda a ternura, porém com o mesmo grau de rigor e profissionalismo, dizia: "a peça deve ser entendida por quem a está lendo e não somente por quem a escreveu".

Meu colega de profissão me acompanhava em todas as minhas ideias jurídicas e me fazia refletir se o melhor caminho era aquele. Acompanhava-me praticamente a todas as audiências, e todas as sustentações orais que fiz, ele estava na plateia. Como era gratificante não só ver o brilho nos olhos dos nossos clientes, mas, o brilho nos olhos de quem eu tive como meu maior mentor. No Tribunal do Júri que fizemos, além de meu irmão Rafael, pessoa a quem nutro o mais puro afeto, de meu irmão de coração Arthur Otto Niebuhr, ele estava lá, ao meu lado. E ele esteve ao lado para acompanhar minha inserção naquela que seria minha maior realização profissional: o Magistério. Mas esse é um tema para um pouco mais adiante... .

Tivemos várias experiências, francamente, interessantes na advocacia enquanto mantivemos nosso escritório e tivemos conosco outra profissional muito importante, Raquel Bianchini Mosimann.



Além de as atividades rotineiras, recordo-me com muita humildade científica e com contentamento na alma, de ações que patrocinamos contra empresas alemãs, que até então, não havia se obtido êxito. Ao receber toda a documentação na língua estrangeira, foi uma odisseia decifrar os facsmiles e montar a defesa de nosso cliente. Lembro-me, como se fosse hoje, de que ao aguardar a concessão da liminar em medida cautelar inominada nesses autos, perguntei ao juiz "- o senhor a concedeu?" E a resposta foi nesses termos: "- Claro, com toda a situação tão detalhada, não poderia deixar de concedê-la". Conseguimos o bloqueio de um crédito de terceiros com empresas estrangeiras, e mais, conseguimos o crédito na sua totalidade e não apenas aquele referente aos documentos que possuímos no momento.

Com base nisso, nós e nosso saudoso cliente, pessoa que recordo com todo carinho e admiração, entendemos por bem reforçar ao juízo que, até aquele momento, tínhamos a prova de uma parcela do crédito. E, assim, fizemos. Ao final, recebemos um crédito maior ao que fora bloqueado. Se tivéssemos garantido o bloqueio na íntegra no momento da liminar, a demanda seria 100% exitosa quanto ao mérito e à sua execução. Tanto nós quanto nosso cliente, agimos com lealdade processual e cautela. Caso o pedido não fosse julgado procedente, o que não era descartado, os prejuízos a terceiros seriam consideráveis.

Outro caso que me recordo com satisfação foi o que proporcionou minha primeira sustentação oral diante do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Nosso cliente pleiteava várias verbas de natureza trabalhista, e alguns itens já havia recebido, embora a empresa não tivesse como comprovar. Chamamos o cliente e expomos que essas verbas já recebidas, seriam ressalvadas, não obstante não haver a comprovação do pagamento, fato esse que foi plenamente aceito pelo demandante. Para nossa surpresa, ao ser proferida a sentença, o crédito do Reclamante estava zerado, sob o argumento de que tudo que haveria de receber, já havia sido pago em relação aos valores ressalvados. Iniciei minha primeira sustentação oral, baseada na ética profissional e a desenvolvi nesses termos. Resultado: recurso provido e, na alma, o alívio de que a Justiça não poderia se desvirtuar.



Não atuávamos na esfera criminal. Porém, em um janeiro, estava no escritório e apareceu um jovem, solicitando que acompanhássemos o seu pai em um Termo Circunstanciado. Assim o fiz, e de lá em diante, as demandas só foram aumentadas ao ponto de chegarmos ao Tribunal do Júri. Estava escrito que alguém seria preterido. Dessa experiência ímpar, trágica pela perda da vida de uma pessoa, levo várias lições e aprendizados; o mais importante foi o de ver a ressocialização e gratidão de nosso cliente, não apenas pelo resultado positivo que o escritório obteve, mas pelo fato de esse cidadão ter sido enxergado como um ser humano e, como tal, respeitado. Nunca mais tivemos notícias de ter se envolvido em outras circunstâncias não favoráveis.

Advogar é algo belíssimo. Mas há que se ter o dom... . Embora tenha imensa satisfação de pegar um processo e estudá-lo, resolvê-lo, nunca o fiz sem angústias. E, talvez por conta disso, juntamente à advocacia, outro caminho jurídico ladeou minha carreira na área jurídica: a Docência.

É aí que me realizo na íntegra. É ao lado dos acadêmicos que advogo literalmente, na busca de uma educação participativa, crítica construtiva, ética e que produza resultados na pacificação. Ao ver os alunos na tribuna, realizo-me plenamente. Creio que advogar também seja isso....

O exercício da profissão de forma feliz nos dignifica como seres plenamente humanos e, hoje, exerço o magistério no nível superior há 25 anos. Olho com muito carinho minhas duas profissões: a advocacia e a docência.

Quando resolvi deixar o escritório para me dedicar à sala de aula, fi-lo de forma plena. Deixar uma profissão sólida para se efetivar praticamente de forma exclusiva à educação, com tantos fatores aparentemente desfavoráveis, poderia ser considerado um ato não muito inteligente.

Recebi, porém, o apoio de quem mais precisava: de minha família; de meus colegas de trabalho e de meus alunos que me recebem até hoje com ternura. O Direito é enxergar o linear, mas também o diferente, não importa sob qual formato: na tribuna ou em sala de aula.

Nesta vida acadêmica profissional só tenho gratidão por poder trabalhar de forma completamente realizada e, as eventuais desvantagens, quando



sopesadas, transformam-se em créditos, pois aprendi que nascemos para sermos felizes, e minha obrigação era a de assim o ser. Creio, sinceramente, que não tenho desapontado a mim mesma e, principalmente, a nascente de minha trajetória!

Agradeço, com a alma, à Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Brusque, especialmente, por meio da Comissão da Mulher Advogada, pela oportunidade de poder compartilhar parte da trajetória de minha vida. Desejo, com a mesma intensidade, que a advocacia nunca se perca, que seja uma profissão plena, respeitada, digna e comprometida com o ser humano e com a pacificação.

Primavera de 2019.







ESTA GRANDE PARTE DA VIDA CHAMADA ADVOCACIA

7

Sandra Mara Silveira

Era uma adolescente quando me vi pela primeira vez advogada, e nenhuma influência familiar me motivou, já que não havia advogados na família. Sequer era uma apaixonada por séries de aplicativos ou filmes do gênero, pois, não eram bem esses os hábitos em meus 13 anos, brincávamos na rua, jogávamos taco e andávamos de bicicleta, então nem sei bem de onde tirei a ideia de que seria advogada, apenas sabia que seria. Então, aos 18 anos quando prestei vestibular era certo, não faria para outra coisa, esta seria minha profissão, sequer tendo eu pensado em outra, assim, escolhi Direito como única opção de vida profissional.

Morava em Curitiba aos 17 para 18 anos, sou natural de lá, mas por ter vínculos familiares e a origem de meus pais ser Santa Catariana, prestei na época, vestibular para Direito na PUC em Curitiba – Paraná, e para FURB de Blumenau e UNIVALI de Itajaí, ambas aqui em Santa Catarina, tendo na época sido aprovada em todas, porém, escolhido a FURB como destino a cursar.

A razão de fazer o inverso, sair de uma cidade grande e iniciar tudo em uma pequena, era uma certeza, embora renunciando as grandes oportunidades que muitas vezes uma cidade grande oferece. Em uma pequena, eu não seria talvez um mero número, poderia com esforço e lutas me destacar



e construir uma bela vida profissional e pessoal. E talvez tenha sido minha característica ainda tão acentuada aos quase 52 anos, de romanizar a vida, que fez com que tudo desse mesmo muito certo, porque aqui, nesta cidade chamada Brusque, construí mesmo uma bela história de vida pessoal e profissional, esta que é o foco deste pequeno e singelo capítulo deste livro.

Assim, para iniciar tudo, aqui nesta cidade cheguei no dia 8 de fevereiro de 1988, com poucos bens que normalmente alguém carrega aos 18 anos de idade, e um coração cheio de sonhos.

Minha turma no curso de Direito era incrível, ao longo da faculdade descobri isso, pessoas que fizeram muito de suas histórias de vida e deixaram marcas positivas na minha trajetória até aqui. Com grande parte daqueles jovens ainda falo com frequência, quase diariamente, em um grupo criado recentemente, sendo bom demais ver aonde aquelas vidas tão sonhadoras chegaram. Nosso grupo se chama "Turma Cabeças Pensantes", nome para mim encorajador naqueles dias de faculdade e tão poético hoje.

A vida na universidade não era fácil, assim como para muitos não é até hoje, já que eu trabalhava o dia inteiro, pegava um ônibus até Blumenau todos os dias, assistia a cinco aulas por dia, retornava à minha casa por volta da meia noite para, no dia seguinte, retomar a mesma rotina. Mas era também por demais motivador, porque era meu sonho ali, o que eu havia traçado para mim e sabia que chegaria lá, porque sempre acreditei que ao fazer o que amamos nada pode parecer tão difícil, ainda acredito nisso.

Eram tão diferentes os recursos de pesquisa, pois a buscávamos em livros, lidos meio dormindo, no curso de ida e volta do ônibus até a faculdade, nos fins de semana, nos horários de almoço, ou nas horas nunca perdidas nas mesas da biblioteca. Não tínhamos o Google como mestre supremo da pesquisa, e todos os recursos que hoje estão ali tão disponíveis na hora da pesquisa. E até para o "advogar" propriamente dito, tudo era encontrado de forma mais "árdua" digamos assim, e como valeu a pena tal dificuldade, porque não nos habituamos tanto ao "cortar e colar" tão comum nos dias de hoje.

Outro aspecto eram aulas e trabalhos, já que anotávamos tudo fervo-



rosamente, porque a informação não estaria simplesmente depois em uma palavra digitada num ícone de pesquisa, e nossos trabalhos quando não feitos à caneta, eram no máximo em máquinas de datilografia, e não em computadores ou recursos que cabem na palma da mão.

Tínhamos também engajamento universitário com todas aquelas pessoas e enfrentávamos juntos, algumas dificuldades tanto universitárias quanto pessoais. Lembro-me de que aquelas 63 pessoas da minha turma eram tão diferentes e tão iguais ao mesmo tempo, e após 5 anos de quase todos juntos até o final, nós finalmente acreditávamos que nossas vidas estariam ligadas para sempre, e de certa forma estão, pois aquelas "cabeças pensantes" foram a maior parte das pessoas com quem convivi de 1988 a 1992.

Naqueles 5 anos passei por professores incríveis, advogados e advogadas renomados ou apenas Doutores mesmo na arte de lecionar, por vezes odiei vários deles, e escrevo isso com sorriso frouxo no rosto, visto que naquele momento, nem tão maduro da vida eu acreditava que por vezes alguns deles nos sujeitavam ao que acreditávamos na época ser uma cobrança excessiva, cobrança esta que agradeci depois, quando advoguei e decidi também ensinar lecionando para o curso de direito por três anos. Percebi que cobranças excessivas e dureza trazem mesmo aprendizado.

Enfim, teriam tantas nuances a serem ditas da vida acadêmica, que talvez caberia neste livro inteiro e não só no capítulo dele, no qual conto minha história. Mas algo é certo, carrego aqui dentro do peito, aquela fase da vida como uma das melhores que tive, tanto que me lembro do dia de meu baile de formatura, quando às 8 horas da manhã, deitei-me para dormir com aquela sensação indescritível de etapa vencida. Porém carregava também no peito um certo anseio e dúvida do que viria a partir dali, para aqueles amigos e nossas rotinas por 5 anos divididas e me perguntava o que seria daquelas "cabeças pensantes" e suas escolhas.

Penso que foram em sua grande maioria escolhas certas e vidas vitoriosas, que trouxeram lutas sim, mas muitas glórias também. A minha escolha foi, sempre estive certa disso.

Entrei na faculdade no ano da Proclamação da nova Constituição da República, lembro, hoje, que era só o que se falava, se esperava, se acreditava ser fundamental para aqueles dias e anos pós-ditadura, uma lei atualizada ao novo Brasil, e que acolhesse os anseios e carências por direitos mais amplos. Tudo era novo e introdutório naquele primeiro ano do curso de Direito, mas ter uma Constituição nova para discutir era o tema principal, nada sabíamos ou tínhamos aprendido ainda, porém, queríamos falar da tal nova Constituição.

Eram trabalhos, fichas de leituras, livros anotados ou comentados arduamente sobre a tal Carta Magna, e 5 anos depois, quando comecei a advogar efetivamente, assim como nos muitos que se seguiram, vi nas decisões que vinham se formando com a jurisprudência, a confirmação de seus artigos ou esclarecimentos daquilo que, lá nos meus primeiros anos do curso, era a mais recente novidade entre as inúmeras leis brasileiras.

A prática da advocacia nos primeiros anos não era muito diferente de hoje, no tocante ao atendimento, a elaboração de processos e expectativas de decisões, mas a limitação judiciária com a inexistência da internet tornava tudo mais árduo de certa forma, já que tudo dependia da presença física do advogado, nada era consultivo a distância ou sentados de nossos escritórios, a advocacia era diariamente nos Fóruns, não havia um dia que não fosse necessário "passar" no Fórum.

Brusque era uma Comarca com duas varas quando iniciei minha profissão, apenas dois Juízes e dois promotores exerciam a missão de com os advogados que aqui militavam, entregarem aos jurisdicionados a tal Justiça, buscada por meio de processos. Tenho ainda hoje a sensação de que todos se conheciam, e que o universo judiciário era relativamente uma pequena malha de pessoas.

Passávamos grande parte de nossos dias trabalhando entre atendimentos, pesquisas, elaboração de processos e audiências, tudo isso com nossa presença e a de todos de forma física, muito distante do que temos hoje, um universo quase que completamente virtual, no qual grande parte do que fazemos se transforma em um processo virtual, com todos os desdobra-

mentos que esta nova realidade oferece.

Claro que são muitas as vantagens dessa evolução e do que a tecnologia nos trouxe, nem caberia pensarmos em retroceder, mas confesso, a tecnologia tirou uma certa rotina judiciária que exigia nossa presença física nos corredores do Fórum, e isso por vezes dava aquela sensação um pouco eletrizante de quando nos vemos de fato indispensáveis, e dessa sensação por vezes sinto uma certa saudade.

Não fui uma advogada de treino por meio de estágio prévio, o que aprendi fora dos 5 anos de curso foi advogando na cara e coragem, já que eram poucos os estágios existentes, pois, também eram poucos os escritórios que existiam por aqui, que oportunizavam aos estudantes aprenderem ainda cursando a faculdade. Assim, aquele medo da primeira petição, da primeira audiência, da primeira sustentação oral, do primeiro contato com um Juiz e do "primeiro tudo" foi normal, e no pouco a pouco, no dia a dia, fui me tornando advogada.

Nesses quase 29 anos de advocacia foram infinitas as experiências, inúmeros os clientes, uma vida dividida entre vitórias e derrotas processuais, mas em todas elas ganhos, pois a advocacia acima de tudo está na luta por fazer o melhor, o correto por nosso cliente, o ético, o que deve ser feito ou assumimos fazer, portanto, ganhando ou perdendo uma ação, se exercida nossa profissão com afinco, dedicação e ética, sempre findamos uma missão com ganhos.

Muito se falou e ainda se fala da gritante diferença entre mulheres e homens no mundo profissional e pessoal, mas sinceramente, se fui agraciada, se fui ingênua, se fatos me foram imperceptíveis, ou se como "Pollyanna" construí um mundo perfeito à minha volta, ainda não sei, mas não vi e nem vivi grandes diferenças por ter sido mulher no exercício de minha profissão. Sempre fui respeitada e ouvida em minha opinião profissional em igualdade com colegas homens de minha época, e não deixei de conquistar grandes oportunidades por ter sido mulher.

O grande desafio era construir minha carreira e formar minha carteira de clientes de forma que eu pudesse alcançar com minha profissão respeito,



reconhecimento e sucesso, e não foi nem mais e nem menos difícil pelo fato de eu ser mulher. Claro que houve momentos que eu possa ter sido subestimada ou talvez dúvidas se lançaram sobre minha capacidade por ser mulher, e isso acontece infelizmente desde que "o mundo é mundo", mas não foram tais isoladas ocorrências obstáculos para a construção de minha profissão nesses 29 anos, porque os desafios eram maiores do que lutas entre homens e mulheres, nossas lutas, iguais penso eu, pelo menos para mim, era atingir com o exercício árduo de nossa atividade reconhecimento, satisfação, felicidade e sucesso, e sinceramente, isso já me parecia difícil, me prender às eternas, ainda que justas e reais, barreiras culturais impostas a mulheres ao longo de séculos, não me parecia útil, então, segui sem permitir que me afetassem.

Talvez a grande dificuldade que tive por ser mulher foi o fato de que mesmo sendo forte e determinada, sempre fui sensível, tenho emoção saindo por meus poros, e além disso, sempre fui de uma intensidade sem limites, então nunca consegui muito desassociar a dor de clientes, os sofrimentos colocados em minha mesa e pastas, os dramas de quem me confiou achar uma solução, de minha própria vida.

Fiz grande parte de minha carreira no direito de família, uma área que nos impõe mais humanização que racionalidade, mais compreensão que julgamentos, mais ouvidos que palavras, portanto, muitas vezes sofri com clientes dores e alegrias que não eram minhas, eu era apenas um instrumento momentâneo na vida de alguém, mas como uma boa intensa e uma sensível extremada, por vezes tive minha vida pessoal invadida por sentimentos quando talvez apenas a racionalidade para uma profissão bastaria.

Hoje tenho grande parte de meus dias dedicados à assessoria dada a empresas, portanto, voltada mais ao mundo empresarial das pessoas que as compõem que o mundo pessoal de seus sócios ou colaboradores, e adoro o que faço, mas não há dúvida, foi no direito de família que me fiz advogada e nele encontrei a Sandra que gosto de ser, que não só vê as pessoas e o mundo à sua volta, mas os enxerga de verdade, porque há muito tempo acredito que se na qualidade de ser humano "você quer mesmo saber como



as pessoas são, basta olhar para elas", e não apenas vê-las!

Após exercer muitos anos uma profissão certamente serão inúmeras as histórias que nos marcam, em especial, em uma profissão tão instigante quanto à advocacia, e tais relevâncias são deixadas por muitas razões, por exemplo, um caso impossível que achávamos que perderíamos e ganhamos; um caso de vitória praticamente certa que perdemos; uma ação do tipo inacreditável de cair em nossas mãos; uma demanda que financeiramente fez a diferença na construção financeira de nossa carreira, enfim, são muitas as possibilidades de algo se transformar "na história", mas para mim há duas ocorrências em minha vida profissional que me deixaram a certeza de que, tais experiências me dariam a oportunidade de gritar ao mundo ou simplesmente escrever poucas linhas de um livro como faço agora, "por isso" já valeriam tantos anos dedicados a esta profissão chamada advocacia.

A primeira delas é referente a uma adoção, difícil, envolvia uma brasileira, um estrangeiro e uma linda criança de cabelos cor de trigo. Lembro que foram tantas as dificuldades enfrentadas, tantos os embaraços jurídicos, tanto o medo que não fosse possível conseguir aquela entrega de pais para uma filha e uma filha para aqueles pais, que por meses, eu mal dormia ou conseguia pensar em algo que me pudesse ser mais relevante. E num domingo, na praia, como num passe de mágica, achei uma alternativa que consistiria em mudar por completo o caminho que havíamos adotado e de certa forma mudar, pelo menos por um momento, a vida daquelas três pessoas.

Ao sugerir o novo caminho via o medo, a incerteza e a dúvida nos olhos de meus clientes, mas carregava dentro de mim a certeza de que daria certo, que aquela seria uma família por meio daquela única alternativa que eu havia encontrado e, assim, tornaram-se, após muitos atos processuais e decisões tomadas. Hoje, depois de mais de 20 anos e ainda sabendo onde e como estão essas pessoas, eu me alegro, porque sei o quão fundamental fui eu com meu trabalho para que aquela família existisse e se formasse, como também foram eles indispensáveis para que eu entendesse o que podemos fazer com estudo, dedicação e comprometimento quando decidimos



abraçar com intensidade a profissão escolhida.

Outra grande memória, à qual dou o título de a mais poética de minha vida profissional, envolve um doce presente recebido.

Eu havia atendido um senhor que me procurou para regularizar a interdição de uma filha com problemas graves de desenvolvimento mental, e pedido de guarda de sua neta, nascida após uma triste, lamentável e criminosa violência física que a filha havia sofrido.

Lembro-me do senhor simples, agricultor, de uma bondade sem fim e de um constrangimento ímpar por contar aquela triste história para uma advogada tão jovem a quem ele confiava a orientação do que fazer com toda aquela particular situação que vivia. Eu, ao atendê-lo e ouvindo aquela triste história, além de exercer minha profissão apresentando as soluções encontradas, via-me na obrigação de minimizar aquele constrangimento e dor toda, então em meio à nossa necessária conversa sobre medidas judiciais, conversamos sobre trivialidades de nossas vidas e dia a dia do que vivíamos ou já tínhamos vivido, então, entre elas, ele me contou que entre tantas outras coisas plantava carambolas, aquela fruta diferente que, dependendo de como é cortada, se parecem com estrelas.

Lembro-me de ter contado que eu tinha uma história interessante, que minha avó paterna, quando eu era criança, cortava carambolas em fatias, cozinhava em calda de açúcar e nos dava, dizendo que era sopa doce de estrelinhas. Lembro que lhe contei isso na ocasião e após ele me dizer que plantava tal fruta, unicamente porque era uma forma de aliviarmos com trivialidades o pesado daquela conversa em que uma mulher com deficiência mental tinha sido violentada, e daquele ato horroroso, uma filha havia nascido e um avô estava ali, diante de mim, e por amor à filha e neta, buscando minha ajuda para resolver os problemas resultantes dessa sua história. Portanto, da necessidade de alívio para um momento difícil de absorver, a carambola de seu plantio e a da sopa de minha avó acharam seu lugar na mesa de meu escritório.

Alguns anos depois, eu sentada à minha mesa trabalhando, aquele processo triste já resolvido e virado pasta em meu arquivo morto, minha



secretária entra em minha sala e diz que há um senhor na recepção, e que gostaria de falar brevemente comigo. Lembro que estava super ocupada, com um prazo findando naquele dia, o qual envolvia um processo bastante trabalhoso, então pedi que o agendasse para outro dia. Ela foi e rapidamente voltou da recepção dizendo que ele queria apenas entregar-me algo. Assim, mandei que ele entrasse; e, segundos depois, trocamos típicos cumprimentos e perguntas de quem não se vê há um certo tempo, quando ele disse a que veio. Ali, sentado à minha frente, com um pote cheio de uma calda de carambola irresistível e aparentemente deliciosa, ele me dizia que naquele ano tinha colhido muita carambola, e que se lembrara de que eu ganhava de minha avó tal doce quando criança; e que eu tinha dito que a chamava de sopa de estrelinhas. Assim, pediu que a esposa fizesse igual, cortada em rodelas, que iria "levar e presentear a Dra. Sandra", porque, certamente, ela iria gostar.

Se fechar meus olhos, hoje, lembro-me daquele dia ocorrido há muitos anos, lembro da emoção, lembro de ali, diante daquele homem tão simples e que tinha idade para ser quase meu avô, eu chorar; lembro de lembrar de minha infância e de minha avó, mas acima de tudo, lembro da certeza que tive, de que ao atuar naquele processo de interdição da filha e de pedido de guarda da neta daquele senhor, nossas vidas ficaram marcadas não pela parte pesada daquele dia de conversa difícil e problemas doloridos, mas sim pela singela história da sopa doce de estrelinhas de minha infância, e da leveza que isso trouxera para aquele dia difícil.

Construí uma vida estável com meu trabalho, vieram-me inúmeras conquistas materiais com os honorários recebidos pelo exercício da profissão de advogada escolhida ainda na adolescência, mas, tenho dentro de mim que aquela sopa de estrelinhas nunca terá preço para mim, e estará entre os maiores "honorários" já recebidos no exercício desta profissão, um singelo pote com talvez a mais doce sopa de estrelinhas que experimentei na vida.

A advocacia nem sempre é ou me foi fácil, nem sempre foi prazerosa, nem sempre foi rentável da forma que eu acreditava devesse ser, tampouco é a mesma sempre justa, da mesma forma que nós advogados nem sempre



somos, justos no ato de advogar. Mas quando decidimos tê-la como profissão, que saibamos dar o melhor de nós, que possamos entender que devemos como uma religião fazer o que nos é confiado com ética e com respeito a todos aqueles envolvidos na nossa prática profissional, que acreditemos no dever de estar em constante busca por conhecimento, paixão e comprometimento com nosso trabalho, ao ponto de termos a certeza de que as inúmeras dificuldades e decepções encontrada muitas vezes no dia a dia da vida profissional, não poderá nos tirar o brilho nos olhos que só quem ama o que faz pode ter, porque será talvez esse brilho que fará toda a diferença e marcará positivamente nossas vidas.

Se eu pudesse dizer algo para quem começa a vida profissional agora eu diria, pergunte-se se você ama ou acredita poder vir amar o que faz e fará com a advocacia nas mãos; pergunte-se se veio mesmo ao mundo para exercer tal profissão e se apesar de tudo sentirá prazer em acordar seus ainda infinitos dias para recomeçar sua missão. Se você assim se sente sendo advogado, ou acredita que não há nada que lhe traga tal satisfação, você fez sim, a escolha certa, sem dúvida.

Mas se por qualquer razão você perceber que não há esta paixão, este amor impresso nos seus dias de vida profissional, mude, vá em frente e siga a vida fazendo qualquer outra coisa que te dê sim, muito trabalho; mas que acima de tudo te faça feliz, porque sim, felicidade é e deve ser sempre nosso Norte. Sempre!



SANDRA MARA SILVEIRA – OAB/SC 8.789





MINHA OPÇÃO PELO DIREITO

8

Taciana Maísa Aguiar Mafra

Sou brusquense e sinto uma enorme alegria por ter nascido numa cidade tão abençoada pela natureza e com uma história tão rica como esta. Eu nasci num domingo à tarde, em 18 de abril de 1971, na Maternidade Cônsul Carlos Renaux, que era conhecida como Hospital Evangélico, e tenho a honra de ser filha de Benjamim Aguiar e Terezinha Bruns Aguiar. Tenho dois irmãos, o mais velho Dirlei Carlos, faleceu quando era bebê e Evelise Janine, minha querida irmã mais nova, que é um talento na gastronomia. Tive uma infância muito feliz, com muitas brincadeiras. Morava no Bairro Santa Rita, numa casa de cor laranja. Tínhamos muitas frutas e me lembro de sempre estar com uma vara na mão para apanhar as frutas mais altas. Era muito bom chegar da escola e poder comer uma fruta embaixo do pé. Eu morava na Rua Godofredo Mosimann, que não tinha saída e que possibilitava várias brincadeiras com os vizinhos no meio da rua, até porque na década de 1970 e 1980 não tinha um grande fluxo de veículos na cidade. Frequentei o Jardim de Infância do Sesi, depois fiz todo o Ensino Fundamental na Escola Básica Osvaldo Reis, e cursei o Ensino Médio no Colégio São Luiz. Recordo-me de uma passagem, na infância, com 6 anos de idade, quando eu vi um advogado pela primeira vez. Na época o Dr. Nilo Sérgio Krieger foi até a casa dos meus pais para tratar da venda de um



imóvel e eu fiquei muito curiosa ao ver um advogado pela primeira vez, porque queria saber o que ele fazia, como ele trabalhava, o que eram todos aqueles papéis, o que ele estudava etc. O tempo passou, e quando eu fui fazer a opção na inscrição do vestibular em 1988, optei por cursar Direito, depois de um teste vocacional, que foi uma das ferramentas apresentada pelo Colégio São Luis, onde eu estudava. No terceiro ano do Colégio, a professora de biologia, Silvana Santos, fez um passeio com os alunos para conhecermos a UNIVALI, e eu fiquei encantada com aquela realidade, tanto que me inscrevi no vestibular para essa instituição de ensino.

A realidade acadêmica no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX.

Nasci no período da ditadura Militar, quando era Presidente da República o General Emílio Garrastazu Médici, recordo muito bem do Movimento Diretas Já, que iniciou em 1985, mas que não logrou êxito, porque a eleição para escolher o governante do país, após 21 anos de regime militar, foi por via indireta, e em 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves como Presidente do Brasil, encerrando, assim, um longo período de governança dos militares. Quando entrei na faculdade de Direito, em fevereiro de 1989, a UNIVALI ainda era chamada de FEPEVI, pois se transformou em UNIVALI em 21 de março, quando foi instalada oficialmente. Ainda teriam muitos acontecimentos políticos no nosso país, tanto que após quase 30 anos, tivemos a primeira eleição direta para Presidente da República; na ocasião foi eleito Fernando Collor de Mello, que depois do movimento popular Fora Collor, também conhecido como Caras Pintadas, ocorrido em 1992, sofreu um processo de impeachment e, em 29 de setembro de 1992, foi afastado da presidência pelo Congresso Nacional.

A realidade acadêmica era muito diferente dos dias atuais, principalmente, no que diz respeito aos meios de comunicação e tecnologia. Ainda imperavam as máquinas de escrever, ou seja, nada de computadores em salas de aula ou no Escritório Modelo, onde eram feitos os atendimentos nos estágios. Quando o aluno precisava de algo, tinha que se deslocar e resolver pessoalmente. Hoje, é até difícil imaginar uma vida acadêmica sem



internet, celulares, redes sociais, mas para mim, que nasci sem toda essa tecnologia, tudo era muito normal. Quando, com muito esforço consegui adquirir uma máquina de escrever, Olivetti Linea 98, que ainda está na casa dos meus pais, foi uma alegria imensa, pois todos os meus trabalhos da faculdade, relatórios etc., foram datilografados. O comum era buscar livros na biblioteca e tirar muitas páginas de xerox. As filas para tirar xerox na faculdade eram imensas. Eu e meus colegas de classe tínhamos longas conversas nos intervalos, afinal, aparelhos de celular não existiam, então nada como um bom bate-papo. Até para fazer os trabalhos em grupo existiam algumas barreiras, pois a maioria dos alunos vinha de outras cidades, e às vezes, nos finais de semana, cheguei a me deslocar para Itajaí, num ônibus de linha para ir fazer os trabalhos. Para mim o caminho mais curto do mundo é de Brusque para Itajaí, pois foram 5 anos fazendo esse percurso, diariamente, quando a BR-101 não era duplicada, e o ônibus tinha que atravessar as duas pistas da rodovia, além do que o estado de conservação da Rodovia Antônio Heil era precário. Em algumas das viagens o ônibus quebrava, atiravam pedras no parabrisa, pneus furaram, chovia dentro de alguns ônibus mais antigos, e tinha o pessoal do fundo do ônibus que era uma animação total, principalmente, às sextas-feiras. No início de 1989 conheci meu esposo, Hélio Mafra, um estudante de Direito que estava no 9º período, e começamos a conversar no ônibus, por causa de um livro, Encurtando Distâncias, do Governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis, que continha vários discursos, e que precisávamos usar nas aulas de Português da Professora Rosa de Lourdes. Dessa conversa, foram 7 anos de namoro, e em 1996 nos casamos, e hoje temos um filho, Paulo Renato, com a idade de 12 anos, além de trabalharmos juntos no escritório de advocacia

No ano de 1989, quando ingressei na faculdade de Direito, a prevalência dos Códigos era visível, haja vista que a Constituição Federal acabara de ser promulgada em outubro de 1988, e a Constituição anterior, que era de 1967, feita no período da ditadura militar, estava ultrapassada em vários aspectos.

No início do curso, tudo era muito novo, não existiam obras sobre a



nova constituição e as demais literaturas, com o passar dos anos foram sendo reformuladas sob a égide da Constituição de 1988. Percebi que o direito constitucional acabou por ter uma importância muito maior após a Carta Magna de 1988, eis que a visão do direito começou a mudar, pois a influência dos princípios constitucionais ampliou-se no mundo jurídico. Para se ter uma ideia, somente com o advento dessa constituição veio a igualdade entre os filhos, o que trouxe uma mudança significativa em várias áreas do Direito. Surgiram várias leis, como o Código de Defesa do Consumidor -Lei 8.078 de 1990, em que a relação entre fornecedores e consumidores de bens e serviços ganhou novos rumos e, principalmente, trouxe a ambos uma consciência mais presente das obrigações e direitos que cada qual conserva. O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069, de 13.07.1990, dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente. O Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 01.10.2003, visa à garantia dos direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Aborda, assim, questões familiares, de saúde, discriminação e violência contra o idoso, que é uma situação que aumentou muito nos últimos tempos, pois somos uma sociedade que está envelhecendo.

Em 1994, quando comecei a exercer a advocacia, tínhamos 136 advogados inscritos na Subseção de Brusque. Se na universidade usávamos máquinas de escrever, quando comecei a advogar no Fórum de Brusque, a realidade não era diferente. Os processos eram todos datilografados, o controle do andamento dos processos era feito por meio de fichas, nas quais eram anotadas as movimentações, os advogados eram intimados no balcão do cartório, praticamente a ida ao fórum era quase diária, o que aproximava muito os advogados dos funcionários do Fórum. No Fórum havia apenas duas Varas para resolver todas os processos da Comarca. Em 1997 começou o planilhamento e, no final desse mesmo ano, o fórum começou a ser informatizado, quando então podíamos consultar a tramitação dos processos no token, mas somente a partir de 2014 foi implantado o processo eletrônico na Comarca de Brusque. Atualmente, a Comarca de Brusque/SC conta com uma Vara Cível, uma Vara Criminal, uma Vara Comercial, uma



Vara da Fazenda e Registros Públicos, uma Vara da Família, Sucessões, Infância e Juventude, além de o Juizado Especial Cível e Criminal que fica em um prédio distinto do Fórum.

No escritório, em 1994, havia um computador 386 para três advogados, a impressora era matricial, então a maioria das petições eram manuscritas para depois serem digitadas. Em 1997, instalamos internet discada no escritório; em 1996 tínhamos uma linha de celular, e daí já conseguimos mais computadores para realizarmos o trabalho. Hoje, tudo é informatizado, todos os processos são eletrônicos em todo o Judiciário onde eu atuo, embora os tribunais muitas vezes não utilizem os mesmos programas, com o processo eletrônico não exige mais a presença física constante do advogado no Judiciário, pois o trabalho pode ser realizado no escritório. Porém, em contrapartida, ficamos reféns da internet, dos sistemas dos tribunais e das máquinas, e temos uma preocupação a mais quando ocorrem problemas no sistema e/ou de conexão, principalmente, quando há prazos para serem cumpridos.

Em 1994, quando iniciei a atividade na advocacia, a maioria dos advogados que atuavam na Comarca eram homens, e as pessoas tinham um certo preconceito em aceitar ser atendidas por uma mulher advogada. Eu observava que a preferência no escritório onde eu trabalhava era pela figura masculina do advogado. Independentemente disso, sempre batalhei para me tornar uma boa profissional, fazendo cursos, estudando, procurando atender às pessoas com muita atenção e dedicação, porque o profissional do Direito nunca para de estudar, pois essa tarefa faz parte da rotina do advogado(a). Hoje, a mulher está inserida em diversas áreas de trabalho, nas quais preponderavam somente os homens, e está mais fácil para trabalhar na área do Direito, do que há 25 anos. Tive a oportunidade de participar da Diretoria da OAB da Subseção de Brusque de 2001 a 2003, quando o Dr. Éder Gonçalves era Presidente, atuando como secretária adjunta, e as atas das reuniões eram manuscritas no Livro de atas. Hoje, com a tecnologia, as atas são digitalizadas. Também fui Presidente da Comissão da Mulher Advogada de Brusque, nos anos de 2010 a 2012, no mandato do Dr. Ricardo



Hoffmann, além de coordenar anualmente a Campanha de Natal da Subseção de Brusque/SC, com o auxílio da amiga e advogada Vânia Dutras Elias Werner, desde 2009. Nessa campanha contamos com as doações em dinheiro dos advogados e advogadas da Subseção, para aquisição de brinquedos para as crianças da Creche Tia Lisa, além de auxiliarmos outras entidades do nosso município. E a cada ano que passa, a campanha é um sucesso, que, por sua vez, deixa as crianças e entidades beneficiadas muito felizes, além de a alegria que nós sentimos, representando a OAB Subseção de Brusque, em poder auxiliar com as doações. Fiz pós-graduação em Direito Processual Civil, no ano de 2001, na Unifebe; Direito Civil na LFG (on-line), em 2014; e, Direito Processual Civil no Damásio (on-line), após e mudança do Código de Processo Civil, no ano de 2017. Tive a rica oportunidade de lecionar na Unifebe como professora substituta, a convite da advogada e professora Adriana Bina da Silveira, que na época era Coordenadora do Curso de Direito, nos anos de 2002 a 2005, nas matérias de História das Instituições Jurídicas, Direito das Sucessões, Análise de Jurisprudência e Hermenêutica Jurídica.

Sempre gostei de atuar da área cível, especialmente, na área de Direito de Família e Sucessões. No primeiro ano de advocacia fiz minha primeira ação de investigação de paternidade. Na época, a genitora me procurou, era 1994, e a criança tinha 6 meses de idade. O pai morava em outro Estado, e os exames de DNA tinham um custo muito elevado, e o exame oferecido pelo Hospital da UFSC era o de fenotipagem eritrocitária, que apenas excluía a paternidade. Foi um processo muito demorado, porque o investigado, hoje pai, acabou mudando de país. Porém, em 2004, as partes realizaram o exame de DNA, que confirmou a paternidade; e, em 2006, a sentença homologou o acordo, do pai reconhecendo a paternidade da criança, ou seja, o processo durou 12 anos. Fui até convidada para a Primeira Comunhão da criança, que já fez faculdade e segue sua vida feliz, trabalhando, e com o que é mais importante na sua vida a inclusão do seu pai e seu relacionamento com ele. Esse caso reflete aquele momento em que, como profissional, sinto-me realizada. Posso afirmar que todas



as ações de investigação de paternidade que atuei, tornaram-se especiais pela alegria que vi em cada filho que teve o nome do pai inserido na sua certidão de nascimento. Muito do trabalho de um advogado, vai além de o conhecimento jurídico e lidar com o sofrimento humano, requer muita responsabilidade. E, considerando todas as mazelas que permeiam muitas das questões jurídicas, pude ver estampado no rosto de muitos clientes, a satisfação com o resultado da procedência de uma ação, em especial, naquelas ações que, realmente, havia um interesse inerente à dignidade da Pessoa. Nas ações de inventário também ocorrem várias situações, algumas até inusitadas, como num caso em que um dos herdeiros não queria ajudar a pagar as despesas do inventário, e os outros ameaçaram que iriam tirar os pais da sepultura, usando a seguinte frase: "Diga para o fulano que vamos mandar tirar o papai e a mamãe da carneira". Ainda bem, que eu sabia o que era carneira (túmulo). Eu sempre falo que a gente conhece uma pessoa quando precisa dividir uma herança com ela, porque algumas pessoas travam verdadeiras batalhas por causa de bens, independentemente dos valores. Fiz muitas ações de separação, alimentos, divórcios, e o que mais me chamava a atenção, há alguns anos, era a forma como a mulher que se separava ou divorciava era vista com preconceito pela sociedade, pois, independe de ela sofrer qualquer tipo de violência, ela tinha que suportar e ficar casada, pelos mais diversos motivos, principalmente, em decorrência da dependência financeira e a falta de oportunidades com filhos pequenos para criar. Atualmente, a violência contra a mulher continua, mas o olhar da sociedade para essa situação mudou, especialmente depois que entrou em vigor a Lei Maria da Penha; e, também, vale registrar que existem casos em que é a mulher que agride o homem, são poucos, mas existem. Nesses 26 anos, o Direito de Família e a jurisprudência evoluíram muito, pois a sociedade e a forma como as famílias foram se constituindo mudou de maneira significativa. Muitas vezes nas famílias o que prevalece é o afeto e não os laços de sangue, tanto que hoje é comum as ações de reconhecimento de paternidade ou maternidade socioafetiva. Uma decisão significativa e



de muita relevância do Supremo Tribunal Federal que, em junho de 2011, reconheceu a união estável homossexual como entidade familiar e atribuiu direitos aos casais formados por pessoas do mesmo sexo, na ocasião do julgamento da ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 4.277 e da ADPF (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) nº 132, tanto que, nesse mesmo mês, foi convertida a primeira união estável homossexual em casamento, via judicial, o que também é permitido para pessoas heterossexuais. Esse julgamento levou em consideração uma vasta gama de princípios jurídicos consagrados pela Constituição de 1988, como direitos fundamentais, dentre eles: a igualdade, a liberdade e a proibição de qualquer forma de discriminação. Já em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para facilitar a vida dos casais homoafetivos, aprovou uma resolução, obrigando os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento.

Nosso país passou por transformações profundas nos últimos 25 anos, além de toda a evolução tecnológica que alcançamos, houve uma mudança no comportamento das pessoas na vida em sociedade. Quando eu era estudante, os Professores eram respeitados em todos os graus de atuação, e os profissionais do Direito também. O comportamento mudou muito, e as pessoas acabam por procurar a solução para seus problemas jurídicos na Internet, com isso vai se perdendo o respeito pelo profissional da advocacia, que dedica vários anos da sua vida para uma formação acadêmica, com especializações, que exigem um alto investimento financeiro etc.

Após longos anos advogando, principalmente na área do direito de família e sucessões, percebi que muitas situações, muitos padrões se repetiam na vida dos clientes, pois, às vezes, a situação era resolvida de forma amigável, mas os problemas não terminavam, acabavam por se desdobrar em outros. Em 2018 tive conhecimento do Curso de Direito Sistêmico, no Instituto Ipê Roxo, e resolvi me matricular. Esse curso foi um divisor de águas na minha profissão, pois a gente aprende a ter um olhar sistêmico para as questões que aparecem e hoje, mais do que nunca, percebo que



cada um traz consigo a bagagem de seu sistema familiar e isso reflete em todos os âmbitos da vida da pessoa. Eu gostei tanto do Direito Sistêmico que resolvi fazer minha formação em Constelações Sistêmicas, também do Instituto Ipê Roxo, e desde então tenho me dedicado a estudar as obras de Bert Hellinger, que foi quem observou a existência das leis sistêmicas (pertencimento, ordem e equilíbrio) e durante mais de 50 anos realizou um maravilhoso trabalho com as Constelações Sistêmicas. O contato e estudo das Constelações Sistêmicas têm me proporcionado realizar um trabalho diferenciado como advogada, pois agora tenho a possibilidade trabalhar aplicando as leis sistêmicas. As Constelações estão sendo utilizadas em diversas áreas (saúde, empresarial, educação) e no Judiciário (por meio de oficinas, exercícios, palestras etc.) têm tido uma aplicação excelente na resolução de conflitos, haja vista que a realização de um acordo não é sinônimo de paz social.

Eu só posso expressar a minha eterna gratidão a Deus, aos meus pais, e a todos os meus professores, pois foi por meio deles que pude aprender e conhecer tantas coisas na vida. Quem se sentir chamado para estudar Direito, vá estudar e perceba se é nessa área que você deseja trabalhar na sua vida, porque o Direito exige estudo, dedicação, talento, paciência, perseverança e, principalmente, amor pela área. Quando lecionei na Unifebe, substituindo a Professora Adriana Bina da Silveira, deparei-me com alguns alunos que estavam no curso porque gostavam, outros, porque alguém da família queria, ou porque não tinham encontrado outra opção e esse fato trazia uma frustração, uma sensação de que a pessoa estava no lugar errado.

A forma de como vivemos a nossa vida é de uma importância imensurável, e como passamos a maior parte dela no trabalho, penso que tem que ser numa profissão que nos traga uma satisfação ao exercê-la, eis que problemas existem em todas as áreas, mas quando fazemos o que gostamos, as situações não se tornam tão pesadas e quando o resultado é positivo a satisfação transcende a remuneração.

Acima de tudo o profissional do Direito precisa ser autêntico, honesto e



seguir seus ideais sem se deixar enredar pela situação do cliente. Devemos ver as situações com nossos olhos, livre de julgamentos, isso torna o trabalho e a vida mais leves. Após o contato que eu tive com as Constelações Sistêmicas, posso dizer que a minha visão como profissional mudou, bem como a minha maneira de exercer a profissão e, assim, eu sigo estudando e me aprimorando sempre.

TACIANA MAÍSA AGUIAR MAFRA - OAB/SC 9.344



"Você é o que você espalha e não o que você junta..."

Lúcia Helena Galvão.





LEMBRANÇAS DE UM CAMINHAR

9

Cristiana Melo Martiniuk Guerios

Começo essa narrativa dizendo o quanto é difícil contar a própria história. Li outro dia que ter passado é o que deixa as pessoas interessantes, e realmente o meu, com todos os acertos e erros me é colocado hoje em um lugar de compreensão. Se algumas escolhas teriam sido diferentes? Óbvio que sim. Mas se há algo que tenho exaltado é que vivemos no agora, e se neste momento estou contando essa pequena e singela história de vida, certamente é porque nesse caminhar tenho claros indícios de que tudo valeu a pena.

Inicio então, partindo de uma afirmação que pode soar um tanto clichê: a tipicidade dos anos 80 e 90. Sob a minha percepção nada pode ser comparado a essas décadas, e talvez isso nem seja realmente uma verdade para algumas pessoas que passaram por esse período. Digo isso porque os tempos vivenciados por um jovem seja sempre a sua própria época e, consequentemente, aquela que ele considere como especial, incrustada nas lembranças e que permite fazer uso de clássicos chavões "porque no meu tempo, isso não acontecia", "no meu tempo, tudo era diferente". Realmente isso se traduz para mim em pura realidade. Ser jovem nos anos 80, possibilitou-me passar por situações que hoje seriam no mínimo inusitadas e entrariam numa lista infindável de incorreções. Arrepiariam os cabelos dos



mais vanguardistas, quiçá até dos meus próprios, quando penso em tantas vivências tidas naqueles anos como "politicamente incorretas".

Lembro quando ainda criança, morava na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu, minha cidade natal. Era 1975, e meu pai, Conrado, cheio de estilo, trajando sua calça à moda "boca de sino" e calçando os sapatos "cavalo de aço", típicas vestimentas dos anos 60 e 70, organizava a nossa anual viagem a bordo do seu fusca "Fafá", carro com grandes faróis dianteiros e batizado com esse nome em alusão aos seios da cantora Fafá de Belém. Cuidadoso em promover meu bem-estar, preparava uma aconchegante cama no banco de trás do seu possante para que eu pudesse dormir e, assim, seguíamos rumo à Rodovia Presidente Dutra; eu, ele e minha mãe, com destino a Irati, no Paraná, visitar minha avó paterna, Bárbara, percorrendo quase 1000 km de distância. Naquele inverno, em 17 de julho de 1975, uma forte nevasca deixou Curitiba Branca de Neve, conforme manchete da reportagem do jornalista Mussa José de Assis, no Jornal Estado o do Paraná.

Dois anos depois dessa viagem, em julho de 1977, definitivamente mudaríamos para Curitiba, levando conosco a mais nova componente da família, minha irmã Tathiana Bárbara, ainda um bebê, cujo segundo nome homenageou nossa avó. E foi assim, pelas mãos de meus pais munidos de sonhos, pouco dinheiro e malas despreparadas para enfrentar o frio da nova cidade, que iniciamos uma vida de esperança por dias melhores. Lembro-me do quão difícil foi essa adaptação, acostumados ao calor de 40°C do Rio de Janeiro, deparamo-nos com temperaturas abaixo de zero, que nos rendeu feridas pela boca e por todo o corpo, além de minha mãe Beti afirmando que definitivamente não moraria naquele lugar congelante, decisão esta que por pura sorte foi adiada pela conquista de um bom emprego como cabeleireira infantil na saudosa boutique "Maria Chica", loja destinada ao vestuário de crianças e adolescentes. Ao final dos anos 70, esse nicho de mercado era completamente novo na cidade, e talvez por causa do pioneirismo da empreendedora Maria Cecília de Leão Rosenmann, proprietária da loja, minha mãe teve grande sucesso, e cortando os cabelos de tantas



crianças que anos mais tarde se tornariam personalidades famosas.

Nesse cenário, com 9 anos de idade, cheguei a uma Curitiba ainda com ares de cidade interiorana e pouco mais de 650 mil habitantes. Ali foi onde efetivamente formei minha identidade, e aprendi a me relacionar com palavras tipicamente curitibanas e gírias locais, como piá, guria, trincheira, penal, vina, mimosa, chineque, larguei os bets, japona, e daí, ficar de varde, cozido, posar, bocó, tongo, canaleta do expresso, capaz, lazarento, ligeirinho, topete e tantas outras que somente o curitibano "raiz" sabe reconhecer e que ainda perduram nas prosas da Boca Maldita e nas inúmeras praças e parques que a transformaram na "capital ecológica" pelas mãos de grandes homens públicos, como o vanguardista arquiteto e urbanista Jaime Lerner.

Terra de muitas etnias, colonizada por imigrantes ucranianos, como meus antepassados, além de russos, poloneses, italianos, alemães, libaneses e japoneses. Dentre tantas peculiaridades, uma curiosa é a de que o povo curitibano realmente não tem o hábito de conversar com desconhecidos e muito menos o cumprimento faz parte de sua rotina. É piada típica local que um "bom dia" dado a um curitibano provavelmente ressoará num vácuo sem resposta. Foi convivendo com esses costumes que passei importante fase de minha vida, lidando com situações memoráveis e insólitas que acabaram projetando Curitiba no cenário nacional, seja por figuras ímpares como o "INRI Cristo", "Oil Man" e o "Carro do Sonho" com seu alto-falante pelos bairros da cidade.

Através dessas experiências culturais muito singulares que vivi os anos 80, determinantes não só a mim, mas para a grande maioria das pessoas da minha geração, na criação de marcos afetivos que geram um saudosismo crescente quando chegamos mais perto da maturidade. Certamente as minhas posturas e adoção de alguns conceitos ao longo do tempo, também se deram a partir de reavaliações passadas que me fizeram questionar a visão de um mundo melhor e, ao mesmo tempo, presenciar evoluções positivas da sociedade me colocaram em um lugar de privilégio e agradecimento.

Vejam que a ausência de tanta informação como hoje nos é disponibi-



lizada nos permitia viver a vida bem mais perigosamente, sem nos darmos conta de que havia, ao menos sob o meu discernimento, um grande excesso liberdade. Não se pensava em cinto de segurança, fumava-se em qualquer lugar, desde a sala de aula, cinemas, teatros e aviões, e até mesmo os cigarrinhos de chocolate eram a alegria da garotada. Foi um tempo bem permissivo, de erotização feminina e infantil presentes nos programas de televisão que tinham como público-alvo a chamada família brasileira. Recapitular tais situações espantosas chegam à beira do engraçado, muitas delas definitivamente superadas e sem espaço na nossa atual sociedade.

Não avalio sob nenhum aspecto se era melhor ou pior. Tampouco se conseguimos naquela época viver de certa forma uma modernidade mais sólida, de metas e planejamento, contrariamente à sociedade moderna líquida e individualista conceituada pelo sociólogo Zygmunt Bauman que afirma em uma de suas famosas frases: "Vivemos em tempos líquidos. Nada foi feito para durar". Penso ser importante a apropriação do passado através de inolvidáveis recordações, mas de outra forma, mantermo-nos abertos para as mudanças e benesses que o tempo também proporciona deve ser considerado igualmente valioso.

Apesar de não haver um consenso entre as fontes em relação ao período que abrange a minha geração, eu certamente sou uma típica representante da geração X, aquela formada por pessoas nascidas entre os anos de 1960 e 1980, que precedeu os Baby Boomers e antecedeu a Geração Y. Embora a Geração X tenha passado por fatos históricos importantes, desde o movimento hippie, algumas guerras e até o fim do regime militar no Brasil, é certo que esses movimentos ideológicos não nos impediram de fazer carreira no mercado, buscar a solidez profissional, equilibrar o trabalho com a vida pessoal e, por outro lado, o de sermos enquadrados no estereótipo da faixa conservadora da sociedade. Importante, assim, aliar o momento histórico do mundo em relação à minha juventude, justamente para demonstrar um pouco dessa perspectiva de como eu cresci, munida desse aparato de informações que me influenciaram para mais tarde optar pelo Direito.

Retomando esse início de uma nova vida em Curitiba, como o dinheiro



era curto, meu pai optou por trabalhar em uma cidade próxima da capital chamada Ponta Grossa. Ele somente voltava para casa nos fins de semana, já minha mãe seguia no seu trabalho, o que a obrigou a contratar a Cleuza para cuidar de mim e da minha irmã, que passou a morar conosco em um pequeno apartamento no Condomínio Habitacional Áries, na Avenida Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Seminário.

Na minha primeira infância no Rio de Janeiro, fiz o primário no Instituto de Educação de Santo Antônio -IESA, comandado pelas freiras. Com a mudança para Curitiba, fui matriculada no colégio público Barão do Rio Branco, onde frequentei o antigo ginásio e o colegial. Lembro que o currículo me obrigou a cursar a matéria denominada puericultura, que ensinava especificamente às meninas a como cuidar dos bebês e das crianças, compondo a lista de enxoval adequado, primeiros cuidados e socorros, a trocar fraldas e o preparo de papinhas. Aprendi a bordar, tricotar, fazer crochê e até mesmo "fuxico", que significa remendo, artesanato com sobras de tecido que são costurados um a um em formas de florezinhas ou elementos geométricos. Confesso que a puericultura não me despertou nenhum interesse pelo universo infantil, tampouco me dei conta na ocasião de o porquê somente as meninas eram obrigadas a fazer tal matéria, sendo certo que as tais artes manuais me ajudaram a conter a ansiedade ao longo da vida, e apesar de afastada muito tempo das linhas e agulhas, podem acreditar que fui exímia bordadeira.

Chegando ao ano de 1984, aos 16 anos, iniciei o clássico cursinho pré-vestibular "Positivo" da Desembargador Motta. Foi ali, no meio daquele ambiente juvenil, o primeiro momento que me deparei com a reponsabilidade de ter que escolher uma profissão e seguir uma carreira, o que de fato não era tão difícil assim, já que as ofertas eram limitadas à medicina, engenharia, odontologia e ao direito, cursos pilares das universidades há mais de 35 anos.

Eu que não era nada "caxias" nos estudos, aquela pessoa tida como extremamente correta, advinda do comportamento exemplar do Marechal Luis Alves de Lima e Silva (1803-80), o famoso patrono do exército bra-



sileiro, que se tornou cadete com apenas 5 anos de idade, deparei-me ainda, com a ausência de qualquer modelo familiar que me ajudasse nessa escolha tão precoce. Apesar de meu amado pai ser um homem que sempre prezou pela cultura, aquela pessoa boa de papo, com opinião formada nos mais diversos assuntos, em termos de escolha profissional eu nunca tive qualquer ajuda ou influência a esse respeito, podendo afirmar que pouco debatemos em casa sobre o tema.

Porém me são muito claras as brincadeiras no meu imaginário, quando eu fingia ser professora ou mesmo jornalista, lendo as notícias da bancada de um jornal criado por mim, em que eu obviamente era a principal âncora. Ninguém antes na minha família havia feito uma faculdade, e eu me vi assim, meio que perdida tendo que fazer escolhas na mais completa imaturidade, o que hoje me parece até mesmo pior diante da gama de opções de cursos que surgiram nas últimas décadas.

Mas posso afirmar com toda segurança que o caminho de cursar uma faculdade foi a mim e a meus pais seguido de uma forma muito natural. Eles sempre me apoiaram e nunca houve sequer a hipótese de que o estudo não fizesse parte dessa jornada. Talvez o meu inconsciente tenha percebido de uma forma muito intuitiva que aquela seria a minha chance, em completa dessintonia com meu consciente, meio míope até, porque o que eu gostava mesmo naquele momento era de festa e agito.

Não me dei conta naquele contexto que estaria escolhendo uma profissão que não só me manteria, mas que seria uma escolha de vida.

E digo que isso foi bom, quando não se tem certezas absolutas as escolhas parecem mais leves e as cobranças menos impositivas, o que ameniza possíveis frustrações. Como eu acreditava que me comunicava bem, lembrando dos meus tempos de infância quando eu me imaginava âncora de um grande jornal, a minha primeira escolha para o vestibular não poderia deixar de ser o jornalismo, curso que só existia na Universidade Federal do Paraná. Não havia tantas ofertas de faculdades como hoje, e minhas outras opções foram Direito na Pontifícia Universidade Católica e na saudosa Faculdade de Direito de Curitiba.

Infelizmente ou não, lembrando novamente que eu não era nem um pouco "caxias", eu acabei não passando no vestibular da UFPR, adentrando ao curso de Direito nas duas outras universidades escolhidas e optando pela tradicional e concorrida Faculdade de Direito de Curitiba, onde iniciei o curso no mês de julho, do ano de 1985, e sobre a qual tenho enorme orgulho em ter estudado.

Em 1985, eu tinha 17 anos, e esse ano foi particularmente um ano de muitas consagrações, a começar pelo cenário musical que fazia parte de todo o meu entorno. Em janeiro daquele ano, houve a primeira edição do Rock in Rio, quando o Barão Vermelho na voz inesquecível de Cazuza arrasou no festival. Em Londres, as maiores bandas do mundo se reuniram no "Live Aid", com a finalidade de combater a fome na Etiópia, e o Queen por meio do lendário Freddie Mercury emocionou e ficou conhecido internacionalmente com a sua voz potente e imortal. Foi a época da Blitz, dos Paralamas do Sucesso, Kid Abelha, Ultraje a Rigor e do RPM.

Quantos concertos no Palácio de Cristal, ginásio de esportes coberto localizado no Clube Círculo Militar do Paraná, onde literalmente as paredes ao redor eram todas de vidro, e cada vez que os shows ali eram marcados, o empurra-empurra da galera era tão grande que obviamente os vidros se estilhaçavam pelo chão e todo mundo acabava entrando sem pagar, até que finalmente esses eventos fora proibidos de acontecer naquele local.

Além de viver cada momento na sua máxima intensidade, havia nos jovens um sentimento aguçado de liberdade de expressão, que se manifestava por meio das roupas coloridas, hoje denominadas de "color block" e que de tempos em tempos dão o ar de sua graça. Não tinha como não me inserir nesse imenso caldeirão cultural, que me deixou marcas indeléveis e apurou o meu gosto eclético pela música, literatura e cinema. Escutei desde bossa nova e música popular brasileira, a "heavy metal" e rock progressista. Sabia de cor as músicas de Chico Buarque de Holanda, Maria Bethânia, Elis, Gal Costa e Djavan, juntamente as de pops stars como Madonna e Maicon Jackson. Li autores brasileiros clássicos como Graciliano Ramos, José de Alencar e Jorge Amado, e ao mesmo tempo todos os livros de Ag-

atha Christie. Assisti a uma dúzia de vezes filmes como De Volta para o Futuro e Cinema Paradiso.

Por outro lado, em um viés totalmente oposto a esse arco-íris de cores, surgiram nesse período, os grupos punks em Curitiba. Movimento cujo ideal era chocar e subverter os padrões culturais da época, decorrentes da ideologia de luta contra um sistema tido como opressor. Esses grupos causaram em mim uma certa curiosidade, admiração e temor. Rapidamente se popularizaram no final dos anos 80, adentrando aos anos 90, muito embora a sociedade curitibana fosse extremamente conservadora e tenha manifestado grande resistência a essa nova e diferente estética de tudo que tínhamos visto até então. Sim, tive amigos punks e era comum encontrar pelas ruas do centro e nas baladas noturnas, como no saudoso Aeroanta, grupos vestidos de capotões preto, jaquetas com taxas, calças rasgadas, alfinetes, correntes, coturnos, cabeças raspadas, penteados moicanos e coloridos, maquiagem preta e borrada, o que hoje não geraria grandes impactos.

Portanto, a relação desse vasto contexto cultural foi decisivo no início do curso de Direito para mim e deixou marcas indeléveis na minha memória, em especial, o dia 21 de abril de 1985, quando morria Tancredo Neves, afugentando em todos nós um pouco da esperança da redemocratização do Brasil, já que o sonho de termos o primeiro presidente não militar após anos de ditadura acabou sendo um pouco adiada. A morte do então recém-presidente eleito fez o Brasil parar, sendo anunciada oficialmente pelo porta-voz da presidência, o jornalista Antonio Britto, e transmitida com todas as faces de dramaticidade pelo Jornal Nacional, principal jornal da televisão brasileira naquele momento. A presidência da república caia então no colo do vice-presidente José Sarney, acompanhada de uma certa frustração por parte da população, culminando com anos de hiperinflação e diversos problemas econômicos advindos do plano cruzado, como a falta de leite e carne. Difícil reproduzir a passagem desses acontecimentos, lembro-me de meu pai acordando de madrugada para ficar na famigerada "fila do leite", o que talvez inconscientemente tenha me impulsionado de vez a banir essa bebida do meu repertório alimentar.



Ao iniciar o curso estudei Direito Constitucional pela Constituição de 1967, a Constituição da Ditadura Militar, relembrando que o novo presidente empossado convocou e instalou a Assembleia Nacional Constituinte, vindo a ser aprovada a Constituição da Democracia e da Cidadania em 1988. Mesmo tendo estudado pelos olhos da Constituição Ditatorial, lembro que a faculdade promoveu um intensivo para que tivéssemos antes de nos formar alguma proximidade com a nova Carta, a qual, mesmo com ares de recém-nascida, já se estabelecia como uma das mais importantes marcas históricas do Brasil, assim, permanecendo até hoje.

Admito que o início da faculdade foi um tanto difícil para mim. A despeito de meus pais terem um perfil liberal, apostando numa relação comigo de extrema confiança, passei a viver algo completamente diferente e inovador que foi o estudo noturno. A liberdade de ir e vir se tornou muito mais presente na minha vida, e confidencio que a minha frequência pelos bares das redondezas da faculdade, naquele momento foi muito mais recorrente do que os próprios bancos escolares. Felizmente não aprendi a jogar "truco", o que talvez adiasse ainda mais a dedicação aos estudos que me faltou naquele momento. Foi então que um ano depois de ter iniciado o curso de Direito, resolvi me dedicar verdadeiramente à faculdade e acabei virando por pura opção, aquela "caxias" que outrora jamais eu sonharia ser.

Mesmo não seguindo grandes planejamentos em relação aos estudos, no segundo período optei por conseguir um estágio, o que certamente foi crucial para que nascesse em mim rapidamente um apreço maior pela profissão. Um estagiário nada mais era do que um contínuo de luxo, andar horas a fio, pegar vários "expressos" ou "ligeirinhos" (como são chamados os ônibus que circulam em Curitiba), ir ao fórum e juntas do trabalho, assim denominadas naquela época, consultar os processos físicos, cujo movimento deveria ser anotado minuciosamente em fichinhas e guardados nos escaninhos corretos - o que na prática nunca ocorria - levando os servidores a procurarem o tal do processo perdido nas montoeiras de pilhas espalhadas pelos cartórios. Quantas andanças no famoso Centro Cívico, que além de o Tribunal de Justiça abrigava o extinto Tribunal de Alçada do Paraná.



Em um só local se concentrava a prefeitura, o Tribunal do Júri, o Palácio Iguaçu, as varas da família, o Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa, modelo que em parte permanece até hoje.

A experiência de estágio realmente me trouxe o entendimento sistêmico sobre a estrutura do Poder Judiciário e o processo na sua prática, além de a proximidade com termos afeitos ao "judicialês" e que fizeram toda a diferença para aquele início do curso de Direito. A partir de então, não obstante eu tivesse atividades paralelas que me proporcionaram o ganho de um dinheirinho extra, tais como: vender tiaras feitas pela jovem empreendedora "Nazinha" e comercializadas por mim e pela amiga querida Christina Siepiela, hoje morando nos Estados Unidos, ou mesmo o empenho na produção de chocolates e a venda de joias e semijoias, de fato, nunca mais me afastei do trabalho no mundo jurídico da advocacia.

Mesmo tendo algumas habilidades e gostos que foram aparecendo ao longo da vida, como culinária e certos dotes manuais, como aqui relatei, é certo que o Direito não mais me largaria e acabou por se concretizar como a minha única profissão. Ser advogada não foi somente uma opção, mas me trouxe o genuíno orgulho de poder solucionar as adversidades ocorridas nas vidas de outras pessoas e desenvolver acima de tudo um espírito de cidadania.

Não nasci advogada, até porque nunca tive essa percepção aguçada ou mesmo o sonho de pequena de assim o ser. Eu sabia que gostava de me comunicar e talvez, por essa importante razão eu optei pela profissão. Posso aferir que a advogada que me tornei faz parte de uma construção iniciada quando passei no vestibular, juntamente a mulher, filha, esposa, mãe, amiga e todos os demais atributos que vêm permeando meu ser durante essa jornada pessoal e que também somam na edificação dessa atividade. Por outro lado, as pistas de que eu estava gostando da faculdade se consolidou em muitos sinais, em nenhum momento surgiu alguma dúvida de que aquele não seria o curso certo ou mesmo que eu não iria terminar a graduação. Tudo foi acontecendo naturalmente, e eu me formei ao final dos cinco anos previstos.



Dias atrás, conversando no grupo de WhatsApp com meus ex-colegas de faculdade, relembrávamos dos especiais professores que tivemos, os inteligentes, os polêmicos, os sarcásticos, os folclóricos, os temidos e os adoráveis, todos com seus papéis estratégicos. Alguns não sobreviveriam atualmente a um trimestre de aulas, seriam mal-interpretados, taxados como excessivamente severos e alvo de abaixo-assinados, sinais de que os tempos realmente mudaram. Muitos já nos deixaram, em 2017, o lendário professor de Direito Romano Aloísio Surgik e o grande processualista Desembargador Victor Alberto Azi Bonfim Marins, meu nome de Turma. Outros se tornaram nacionalmente reconhecidos, como o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, e o grande jurista em Direito do Trabalho, José Affonso Dallegrave Neto.

Inclusive, nos dias que correm, consegui ter um olhar bem menos severo sobre os meus professores, lembrando com carinho até mesmo daqueles que não me fizeram qualquer diferença, eis que ao longo dos cinco anos não faltaram grandes mestres que souberam ocupar como ninguém a cátedra no superlativo que essa palavra possa abranger.

Como a vida não é feita só de estudos, uma pitada de romance sempre vem bem, e foi inesperadamente que, em 25 de dezembro de 1985, conheci o companheiro que a vida me colocaria no caminho, uma pessoa de nome bem exótico e cabelo cacheado. Eu então com 17 e ele com 19, estudante de medicina da UFPR. Mais tarde soube que seu nome tinha origem grega, "Eleftherios – o libertador", em homenagem ao avô materno que ao chegar ao Brasil e diante da dificuldade de pronúncia, acabou optando pelo registro do apelido, "Teri". Mais uma vez a faculdade de Direito foi o motivo de termos nos conhecido ainda que indiretamente, eis que a apresentação se deu por meio de uma amiga em comum que comigo estudava.

Como ficou claro que eu gostava de uma baladinha, foi numa dessas famosas o meu encontro com aquele que se tornaria meu marido quase uma década depois, um momento inesquecível sob meu olhar juvenil, o qual guardo na minha mente emoldurado lindamente como uma pintura famosa. A casa noturna onde nos conhecemos fez história na noite curiti-



bana, chamava-se Angel's Flight, lugar relembrado até hoje em matérias jornalísticas como o melhor lugar para se dançar, na conhecidíssima Rua dos Chorões. Arrojada na construção, tinha algo inédito para a época, uma passarela que atravessava a pista de dança feita de acrílico transparente.

Apesar de a ciência afirmar que não existe amor à primeira vista, posso dizer que uma experiência diferente aconteceu comigo naquela noite do Natal de 1985. Recordo que assim que vi o Teri de longe na pista de dança tive uma simpatia imediata, e minha amiga Patrícia logo retrucou, esse é o meu "irmão postiço", o meu pai namora com a mãe dele. Fiquei extremamente interessada, mas admito que ele me ignorou por completo naquela noite, malmente me notou. Foi então que o Ano Novo se aproximava com uma nova festa. Combinei mal-intencionada com essa mesma amiga para sairmos todos juntos, quando me buscaram na casa de compadres dos meus pais, onde eu e minha família estávamos passando a virada do ano. A partir daquele dia, eu e o Teri nunca mais nos largamos, e o namoro se deu por quase três anos, quando nos separamos de vez e começamos a namorar outras pessoas, ficamos noivos, e soube por terceiros mais tarde, que ele havia ido embora para Porto Alegre fazer a residência em ortopedia e traumatologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Houve então um providencial vácuo de cinco anos de separação, não participamos da formatura um do outro, e somente iríamos nos encontrar novamente no final do ano de 1993. Digo providencial porque éramos muito jovens, e quero acreditar que o destino se encarregou dessa separação para que pudéssemos viver experiências importantes ao nosso mútuo crescimento.

Sem dúvida o mês de julho é para mim um tanto significativo. Ao longo da minha existência fatos importantes e especiais sempre ocorreram coincidentemente nesse período, e como não poderia deixar de ser, em 14 de julho de 1990, 201 anos após a Tomada da Bastilha, eu iria receber a graduação. Essa data foi propositadamente escolhida pela minha turma, não havendo representação mais forte para uma formatura de Direito do que do que a queda do antigo regime da monarquia absolutista e o início da Revolução Francesa. De tempos em tempos nos reunimos para comemorar



e mesmo na pandemia de 2020 promovemos um consagrado brinde virtual.

O local desse grande acontecimento para mim foi especial, o grande auditório do Teatro Guaíra (o Guaírão), o mais importante da cena cultural de Curitiba. Foram três dias de festas e trajes diferentes, a celebração ecumênica na Igreja Santo Agostinho, a colação de grau ao segundo dia, e um jantar dançante em um casarão icônico de Curitiba na Avenida João Gualberto, demolido anos depois. Na época, eu era a presidente da Comissão de Formatura, ressaltando novamente o meu gosto por festas, dediquei-me profundamente para que a da minha turma fosse o mais agradável possível e tivesse o tom certo, nem demais e nem de menos, priorizando um conjunto musical de repertório apuradíssimo e ainda hoje conhecido no meio curitibano, o Samjazz Quintet.

Como havia comentado, a estreia na prática do Direito teve início muito cedo, embora tenha começado o meu currículo como "Moça Bradesco" na agência Monsenhor Celso, sendo responsável por recepcionar e auxiliar os clientes do referido banco, foi somente a partir do segundo período da faculdade que resolvi que deveria me enfurnar de vez no meio jurídico. Estagiei em diversos escritórios de advocacia de Curitiba e na extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), no prédio tombado pelo patrimônio histórico, o Edifício Teixeira Soares, na esquina da Rua João Negrão com a Avenida Sete de Setembro, onde hoje abriga o Shopping Estação.

Recém-formada, e por intermédio da amiga Maria Christina, a qual comentei anteriormente, fui contratada pelo saudoso advogado Juahil Martins de Oliveira. Lá, eu fiz de tudo um pouco, inclusive minha primeira audiência na qual o juiz perguntou para mim, alegações finais doutora? E eu não fazia a mínima ideia do que ele queria que eu fizesse naquele momento. A prática realmente se distancia algumas vezes das teses aprendidas nas faculdades, e determinadas tomadas de decisões ou mesmo comportamentos somente irão surgir com a experiência profissional. Acredito que ações, petições ou falas ao próprio cliente por mim realizadas outrora, hoje teriam rumos completamente diversos devido à passagem do tempo e o meu amadurecimento. Certamente a humildade profissional é diretamente



proporcional à segurança que atingimos ao longo da carreira, bem como o reconhecimento de que alguns erros cometidos foram frutos do ímpeto pueril.

Ao final do ano de 1993, ainda trabalhando com o Dr. Juahil, eu estava andando pelo calçadão da Rua XV, quase em frente à Confeitaria das Famílias, quando escutei meu nome num chamado distante, um "Criiiss" meio abafado. Desse modo, e por puro destino do acaso munido de uma pitada de sorte, reencontrei o Teri após cinco anos de namoro terminado e os dois já formados. Ele trabalhando como médico tenente do Hospital Militar, cumprindo o serviço obrigatório. Resolvemos tomar um café, já que estávamos na frente dessa tradicionalíssima casa de doces. O nervosismo, porém, impediu-nos de comer qualquer quitute, ficando evidente o tremor das nossas mãos que transparecia nas xícaras sendo pousadas cuidadosamente sobre os pires.

Esse reencontro realmente veio me pegar de surpresa, deu uma reviravolta nos meus sentimentos e arrebatou meu coração. Eu sabia que apesar de estar naquele momento noiva e com os preparativos do casamento em processo, algo me dizia que essa realidade não sobreviveria por muito tempo. Terminei um mês após, o meu noivado, mudei de escritório e seis meses depois, em julho de 1994, estava eu casada com meu primeiro namorado e de malas prontas para iniciar uma nova vida na bela e Santa Catarina. Quem diria que essa esbarrada na Rua XV de Novembro, cinco anos após, levaria-nos a uma união que permanece até hoje.

A cidade escolhida pelo meu recém-marido foi Joaçaba, o que veio por meio de uma proposta para que lá trabalhasse. Localizada no meio oeste catarinense e ladeada pelo Rio do Peixe, foi onde realmente começamos a andar com as próprias pernas rumo à constituição da nossa família. Assim que cheguei, montei um pequeno escritório de advocacia na casa que alugamos, mas logo fui convidada para trabalhar como assessora na Procuradoria Geral do Município, pelo estimado advogado Germano Adolfo Bess, cuja inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Joaçaba remonta o número 1.810. Um pouco de tudo que hoje sou, certamente foi



pela generosidade de tantos renomados colegas que tive a honra de conviver nesse percurso.

Eu somente havia trabalhado anteriormente no serviço público na RFF-SA, sendo essa então a minha segunda experiência no ramo. Guardo boas lembranças e amigos que conheci nesse período na prefeitura.

Joaçaba, também reconhecida pelo excelente polo de ensino universitário por meio da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC foi por onde adentrei as portas da docência, a partir do escritório de prática jurídica. Lá tive a possibilidade de me inscrever no mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, promovido em parceria com a UNOESC, recebendo grande incentivo do professor Orides Mezzaroba, na ocasião coordenador do mestrado.

Esse gentil e inesquecível professor, hoje lecionando nos programas de mestrado e doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina, acreditou na minha capacidade. Concorri na ocasião com tarimbados professores, e ter realizado o programa novamente me levou a caminhos completamente diferentes de tudo que eu já havia realizado, chegando à coordenadora do curso de Direito tempos depois. Porém, nunca me afastei da advocacia, atuando como professora e advogada no Núcleo de Prática Jurídica – SA-JUCO ensinando os acadêmicos ao longo de 10 anos a respeito da prática do Direito.

Foram tempos de muito crescimento, eu ainda muito jovem, tendo que me afirmar ao lecionar para alunos algumas vezes com o dobro de idade da minha, além de perceber intimamente a ausência do poder público em dar acesso à população carente a uma efetiva Justiça. Vejam que não havia sido ainda criada em Santa Catarina a Defensoria Pública, restando à população menos favorecida do município recorrer à advocacia dativa e ao serviço de prática jurídica, oferecido pelo curso de Direito da faculdade.

Esse período despertou em mim a crua conclusão de que alguns problemas decorrentes da pobreza, em certas situações instransponíveis, poderiam ser mitigados com um bom acolhimento e atenção dessas pessoas



mais necessitadas. E era isso que fazíamos no escritório jurídico da universidade, escutar as agruras de tantos desvalidos e dentro das possibilidades oferecidas, tentar resolver ao máximo juridicamente a situação que nos chegava. Falo em tentar, porque quem milita especialmente no Direito de Família, sabe que não são poucos os casos de acordos não cumpridos, de pais não comprometidos com a educação dos filhos, de alimentos não satisfeitos e, infelizmente, ainda há a persistência de uma sobrecarga sobre as mulheres em relação à prole na ocorrência do divórcio. Obviamente que além de as ausências emocionais, a carência financeira potencializa ainda mais os problemas de diversas famílias menos favorecidas, e isso de certa forma me tocava profundamente e me fez experimentar realidades muito diferentes. Naquela época, em que pese Joaçaba fosse uma cidade com poucos habitantes, como ainda assim prevalece, em torno de 30 mil, já existia uma favela denominada "Vaca Preta".

Pela primeira vez me deparei com pessoas inexistentes e à margem do sistema estatal formal, que não possuíam certidão de nascimento, documentos, e sequer tinham ideia da data que vieram ao mundo. Apesar de mencionar isso com pesar, de certo modo, saber que ajudamos na época tantas vidas, ressignifica o meu sentimento negativo e rememora momentos alegres, como no dia em que sugerimos, eu e o juiz em plena audiência, o nome de uma bebê que ainda não havia sido registrada, "Sara", de significado princesa, senhora, dama, sugestão acolhida com alegria pela mãe.

Engraçado como um torvelinho de recordações vem surgindo ao longo dessa narrativa, provando a existência de muitos recôncavos escondidos na memória e que afloram com o indubitável exercício e fortalecimento da lembrança. O tempo que vivi em Joaçaba e trabalhei na UNOESC se traduz em aprimoramento, recebi o título de mestre, tive minha primeira filha Sofia, meu segundo filho João Teodoro, construímos nossa casa, fiz grandes amigos que ainda assim permanecem, e agradeço especialmente a três colegas com quem convivi ao longo dessa trajetória, o Reitor Aristides Cimadon, o advogado Osmar de Marco e o fiscal da fazenda estadual aposentado e advogado Melsi Moreira, todos meus superiores. Duas colegas



professoras e promotoras de justiça também me mostraram um olhar pela lente do Ministério Público, a desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Vera Lucia Copetti e a procuradora de justiça Gladys Afonso. Pelas duas nutro grande admiração e agradecimento por outrora.

Eu acreditava que Joaçaba seria minha morada para sempre, não obstante o meu evidente desgosto em relação à posição geográfica da cidade, distante de Curitiba, onde ainda viviam nossos parentes, ou mesmo do litoral e da capital catarinenses. Sem a mínima desconfiança, setembro do ano de 2002 seria o mês que me traria rumos incertos, decorrente de um acidente automobilístico sofrido por meu marido e que lhe resultou em um grave traumatismo cranioencefálico e a imediata internação na UTI do Hospital Santa Terezinha e depois no São Miguel.

Na época, vi-me sozinha com uma criança de 4 anos e um bebê de um ano, sem pai, mãe, sogro e sogra que morassem perto e a quem pudesse recorrer. Lembrando que meses atrás, havia encarado uma gravidez de alto risco e a prematuridade do meu filho caçula, que nasceu com 29 semanas, e ficou internado por quase dois meses na UTI da Maternidade Curitiba. Eu vinha passando por uma sequência de fatos difíceis e tendo que voltar minha atenção para essa criança, que também esteve sujeita por muito tempo a várias terapias.

Quando percebi a enorme probabilidade de me tornar uma jovem viúva aos 34 anos de idade, consegui a transferência do meu marido para a UTI do Hospital Cajuru em Curitiba, o que foi feito mediante a remoção por uma UTI aérea. Vívida a reminiscência da equipe médica chegando ao nosocômio e a dificuldade de proceder à intubação, requisito essencial para o traslado. Mesmo que inconsciente e um homem com características físicas de porte médio, o Teri sempre foi extremamente forte e resistiu com todas as suas forças para que o procedimento fosse realizado.

Após os preparativos nos dirigimos ao Aeroporto Santa Terezinha, onde o avião/UTI vindo de Porto Alegre havia aterrissado. Assim, eu, Teri, o piloto, o copiloto, o médico intensivista e um enfermeiro, decola-



mos para Curitiba. Tive vários períodos de turbulência na vida, mas esse incomparavelmente foi o pior, em que as incertezas me acompanharam diuturnamente. Logo que aterrissamos no Aeroporto do Bacacheri, uma ambulância nos aguardava e lembro como se fosse hoje que era umas 22 horas, e trafegamos muito rapidamente pelas canaletas vazias dos famosos ônibus expressos. O som estridente da sirene abrindo caminho jamais será por mim esquecido. A equipe médica e de enfermeiros nos receberam ainda na ambulância e levaram o Teri para a internação. Minha cunhada Giselle me aguardava na porta do hospital. Uma hora e meia depois de espera, o médico neurocirurgião, que assumiria o caso, trouxe-me a triste notícia de que provavelmente ele não andaria, não falaria e muito menos retomaria a profissão novamente. Que eu me preparasse para um longo período de reabilitação.

Foram dois meses de internação no total. Engraçado que quando a gente assiste a filmes em que o personagem está em coma, sempre é retratado um despertar completamente alheio ao que ocorre verdadeiramente no mundo real. O paciente acorda, abre os olhos, reconhece todo mundo, sai andando serelepe e prontamente está recuperado. Na prática, a realidade é bem mais dura do que nas películas. Foram muitas partes comprometidas. Falar, andar, memória, coordenação motora, agressividade, impulsividade, dentre tantas outras perdas. O fato de o acidente ter ocorrido quando eu era muito jovem, talvez tenha sido a válvula de escape para eu ter suportado com maestria as adversidades e ter tido a dedicação em fazer todo o possível para que ele ficasse bem.

Não faltaram terapias e dois longos anos de recuperação. Hoje, posso afirmar categoricamente que a extrema inteligência do meu marido o salvou. Aliás, o grande amigo neurologista, Laercio Alberto Fontoura da Silva, disse quando foi visitá-lo em certa ocasião após o acidente para que eu não me preocupasse, a inteligência e o investimento ao longo da vida no seu próprio desenvolvimento cognitivo lhe permitiria que ficasse sem qualquer sequela. Realmente tudo voltou à normalidade, com exceção do ímpeto de mudança que nele aflorou, viver em Joaçaba não cabia mais



naquele momento.

E foi desse modo, por causa desse fatídico acidente que eu virei brusquense de coração. Em 2004, o Teri tomou a complexa decisão de ir embora, queria um novo recomeço, dando-me a opção de acompanhá-lo ou não, eis que minha vida profissional estava totalmente estruturada em Joaçaba. E não foi nada fácil para mim largar tudo que até então havíamos conquistado e me aventurar com duas crianças em uma nova cidade. É fato que naquele momento, como mulher, priorizei a minha família, e não me arrependo.

Apesar de não termos chegado aqui sem nada, pois tínhamos um pequeno patrimônio, algumas portas se fecharam, especialmente, em relação à condição dele de médico, tais como: a entrada nos hospitais, credenciamento em convênios, e os primeiros anos em Brusque foram bem intranquilos em vários aspectos.

Assim que cheguei, fiquei seis meses sem trabalhar. Em meados do ano de 2005, quando já havíamos estabelecido uma certa rotina, o Teri atendeu no seu consultório um advogado, apresentado por meio de um colega em comum. Nessa ocasião, ele comentou que eu também era advogada e estava sem trabalhar, mas tinha uma boa experiência profissional, enfim, contou rapidamente a nossa história. Esse advogado afirmou que o escritório de advocacia de seu pai e tio estavam precisando de mais um profissional e que iria indicar meu nome. No dia seguinte recebi um telefonema do Dr. Cambises José Martins, pai do Dr. Cassiano Martins que havia feito a consulta antes mencionada, pedindo que eu fosse ao escritório me apresentar. Conversamos por bastante tempo, expliquei para ele a minha jornada profissional, e acredito que a simpatia foi mútua naquele momento. Pediu que aguardasse, pois conversaria com seu sócio e irmão, Dr. Jorge Luiz Martins. No dia seguinte me fez uma proposta por mim recusada e, passados mais três dias, me chamou novamente para acertamos o início do trabalho.

Quando comecei no escritório dos "Martins", não imaginava o quanto eram aqui conhecidos. Todos de origem brusquense, advindos de uma



família grande composta por vários irmãos, cujos descendentes seguiram em grande parte a carreira da advocacia. Verdadeiramente nesse local me senti extremamente acolhida e, apesar de atualmente permanecer trabalhando somente com o Dr. Jorge, foi por meio do convívio com esses dois advogados que aprendo ainda a arte de advogar.

Posso dizer que o orgulho incondicional de ser advogada me foi despertada nessas relações, ouvindo por vezes histórias extremamente interessantes, por outras hilariantes, mas em todas elas uma mensagem evidente ou subliminar de que a advocacia nunca será para covardes, como dizia Sobral Pinto. Que o advogado nunca deve se curvar para quem quer que seja, delegado, juiz ou promotor. Que suas prerrogativas estão acima de tudo, e a base ética é sobre a qual deve estar edificada a profissão.

Procurei durante os anos de convivência sorver de cada um suas qualidades excepcionais, no Dr. Cambises a honra em advogar, o amor pelo estudo, a habilidade na escrita. Daqueles advogados com pensamento extremamente organizado, dono de um poder de síntese que mediante poucas palavras atinge os famosos "nó górdio" e "ponto nevrálgico" da questão. No Dr. Jorge a sua eloquência, o saber enfrentar com altivez as adversidades da profissão e, ao mesmo tempo, a peculiar aptidão em aparar as arestas com calma e maestria, buscando o consenso das partes, o respeito aos colegas, a deferência em nunca, nunca mesmo, deixar um advogado esperando na sala de espera: "o advogado sempre tem preferência" – repetidamente me diz. Uma pena que os tempos atuais tantos profissionais têm se afastado dessa premissa básica de respeito ao outro, valorizando recursos midiáticos, praticando, como ouvi outro dia, uma "advocacia gourmet" e de "aparência".

Por tudo isso, a advocacia me é tão sensível. Uma das profissões mais antigas conhecidas, cujos indícios datam de três milênios antes de Cristo, na região da Suméria, compreendida entre os rios Tigre e Eufrates onde hoje se encontra o Iraque. Os historiadores, porém, pacificam o entendimento que o verdadeiro berço da advocacia se deu em Atenas na Grécia, onde diversos profissionais passaram a atuar defendendo a comunidade,



vindo daí o surgimento de grandes oradores como Demóstenes, Péricles e Aristides, imbuídos por meio de seus discursos de alto poder de persuasão.

Não menos importante nesse papel evolutivo da advocacia foi Roma, de onde adveio a figura da representação processual e a função do advogado passou a ter tanto prestígio social que em vez de perceber algum salário, recebia honrarias, daí vindo a expressão remuneratória atual de "honorários". Ainda no Império Bizantino, a primeira Ordem de Advogados foi instituída pelo Imperador Justiniano, estabelecendo que todo advogado deveria ter um registro no foro e cumprir requisitos essenciais para o exercício da profissão, tais como: ter aprovação em exame de jurisprudência, ter boa reputação, não ter mancha de infâmia, comprometer-se a defender quem o pretor em caso de necessidade designasse, advogar sem falsidade, não pactuar "quota litis", não abandonar a defesa uma vez aceita.

No Brasil, apesar de a advocacia ter surgido no período colonial e sem grandes regras, foi posteriormente, mas ainda no mesmo período, com as Ordenações Filipinas que ela se formalizou em 8 anos de curso jurídico (cursado a princípio somente na Universidade de Coimbra em Portugal), de modo a restringir o exercício da profissão à elite burguesa.

Ao longo da história, o que aprendi é que a advocacia e a OAB como instituição, sempre esteve presente em diversos cenários deste país, exercendo papel fundamental para a construção e consolidação dos valores sociais brasileiros, lutando contra abusos e arbitrariedades.

Como não respeitar a única profissão recepcionada por um artigo na nossa Carta Magna? O artigo 133 descreve a indispensabilidade do advogado na função essencial da administração da Justiça. A advocacia vai além de mera atividade profissional, desvelando-se no exercício pleno da função pública de postular em nome do cidadão, o que é ratificado pelo art. 2º, § 1º. da Lei 8.906/94, que exprime que "no seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social".

É por meio das provocações argumentativas jurídicas do advogado, de suas teses e arcabouço de conhecimento que o Direito é aplicado, e muito já se repetiu no decorrer da história que sem advogado não existe Justiça



e muito menos Estado Democrático de Direito, de modo que são anos em busca de respeito e dignificação da profissão, conquistadas pela luta da classe em alçar este ofício à posição de elevada estirpe.

Em 2015, vindo justamente ao encontro desse meu olhar de grandiosidade em relação à nossa profissão, um novo convite me surgiu, pelo fraterno amigo e exemplar advogado, Dr. Renato Munhoz, participar da OAB. Aceitei de bom grado essa experiência, atuando na gestão 2016/2018, como conselheira e na 2019/2021, como secretária-geral, além de exercer a presidência da Comissão da Mulher Advogada e de Direito de Família e Sucessões. Constatei nesses últimos cinco anos, que as mulheres ainda possuem a palavra suprimida e enfrentam barreiras a serem transpostas para que as relações de gênero sejam mais igualitárias, o que se materializa pelas oportunidades distintas de trabalho, o impedimento de ascensão profissional em razão da maternidade, e ganhos por vezes menores.

Ao longo dos 30 anos de exercício da profissão, apesar de maiormente ser respeitada, enfrentei sim, desafios e discriminações cotidianas para me inserir numa área prevalentemente masculina. Em que pese hoje no Brasil, existir um universo de equivalência proporcional entre advogadas e advogados inscritos na Ordem, tal se mostra como uma falsa ideia de que de fato haja uma igualdade. Se analisarmos com atenção as estruturas de poder, fácil é a constatação de que os Tribunais ainda são compostos majoritariamente por homens, e dentro da própria OAB existe uma reprodução de desigualdades materiais que acabam por excluir as mulheres da própria composição diretiva da instituição.

Por outro lado, houve também o implemento de medidas louváveis tendentes ao estímulo para que as mulheres participassem mais ativamente dos quadros diretivos, como a paridade de gênero e cotas raciais.

Ao iniciar essa história, falei dessa sensação de tempo que sempre me pareceu muito intensa na minha geração, tanto na vida pessoal quanto no próprio exercício da advocacia. Acho que nenhuma outra geração sofreu tantas transformações na carreira no decorrer das últimas três décadas. Relembremos que iniciei os estudos com a Constituição anterior a de 1988,

vivendo o final do militarismo no Brasil. De outro modo, as relações sociais certamente se mostraram muito mais complexas nesse decorrer, criando e ressignificando ao longo da história, direitos até então inexistentes e preteridos. Somente para exemplificar, foi nos últimos 30 anos, que se voltou o olhar para a criança e ao adolescente (ECA), para o trânsito (Código de Trânsito), para a mulher (Lei Maria da Penha), para os idosos (Estatuto do Idoso), para o consumidor (Código do Consumidor), para os negros (Estatuto da igualdade Racial), e tantas outras leis e códigos que foram se alterando, como os de Direito Civil e Processo Civil.

Sem falar no impacto da evolução tecnológica na advocacia. Iniciei o estágio peticionando na máquina de escrever, ficando deveras agradecida quando conseguia datilografar em uma que tivesse corretivo. O computador pessoal surgiu nesse período, juntamente a internet, o celular, a impressora, o e-mail e a informatização do sistema judicial. As pesquisas outrora eram nos livros e nas bibliotecas, procurávamos o julgado adequado para citar no petitório mediante horas, quiçá dias, nos anais jurisprudenciais dos Tribunais. Hoje, passamos por etapa completamente diferente, que vai além de o processo digital, mas o de audiências, julgamentos e sustentações virtuais.

Há muito que as nossas preocupações estão se calcando em polos completamente distintos e que devem ser valorizados pelos advogados e advogadas. Vide de exemplo a recém-vigência da Lei Geral de Proteção de Dados. Como iremos nos portar diante de um mundo que passa por uma aceleração tão recorrente? O jornalista estadunidense Thomas Friedman, do The New York Times, defende que o mundo passa hoje por três acelerações, das mudanças climáticas, mercado e Lei de Moore (presidente da Intel, Gordon Earle Moore, que em 1965 profetizou que a capacidade dos computadores dobrariam a cada dois anos). Friedman resume que a tecnologia está evoluindo mais rápido do que a capacidade humana pode se adaptar e, dessa forma, trabalho e educação devem se reformular: "Ninguém mais pode se formar e depender só do diploma. O que você aprendeu no primeiro dia de aula na faculdade vai estar ultrapassado já no seu quarto ano", afirma.

Portanto, não serão poucos os desafios futuros e os esforços que teremos que empreender para nos mantermos no mercado e lidar com essa citada aceleração. A advocacia exige e exigirá cada vez mais um eterno aprendizado.

Se me fosse perguntado hoje o que eu gostaria que fosse evitado na advocacia, seria a completa falta de discernimento de alguns colegas nas mídias sociais. O advogado não pode se colocar na posição de um vendedor de produto. A advocacia não é isso. Advogar exige malabarismo e não há rotina. Se por um lado, a profissão lida com valores essenciais do ser humano, como a honra, a liberdade e o patrimônio, é certo que de outro, a escolha da advocacia no Brasil é cercada de muita incerteza, especialmente, por causa da proliferação desordenada de faculdades sem condições adequadas de dar uma formação condizente para o enfrentamento do mercado de trabalho. A realidade da grande maioria dos advogados e advogadas militantes nos rincões do país é o esforço cotidiano em conseguir obter sustento por meio do próprio labor, sem, contudo, se afastar dos preceitos éticos exigidos pela profissão. Logo, acredito que a ética é algo que tem que ser repetidamente aprofundada e enaltecida nos bancos escolares, para que formemos profissionais realmente comprometidos com valores importantes e por vezes esquecidos, em especial, a responsabilidade social que todo nós temos que ter. Temos que ser exemplo.

Por fim, se me fosse perguntado como eu me sinto atualmente sendo advogada, a minha resposta seria "muito à vontade". À vontade e segura para fazer bem o que eu sei e o que eu estudo, e igualmente à vontade para dizer não para o que eu não sei, reconhecendo que não sei tudo. Este entendimento me leva a um lugar de percepção que a advocacia está completamente diferente de 30 anos atrás, estabelecendo dois pilares para mim essenciais. O primeiro deles é que a composição é a melhor alternativa para solução dos conflitos, inclusive, ganha-se muito mais quando não se utiliza do sistema estatal formal e; o segundo, é que a advocacia moderna deve estabelecer parcerias, justamente no reconhecimento de que não podemos dominar todos os assuntos.



Sinto-me de igual forma realizada e agradecida por essa profissão, sou apaixonada pelo que faço e tenho a grata satisfação de todos os dias de não só me vestir, mas me "arrumar" para trabalhar, em consideração aos clientes, colegas e ao meu ambiente de trabalho em si. De sentar na minha cadeira, ligar o computador e começar mais uma jornada com máximo de otimismo, o que muitas vezes nem sempre seja possível. Morar e advogar em Brusque me traz uma doce tranquilidade, especialmente, por tantos colegas e amigos que conheci nesse caminhar. Certamente não sou a advogada mais conhecida ou a mais bem-sucedida, mas durmo e acordo sempre com a sensação de que estou exatamente fazendo o que eu deveria fazer, e isso é simplesmente sensacional e libertador!

Encerro a grande oportunidade me dada pelas mãos da linda poetisa mineira Adélia Prado, agradecendo a todos que se envolveram nesse projeto, e às brilhantes advogadas que aqui me ladearam contando igualmente suas respeitadas histórias de vida:

"Quando nasci um anjo esbelto, desses que tocam trombeta, anunciou: vai carregar bandeira. Cargo muito pesado pra mulher, esta espécie ainda envergonhada. Aceito os subterfúgios que me cabem, sem precisar mentir. Não sou tão feia que não possa casar, acho o Rio de Janeiro uma beleza e ora sim, ora não, creio em parto sem dor. Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina. Inauguro linhagens, fundo reinos - dor não é amargura. Minha tristeza não tem pedigree, já a minha vontade de alegria, sua raiz vai ao meu mil avô. Vai ser coxo na vida é maldição pra homem. Mulher é desdobrável. Eu sou."



A ADVOCACIA E O PERFUME DA JUSTIÇA

10

Mileny Truppel Merico

Ainda hoje ouço as palavras do meu pai, em um dia da minha infância, quando retornamos para casa, depois de um jogo de futebol do Marcílio Dias, time de futebol de Itajaí, minha cidade natal e, que num misto de orgulho e graça, contava firme para minha mãe, o meu feito daquela dia:

- "Vou te contar, essa menina já nasceu advogando..., pois protesta e pede por direitos como ninguém; hoje, mais um daqueles feitos...; lá no jogo, defendeu o Marcílio Dias incansavelmente. Viu o juiz "roubando"... e, quando terminou a partida, quis ter uma conversa com ele e, te digo: nada amigável... ."

Em meio às risadas de quem não mais se surpreendia com a valentia de uma pequena, continuou contando:

- "Aí senhor juiz ladrão", gritou ela! E, como ele não lhe deu ouvidos, tu acreditas que ela arremessou o radinho de pilhas na direção dele? Pois, não teve como ele não dar atenção a ela. E, nesse momento, com muita firmeza, ela pediu que ele não roubasse mais no jogo e que ele deveria realizar uma nova partida. Tu bens sabes, mãe, que o juiz saiu vaiado, e ela ovacionada no estádio? Dá pra crer?"

As palavras do meu pai ainda soam na minha mente e, na recordação, sinto como se fossem profecias ditas, em meio às risadas que meu pai não



conseguia conter, o que agora sei que eram as minhas primeiras percepções das injustiças e a minha reação natural e inocente de uma criança.

Na menice... estivesse onde estivesse, fosse onde fosse – em casa, no colégio, na rua (podíamos brincar na rua com nossos amigos, sentar na calçada, pular amarelinha, andar de bicicleta e de carrinho de rolimã, até o pôr do sol); no bar da esquina ou no futebol, acompanhando meu pai e meu irmão (prestava atenção em tudo, desde o futebol até as calorosas discussões políticas) e, também, no salão de beleza.

O salão de beleza era um lugar especial onde eu adorava ir para acompanhar minha avó materna (uma mulher simples, poderosa e terna, doceira - das melhores - e de sabedoria ímpar), e ouvia as mulheres falando das suas casas, das comidas que preparavam, das suas famílias, dos seus filhos e netos, das telenovelas, das notícias do rádio..: para mim, toda essa conversa era uma verdadeira aula que mesclava realidades vívidas e de sonhos compartilhados.

Nesses diferentes lugares, não importando onde, se presenciasse maus-tratos, preconceitos, injustiça, estupidez, desavenças e/ou percebia que pessoas não tinham forças o suficiente para se defenderem e acabavam por esmorecer, eu não pensava duas vezes em defendê-las. Às vezes, até pensava que poderia ser a tal mulher maravilha, mas me faltava o avião. No entanto, era por assim dizer, meu dom e minha futura profissão florescendo em mim.

Outro desses episódios marcantes da minha infância aconteceu no colégio São José de Itajaí, onde estudei. Naquele dia, após um evento fatídico ocorrido entre mim e uma outra aluna. Acabei na sala da diretoria acompanhada da "mestra de disciplina" e da irmã Adelina, nossa diretora. Então, foi quando ouvi o ranger das tábuas do corredor e murmúrios de pessoas vindo em direção daquela sala. Bateram à porta e, a irmã Adelina me olhou e disse com um tom de voz que me remetia à ideia de uma assombração do arrepio de medo que me causou:

- "Mileny Truppel você pode fazer o favor de abrir a porta? Acredito que são seus pais."



Levantei e fui abrir a porta, certa até aquele momento de que não havia feito nada de errado, pois fui ajudar uma nova aluna do Colégio, e acabei tendo um contratempo com outra colega. Bem, abri a porta e vi que, realmente, eram os meus pais que estavam ali, pois foram chamados. Não fiquei surpresa, porque não era a primeira vez que isso acontecia e, sabia que, também, não seria a última, visto que meu ímpeto de corrigir as injustiças não parariam por ali.

Porém, naquela época, não tinha encontrado ainda a medida apropriada em defesa do que acreditava. Além de estar inserida num contexto de rigidez da disciplina do Colégio - de tradição católica, administrado pelas freiras, em que algumas delas, ainda, usava o hábito (veste religiosa) preto e branco. Então, pode-se imaginar como o meu comportamento impetuoso, nessas situações, causava frisson diante do rigor da disciplina que exigiam dos alunos... . Quando, a Irmã Diretora e a Mestra de Disciplina começaram a relatar os fatos, o que não estava claro para mim, passou a ficar muito bem elucidado para os meus pais. Contaram a eles que eu havia puxado os cabelos de uma colega de classe até o chão, e que ela estava muito magoada, e que minha atitude tinha feito com que ela chorasse inconsoladamente e incansavelmente.

Em nenhum momento, por hora, tive a oportunidade de explicar os motivos da minha atitude que, talvez, poderia ajudar a amenizar as medidas disciplinares: fui suspensa por três dias e, tive que assinar o tal do "livro negro". Porém, assim que cumpridas as formalidades, a Mestra de Disciplina, sem pestanejar, comentou, pausadamente: - "É! Realmente! Essa menina é uma líder! Mas, ... (na pausa da fala, o silêncio): uma líder negativa!

Na época, eu não consegui compreender o significado daquele comentário; não fazia ideia se era bom ou ruim ser uma líder negativa. Mas uma coisa eu sabia, tudo que eu tinha feito, tinha feito para ajudar a nova aluna do Colégio e colega de sala de aula. E, também, tive a certeza de que, caso eu presenciasse outra injustiça novamente, não teria dúvida e nem medo de ajudar a quem precisasse, fosse quem fosse, faria outra vez.

Foi só quando deixamos a Sala da Diretoria que pude falar e contar para



os meus pais as razões da minha atitude:

- "Pai e mãe! Aconteceu o seguinte: hoje uma menina nova chegou ao Colégio e foi para nossa sala. Ela só pode vir estudar no Colégio, porque ganhou uma bolsa de estudos e, além disso, usava uma conga (calçado tipo tênis daquela época e o mais desvalorado). A notícia se espalhou pela sala de aula e minhas amigas começaram a rir dela no recreio, dizendo que ela não poderia estar na nossa sala e nem naquele Colégio, porque era pobre, feia, tinha bigode e usava conga. E foi quando eu descia as escadas, no horário do recreio, que as ouvi implicando com a menina que estava sentada na ponta das escadas chorando. Não pude acreditar no que vi e ouvi, e indignada fui direto na minha velha amiga, que eu vi e ouvi falando essas coisas horríveis para exigir que ela pedisse desculpas pela mágoa que estava causando à nova aluna que chorava incansavelmente. Porém, a minha amiga, simplesmente me olhou e disse que não, porque não pediria desculpas para uma pessoa pobre. Então, nesse momento eu disse: e, eu.... não peço desculpas para uma pessoa que pensa que é rica e que pensa ser melhor que as outras. No que ela me perguntou: mas pedirias desculpas pelo que Mileny? Nesse momento, eu puxei o cabelo dela até onde eu podia e, respondi: por isso! E, fui embora, pai!

Depois de escutar a minha versão dos fatos, meu pai me disse:

- "Por ora vais cumprir tua suspensão, mas só te peço que, primeiro: vá com menos vivacidade, digamos, impetuosidade, falar com as pessoas quando deparares com um problema. E, segundo: jamais, Filha, jamais... podes deixar de servir e lutar pelo teu próximo, pelos fracos e oprimidos, pelas injustiças, pelo que acreditas? E, tudo o que aconteceu, eu te digo que é a qualidade de uma legítima líder! Não desistas, nunca! Pois, muitas "suspensões" poderão passar pela tua vida..., mas tente, sempre, transpôlas com ternura."

Olhei pra ele e concordei, pedindo para dizer só mais uma coisa que precisava fazer: queria fazer alguma coisa para deixar aquela menina, a nova aluna, feliz. Queria que comprassem uma conga para mim também. Lembro-me com muito carinho da reação do meu pai, que deu-me um



abraço mais gostoso e, nesse abraço, senti o perfume do aconchego dos seus braços. E, nesse instante, senti que entendia a generosidade que havia naquele meu coração infantil, embora tivesse uma atitude pugnaz. Por fim, ganhei a conga.

Esse episódio singular para mim, aliado a outros acontecimentos, deram as primeiras pistas do caminho que iria trilhar. E, na lembrança do perfume do abraço do meu Pai, sinto que era o cheiro do amor pela justiça, pelo direito que sentia e que foi me acompanhando em cada etapa da minha vida.

Um pouco menos impetuosa e, tentando agir com mais ternura, cresci sentindo o perfume do direito, acompanhando o trabalho em um Cartório Extrajudicial do meu avô paterno e de meu pai, presenciando meu pai, meus tios e amigos próximos da nossa família discutindo questões jurídicas, estudos e, inclusive, a luta por uma faculdade de Direito em Itajaí/SC. Esses momentos contribuíram para que, no alvorecer de minha juventude, eu já tivesse a certeza de que faria Direito e que queria advogar!

Advogar passou a ser o meu objetivo e, ainda, que não tivesse muito claro como faria, uma certeza eu tinha: queria contribuir para ver as pessoas jubilosas, felizes, realizadas, hilárias, ternas e em paz, com sapiência e justiça. Sentia que eram esses os sentimentos que me moviam, que direcionavam meu olhar, que construíam os meus sonhos... .

Hoje, quando nas recordações, olho o caminho já percorrido, eu entendo cada vez mais que, desde criança, eu vivia e sonhava com a possibilidade de fazer justiça e, agora, na maturidade da minha vida, entendo que vislumbrei no Direito, a possibilidade de promovê-la pelo exercício da Advocacia (deixando, totalmente, de lado, meu ímpeto infantil de puxar cabelos e atirar radinhos (atitudes que ficaram no passado e, hoje, são só mais uma daquelas histórias das peraltices de criança para pai e mãe contar e dar risadas, mas... se tivesse celular naquela época..., não seria o radinho a ser atirado e, nem seria só mais uma história de criança... seria mais um meme a viralizar na internet).

Acredito que a minha opção pelo Direito tem muito daquele perfume



que senti no abraço do meu pai, no conselho que aceitei de buscar a justiça, agindo com vigor, compaixão, ternura e empatia.

Nessa busca, segui lutando por tudo aquilo que entendi que precisasse da minha presença e que estivesse ao meu alcance, embora, por vezes, buscasse resolver, inclusive, o que parecia não estar ao meu alcance, dando o melhor de mim a serviço de quem precisasse. E acreditando que a cada passo no caminho que percorria, tornava-me, também, uma pessoa melhor.

No transcorrer dos anos, aquele sonho de criança aos poucos foi se transformando em realidade, tomando forma e corpo. Porque quando seguimos nossa verdade, apesar de os obstáculos no caminho, o resultado não pode ser outro, a não ser encontrar com a materialização desse sonho.

No ano anterior ao primeiro ano da vida acadêmica, antes mesmo de realizar o vestibular e passar para o Curso de Direito, tive a oportunidade de assistir às aulas de direito administrativo como aluna ouvinte. O meu interesse por tudo que envolvia o mundo jurídico, tornava-me muito curiosa em conhecer o que ainda não conhecia; ansiava saber desse universo. E, como uma coisa sempre leva à outra, a oportunidade veio por meio de um amigo do meu pai que ministrava aulas de Direito Administrativo na antiga Fundação/FEPEVI, atual UNIVALI: Dr. Álvaro Brandão. Uma tarde em sua casa, mencionei que iria prestar vestibular para direito, e ele fez o convite e, prontamente aceitei, passando, assim, a visitar a sala de aula de Direito Administrativo e conhecendo uma parte do Direito, pelo conhecimento das leis, das doutrinas e dos julgados, ensinados pelo brilhantismo desse professor.

Prestei vestibular e, no começo do ano de 1984, com 18 anos, ingressei no meu tão almejado Curso de Direito. Lembro que meu Professor de matemática, na época, Professor Armando, contou-me que eu havia passado entre os 10 primeiros colocados do estado do vestibular da ACAFE, o que para aqueles tempos tinha sua relevância.

Naquele mesmo ano, minha vida deu um salto, muitas mudanças ocorreram, pois além de passar no vestibular para Direito, casei e tive uma bebezinha. O que me faz lembrar que durante aquele primeiro ano de faculdade, meus colegas e amigos me ajudavam, colocando mais uma carteira para eu sentar, trazendo um café, um lanche, um copo de água, auxiliando-me nos trabalhos em grupo.

Recordo-me de algumas Pessoas, em especial, com quem eu podia sempre contar: Dr.James Henrique Castro de Souza, Dr.Alexandre Mussi Brandão, Dr.Virgilio Campigotto Junior, Dr. Jorge Aleberto Lima, Dra.Tania Cardoso, Dr. Arthur Wanderley Eble e Dra. Rosangela Visconti Ristow. Amigos desde o início do ano de 1984, e que, ainda hoje, posso contar!

Não foi só no período de gestação que minha filha participou da minha vida acadêmica, mas nos semestres seguintes, recebendo inclusive o nome de Manuela Fernanda por escolha da Professora Rosa Maria de Lourdes, professora de português do primeiro e segundo semestre da faculdade.

Durante o Curso de Direito tive professores brilhantes, e aulas de português, de contabilidade, de medicina legal, de sociologia e de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), matérias que hoje não fazem mais parte das disciplinas da matriz curricular das graduações.

Para quem nunca ouviu falar sobre a matéria de OSPB (na época da minha graduação, ministrada pelo professor Norton de Oliveira), vale registrar que era uma disciplina obrigatória no currículo escolar e no ensino superior no período militar e que foi considerada desnecessária nos anos seguintes, após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nas aulas de medicina legal, tivemos a oportunidade de investigar alguns cadáveres que havia na faculdade, em especial, para nosso curso, e, no estudo prático tivemos noções do direito criminal, ditas aulas eram ministradas pelo professor e médico Doutor José Eliomar da Silva. Confesso que era para mim, incrivelmente assustador e divertido ao mesmo tempo.

Nas aulas de português, ministrada pela professora Rosa Maria de Lourdes - uma mulher consistente e firme. Ainda no primeiro semestre, realizamos um Júri simulado, que teve como réu São Pedro (lembrando que aqui me reporto a São Pedro, um dos 12 apóstolos de Jesus, que apesar de ser um bom homem, negou Jesus três vezes antes do galos cantar). Na

função que me foi designada, consegui argumentos para condenar São Pedro pela morte de Jesus. E, não parei por aí: no segundo semestre, participei de mais um júri simulado, no qual o réu era Adolf Hitler, o líder Nazista. E, nesse caso, em outra função (auxiliando o advogado de defesa), conseguimos absolvê-lo. Atribuo tais feitos à minha dedicação aos estudos que, nas duas simulações, meu empenho e determinação contribuíram para obter o sucesso desejado na argumentação, buscando obter a melhor avaliação, porém, acabando por condenar um homem que, apesar de ter negado Jesus, todos sabemos que não cometeu o ato de matá-lo e, absolvendo a figura central do holocausto e protagonista da Segunda Guerra Mundial. Passados tais eventos, durante uma das aulas de português questionei em voz alta:

- Como que pude fazer isso? Condenar um santo e absolve um facista. Então, minha professora, Dona Rosa Maria de Lourdes, replicou:
- Mileny, tenhas consciência que tua vontade, teus esforços, carreados de conhecimento e visão, fizeram-te o instrumento certo para aquilo que foste escolhida e te propuseste. (Não sei se essas foram exatamente as palavras dela, mas foram essas que registrei em minha memória, entendendo seu real sentido).

Nos tempos da graduação, estávamos atentos a tudo o que acontecia em nosso país, nas universidades, na política, na cultura e ao que era possível termos acesso. Estudávamos as leis esparsas, os códigos, as doutrinas. Discutíamos e criávamos debates intensos para saber e conhecer o que estava prevalecendo e o que estava na iminência de mudar no cenário jurídico e, assim, íamos acompanhando os primeiros indícios das inúmeras transformações que começavam a acontecer na nossa nação brasileira. Lembro que havia um movimento contínuo que transcendia o que já estava consolidado em nossas leis, apesar de não ter a velocidade das informações e das mudanças que ocorrem nos dias atuais.

Professores, alunos, diretores, enfim, o universo acadêmico, vivia um momento de abertura política e viam a transformação da sociedade, com eleições diretas que escolheram um congresso constituinte em 1986. As discussões giravam em torno das propostas para a Nova Constituição que



foi promulgada, justamente, ano em que me formei.

Com a Constituição de 1988, nossa Carta Magna, garantiu aos cidadãos direitos e deveres individuais e coletivos, e uma nova consciência estudantil, de professores, de intelectuais, de artistas, educadores, esportistas, juristas e, também, de muitos movimentos populares que em ambiente democrático floresceram. Desabrochava, então, a esperança de uma nova era, com democracia e soberania popular.

As leis ordinárias tiveram que passar pelo crivo das normas constitucionais. Todo o ordenamento jurídico brasileiro teria que se adequar à nova Constituição, mas os códigos precisaram de um lapso temporal maior para acompanhar a mudança.

O Poder Judiciário passou, então, a ter um maior número de ações para solucionar os conflitos, pois, muitos assuntos necessitavam reexame e adaptação ao texto constitucional.

Surgiram novas ações, balizadas nos novos remédios constitucionais. A exemplo: o habeas data (do latim, que significa, que tenhas teu os dados), o mandado de injunção, o mandado de segurança, a ação popular, que proclamou a qualquer cidadão o direito legítimo de propor dita ação para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, a moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

A dimensão disso na época, e como tudo que nos circundava, foi delineando nosso direito, as ciências jurídicas, sociais e humanas, enfim, nossa trajetória histórica no direito e na advocacia.

Nesse período de profunda transformação no cenário político e jurídico brasileiro, comecei a advogar e, as mudanças foram significativas entre o que havia estudado nos anos da graduação e a realidade na organização e na forma de atuação no Poder Judiciário e nos órgãos públicos, em geral. E, nós, Advogados, tivemos que nos atualizar e aprender a pensar o Direito a partir da Nova Constituição e, não somente pelos Códigos. Fomos os primeiros a conhecer o novo, e precisávamos nos adaptar às novas diretrizes legais que exsurgiam. Seguimos, lado a lado com nosso código de ética, ou



seja, com independência, dignidade e profissionalismo.

No início dos anos 90, quando abrimos nosso escritório de Advocacia, plotamos o juramento do Advogado, para lembrar todos os dias, de defender nossa Constituição, recordar dos nossos objetivos, do nosso dever como profissional, da garantia dos direitos humanos e da justiça social e, ao final de tudo, defender com dignidade e independência quando no exercício da profissão.

Comecei a advogar, ajudando meu marido e advogado João Oscar em uma pequena sala, na Rua Do Convento, aqui em Brusque, como ajudante permaneci por um ano e meio, porque naquele período inicial só podíamos pagar uma OAB e, nossa escolha foi que seria primeiro a dele. Depois, quando consegui minha inscrição na OAB, decidi que iria trabalhar em outro escritório. Precisava e queria viver essa experiência e, assim, que manifestei essa vontade, minha amiga e colega Advogada e Professora, Raquel Schöning, acolheu-me, e começamos, então, uma parceria.

Naquela época, no início de nossas carreiras, as peças processuais eram datilografadas em máquinas de escrever, e as pesquisas eram realizadas em livros físicos, ou seja: nada de digitação em computadores e sites de pesquisas Google, Safari e outros ferramentas que facilitam essas atividades nos dias atuais, e que sequer faziam parte dos nossos sonhos, tampouco eram necessidades para o exercício da nossa profissão.

Os meus primeiros trabalhos jurídicos foram datilografados na máquina de escrever que ganhei do meu pai, herança do cartório que, tempos depois me presenteou com uma nova, dessa vez portátil, uma modernidade, pois eu poderia levá-la para onde bem quisesse.

Então, trabalhar em máquina de datilografar era mais ou menos assim: para elaboração de uma petição, colocava-se na máquina o número de folhas tanto quanto eram necessárias as cópias a serem protocoladas com a peça original. O trabalho de datilografar só começava, depois da elaboração do texto manuscrito. Nada de copiar e colar: tudo tinha que ser copiado e datilografando, letra por letra, palavra por palavra — ipsis litteris -: legislação, doutrinas e julgados que haviam sidos estudados e/ou



encontrados para aquele caso concreto. E, copiar, na época, significava ler e datilografar o texto e, com extrema atenção para errar o menos possível, para não correr o risco de perder todo o trabalho já datilografado em cada folha e, consequentemente, suas cópias. Consertar um erro de digitação, um acento esquecido, implicava apagar folha por folha, cada uma das cópias, com corretivo que, dependendo qual, fazia sumir não só o erro de datilografia, mas o papel... e, o jeito era começar tudo de novo e, os prazos correndo e, não constados em dias úteis. Uau! Era uma corrida maluca!

Lembro-me de que, quando era necessário responder a despachos, pareceres, períciais que não requeriam respostas aprofundadas, optava por responder de próprio punho, em cartório, emitindo ciência ao que fora determinado.

As intimações aconteciam também de forma muito diferente da que hoje vivenciamos: eram, somente, publicadas no Diário da Justiça impresso e, nós, advogados, assinávamos o periódico e com a ajuda dos estagiários, tínhamos que ler todos os dias e, quando encontrávamos uma intimação em nosso nome, recortávamos do diário e colávamos na ficha do processo correspondente. No nosso escritório, os processos eram organizados em fichas guardadas em ordem alfabética.

Felizmente, para mim e para o meu exercício da advocacia, esse tempo foi exíguo e passou. Em meados dos anos 90, consegui o meu primeiro computador: um XT com direito a um disquete com capacidade para 1,4Mb e, meus trabalhos passaram a ser produzidos de maneira mais célere e eficaz.

Recordo que, tanto, nós advogados como também, os funcionários, juízes e promotores, nos Fóruns, nos cartórios e assessorias, vivenciávamos, naquela época, nossas primeiras experiências com esse novo instrumento de trabalho: estávamos e, nem sei se nos demos conta disso, testemunhando, uma nova era. E, olhe, que não são tempos tão longínquo deste texto que hoje escrevo.

E, a primeira vez que tivemos um editor de texto no computador, nessa recém-chegada engenhosidade, o programa chamado FÁCIL, foi surpreen-



dente, e a adaptação intensa. Também veio a moderníssima impressora matricial que, para imprimir uma petição levava horas, ou seja, se tivéssemos prazo vencendo, melhor imprimir um dia antes ou chegar ao escritório, por volta das 7 horas da manhã, porque, aquela impressão iria, com certeza, até umas 4 horas da tarde, no mínimo. Aqui vivemos mais uma corrida contra o tempo... .

Muitas vezes, tínhamos duas ou três peças jurídicas para entregar no mesmo dia, então, a correria era mais intensa. Mas fomos nos adaptando àquela necessidade e criamos mecanismos, para não perder os prazos, afinal, já estava melhor do que antes e, esses acontecimentos foram nos levando para novos caminhos na advocacia, uma advocacia mais moderna, diligente e ágil.

Para fazer melhores pesquisas e estarmos mais bem atualizados, recordo que, muitas vezes, eu e João Oscar - meu marido e advogado - tempos depois quando voltamos a trabalhar juntos, tirávamos um dia para irmos à Florianópolis, à biblioteca do Tribunal de Justiça e, assim, conseguíamos aprimorar nossos conhecimentos jurídicos para arrazoar ou contra-arrazoar as ações que buscávamos garantir ou fazer cumprir um direito para os nossos clientes. Analisávamos os últimos julgados catarinenses e copilávamos as jurisprudências que nos serviam.

Em Brusque, no Fórum da Comarca, tínhamos os livros de jurisprudências, porém, eles eram limitados. Demorava 3 (três) a 4 (quatro) meses para chegarem os últimos números e as atualizações. E, tudo que precisávamos, tínhamos que reproduzir cópias, na máquina copiadora, popularmente, conhecido como xerox. Depois, no tempo que já tínhamos os disquetes, as pesquisas já podiam ser realizadas nos computadores que disponibilizavam conteúdo jurisprudencial. Mais tarde, surgiram os CDs dos Tribunais e, para os escritórios eram vendidos como peças de ouro.

Por outra banda, mas também na mesma trilha, quando queríamos buscar a atualização das legislações, íamos para Florianópolis, na Assembleia Legislativa do Estado, que tinha e sempre teve ligação direta com o Senado Federal, em Brasília, departamento acessivel a todos que desejassem. Lá,



tínhamos acesso imediato ao novo e, essas possibilidades que buscávamos nos tornou vanguardistas na advocacia naqueles tempos. As leis eram pequisadas por assunto, e permitia estar sempre atualizados e conhecimento jurídico necessário à nossa atuação profissional.

Sem essa entrada direta e eficaz, o que tínhamos em mãos era simplesmente baseado nas leis contidas nos livros que, muitas vezes, demoravam a trazer as mudanças, e ao ter ingresso ao repositório de leis do senado, tínhamos o frescor das atualizações em primeira mão.

Inobstante, todos os esforços, por óbvio que, em algumas demandas judiciais não vi garantido ou reconhecido o direito do meu cliente; mas isso, também faz parte do exercício da advocacia que, na interpretação da norma jurídica, buscando aplicá-la ao caso concreto.

Foi nesse trabalho infindável do dia a dia da advocacia, que tive a sorte de contar com pessoas que, nesse ofício, dispuseram-se a estar comigo: advogados, estagiários, colegas, amigos. Muitos foram os que comigo trilharam esses inúmeros dias de exercício desse mister, fazendo a diferença em cada trabalho, em cada situação que surgia. No início da advocacia, contei com a ajuda e parceria dos meus prezados amigos e colegas que muito contribuíram com seus trabalhos e com suas nobres vontades de fazer da advocacia o melhor instrumento de justiça.

Minha, sempre, amiga, infatigável e arrojada, Lilian da Silva Mafra, que com sua organização e amor pelo trabalho, foi parceira incansável de trincheira e meu nobre amigo Arthur Otto Niehbur, com seu tato ímpar em lidar com as situações que surgiam. Por primeiro, cabe lembrar quando eu e Lilian Mafra iniciamos nossas atividades advocatícias juntas, no escritório da Raquel Schöning, onde atuamos por aproximadamente um ano. Passado esse ano resolvemos abrir nosso próprio escritório, na Rua Rodrigues Alves, dando início a mais uma nova etapa no exercício da advocacia. Reformamos o espaço, compramos todos os móveis necessários com a indispensável ajuda da empresa ASCRIL, por meio de seu proprietário, Seu Américo, que se dispôs a fazer todos os móveis necessários para o escritório, em infinitas parcelas, dizendo-me, assim: - "Podem fazer o pag-



amento parcelado em quantas vezes precisarem, pois, não tenho dúvida alguma do empenho, do trabalho e da competência de vocês para realizarem esse sonho de advogar". Obrigada, Seu Américo, jamais esquecerei disso! Nossa equipe naquele escritório da Rua Rodrigues Alves era: eu e Lilian atuando como advogadas e, contávamos, na época com a empenhada Vanessa Diegoli como estagiária e com a valorosa Rosana Bianchini, como secretária. E, assim, nasceu o primeiro escritório de advocacia de Brusque, com uma equipe formada, exclusivamente, por mulheres. Desde o primeiro dia de trabalho no nosso escritório, decidimos fazer as coisas valerem, então cobrávamos a consulta e recebíamos o necessário para as pequenas despesas do escritório. Nesse escritório, tivemos ações que nos renderam imediatos honorários e outras nem tanto, mas percebemos que poderíamos conquistar espaço e viver de nossa escolhida profissão. Nesse tempo, nossas dúvidas e discussões judiciais se davam além de o escritório, tínhamos como todos os advogados, da época, acesso aos gabinetes das promotorias e dos juízes, que nos recebiam de portas abertas e abriam espaço para o conhecimento em comum e, assim, desvendamos o que rezavam as leis, as doutrinas, os julgados.

E, as ações eram marcos de um aprofundado e respeitado estudo, destaco aqui, meus caros Dr. Eroni Salles (Promotor de Justiça, in memoriam) e Dr. Carlos André Moreira (Juiz de Direito). Homens que distribuíam seus conhecimentos sem temor.

Tempos depois, eu e Lilian fizemos uma parceria com o escritório do João Oscar Krieger Merico, meu marido e advogado (e há muito lhe disse que se precisasse de um advogado, o contrataria) e, ali começamos mais uma etapa.

No escritório Merico Advogados foi que meu querido amigo Arthur Otto Niehbur (Queco) foi trabalhar em parceria conosco. Trabalhamos por anos juntos, nosso trabalho era ímpar, de uma lisura e sensatez única. Contamos com a competência do Queco até sua após aprovação no concurso público e, resolvendo seguir o seu destino, assumiu o cargo de Escrivão Eleitoral e, atualmente, exerce suas funções na cidade de Campos Novos.



Outros vieram estar conosco, e o conhecimento adquirido era compartilhado. Os anos foram passando, e hoje posso vê-los, atuantes, intrépidos no mercado de trabalho, sinto que eles são minha maior riqueza e meu maior orgulho desses anos de advocacia. Dentre eles posso citar: Meu caríssimo e diligente Rafael Dominoni nosso braço direito por mais de 11 anos; Simone Moser, Márcio Cruz, Aretuza Mafra, Sheila Carvalho, Angela Maria (advogada trabalhista em Lages), Tiago José Volpato, Mariangela Maciel, Kátia Cabral, Meról, Cleiton, o dinâmico e efetivo Rafael Niebhur Maia, Jordana Staack Ristow (a menina que se tornou uma atuante da advocacia e, que, há um tempo me perguntou se poderia trabalhar comigo, alegando que gostaria de ser como eu). Creia, Jordana, você foi além de meus exemplos, tornando-se uma profissional do direito atuante e diligente. Eduardo Imhof, o arrojado Duda, Bruno Kael Pedroso, o melhor dos descritores que já ouvi, intrépido e incansável. Alessandro Simas, que resolveu seguir a vida pública em nossa cidade; Rafaela Groh, distinta e cristalina em cada ato e peças que escreve. Luana Ellwanger Macher sagaz e combativa, uma guerreira em defesa do ser humano. O jovem Lucas Becker, que esteve em um curto espaço tempo conosco, mas deu o melhor de si. Cito esses que nos apoiaram e se dedicaram, comprometidamente, a mim e ao João Oscar, ao escritório e aos trabalhos que juntos realizamos. Hoje os vejo como profissionais atuantes e eficazes no caminho que escolheram seguir.

Atualmente, contamos com a total ajuda, de Janaína Augusta Rosa da Silva, essa estagiária que em breve estará atuando como advogada. E também, com o auxílio incansável, de nossa guardiã, vigilante e audaz do escritório, Maria Arceli Gianesini, uma mulher obstinada e ativa que, há mais de 10 anos, é nossa secretária.

Juntos, pautamos nossos trabalhos na defesa daquilo que acreditamos, em uma troca infindável de conhecimento, discutindo cada demanda, cada petição, cada contestação feita e revisada. Cada peça criada.

A eles só tenho a agradecer, e como mencionei a um deles ao vê-lo atuando:

- "Ao te ver atuando meu coração se encheu de alegria e meus olhos, de



lágrimas". Assim os tenho.

Cada um deles que mencionei de uma forma ou de outra sempre me ajudou no desafio de ser uma mulher advogada, pois, equilibrar os objetivos profissionais e as obrigações familiares nunca foi tarefa simples, porque, nessa profissão estamos cercadas de tensões, e paralelo a isso, temos nossa familia, nossa casa, enfim, nossa vida pessoal, e tudo precisa estar minimamente equilibrado, para obtermos os resultados positivos que buscam com nosso trabalho.

Diante das minhas contradições, medos e incompatibilidades, percebi por muitas vezes uma exaustão, porém, com o tempo pude ver e entender que tudo isso me levou a novas experiências, novos caminhos, novos aprendizados, que acabaram me tornando uma profissional, uma pessoa ainda melhor, como membro de família e não como uma mulher de obrigações familiares.

Fui me vendo mais resoluta, empática, determinada, eficaz, poderosa (descubra em si, que todas nós somos poderosas, e tudo mais que desejarmos). E em cada caso, cada situação que surgia, um desafio se deslumbrava diante dos meus olhos, na certeza de uma solução fecunda e concreta.

A sensatez tomou o lugar da exaustão e do medo. Mas como isso foi se tornando real? Atendendo e cuidando de forma paciente de mim, do meu psicológico, do emocional, do físico e do material. Assim, o equílibrio aliado à maturidade foi surgindo, e a partir daí pude obter as ricas e infinitas respostas para minha vida pessoal e profissional. Comecei, então, a viver essencialmente como mulher, mãe, amiga, irmã, ativista, guerreira e advogada sem jamais quebrar, mas sabendo sim a hora de dobrar.

Nessa linha de pensamento, lembro-me, inclusive, de uma frase de um artigo de jornal em que escrevi para o jornal da OAB, que dizia mais ou menos assim: "Como mulheres sabemos perfeitamente como nos manter erguidas, e sem dúvida sabemos por vezes nos vergar, porém, jamais quebrar".

Quero e sempre quis um mundo melhor, e sei que a mulher tem o poder, o conhecimento e a sabedoria que a leva em direção a esse lugar melhor,



onde o ser humano é respeitado por ser um ser humano, sem preconceito, intolerância, hostilidade ou discriminação.

Assim, vim lutando pelos direitos das mulheres em nossa cidade, fazendo inúmeras palestras em associações, ação social, clube de mães, conselhos, escolas, faculdades, para onde era convidada, lá eu estava! Levando conhecimento para muitas mulheres sobre seus direitos e garantias legais e constitucionais, e lembrando-as de suas habilidades, de suas capacidades, de suas lutas, de suas maestrias, do seu real poder.

Também participei por anos de organizações não governamentais, como Centro de Direitos Humanos, Clube Soroptimistas, na qualidade de integrante da Diretoria da Subseção de Brusque da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB do Conselho de Assistência Social e, como conselheira, no Conselho Antidrogas. Enfim, espaços nos quais tive a oportunidade de criar e apresentar projetos para serem apreciados por autoridades locais e estaduais, com o objetivo de obter respostas eficazes e solucionadoras, para as mulheres que não tinham e não sabiam quais eram seus direitos e como efetivá-los. Cabe lembrar e trazer mesmo antes do surgimento da Delegacia da Mulher, em companhia de mais algumas mulheres, eu na qualidade de advogada representando o Clube Soroptimistas de Brusque e; elas, como representantes de outras organizações não governamentais - Ana Beatriz Baron Ludvig e Eudez Pavesi, minhas caras amigas de peleja - efetivamos um abaixo-assinado, pleiteando as autoridades estaduais a Delegacia Especializada da Mulher em Brusque, e nessa execução atingimos aproximadamente 7 mil assinaturas

E, com um time de mulheres empoderadas que ia além de nós três, investidas de poder e boa vontade, alugamos uma sala para ter um espaço, onde as mulheres pudessem ir e denunciar condutas agressivas contra si mesmas, conhecer seus direitos e de seus filhos, ter auxílio psicológico e médico, conhecer como proceder quando violadas e subjulgadas em seus direitos, porque até então, não tinham onde denunciar, nem aonde se socorrer. Cito, algumas das profissionais que estavam nesse time: Denise Barbosa, Dra. Rose (Delegada na época), Leca (uma das protagonistas da con-



quista da Delegacia da Mulher), Lia Prado como psicologa, Gladis Merico Carneiro, Maria Aparecida Belli, Rosiclete Comandolli entre outras bravíssimas mulheres empoderadas. Também elaboramos debates nesse espaço, onde mulheres cidadãs de Brusque podiam obter informações e ser acolhidas e ouvidas e orientadas, não ficando à margem da sociedade. Íamos às ruas distribuir panfletos contra a violência doméstica, pedindo para que as mulheres denunciassem a violência que sofriam, informando-as de que existiam garantias legais contra violação de direitos físicos, emocionais e psicológicos.

Foi uma idealização que aos poucos foi sendo desenvolvida e ganhando corpo. Percebemos, mais do que nunca, que com nossa força e persistência podiamos, sim, ensinar e mostrar a outras mulheres, àquelas que a sociedade ignora, seu empoderamento como mulher, como um ser humano.

A força que existia em cada uma de nós, unidas, consequentemente, canalizou para tornar melhor o mundo de muitas outras mulheres.

Tudo isso aconteceu antes de a Lei Maria da Penha, a qual só foi sancionada e entrou em vigor no ano de 2006, editada, especificamente, para coibir atos de violência doméstica contra a mulher. E, em meio aos trabalhos que realizamos, apesar de as adversidades, conseguimos proporcionar muitos momentos de realização com mulheres carentes de seus direitos; momentos regados de alegrias, em que elas puderam apresentar não somente suas dúvidas e seus medos, mas também, sua arte, suas obras, sua cultura.

No espaço locado, elas puderam apresentar em exposição suas habilidades, como artesãs, costureiras, artistas plásticas, e outras, e por esse viés também eram valorizadas por serem mulheres e com capacidades, que podiam ser artistas, mães, profissionais e tudo que quisessem e se dedicassem a fazer, agora com uma nova perspectiva, fundamentada na garantia e proteção constitucional de ter direitos iguais aos dos homens, e que deviam e podiam fazer valer!

E, foi anos depois, no ano de 2009, que a Delegacia da Defesa Mulher foi instalada em Brusque. Tal fato se deu diante da grande pressão da so-



ciedade civil, polícia civil e lideranças politicas durante todos esses anos (aproximadamente uns 20 anos).

E, na reunião que definiu a instalação da Delegacia da Defesa da Mulher com o Secretário de Segurança na época, Ronaldo Benedet, eu na qualidade de advogada e membro do Clube Soroptimista em companhia de outras mulheres representantes de outras ONGs, estávamos presentes e, com muito orgulho, pude ver o cumprimento dessa parte da história de combate à violência contra as mulheres e, para a qual, como mulher e advogada brusquense ajudei a concretizar.

Ao longo de todos esses anos do exercício da advocacia, em Brusque, acompanhei muitos avanços em relação aos direitos de igualdade, e também nas questões de gênero. Porém, tenho plena consciência de que, ainda, temos muito a conquistar e discutir, pois precisamos saber o que fazer, e o queremos como mulheres que, ainda e, facilmente, somos coisificadas pelas mídias - internet, TV e, toda espécie de difusão de informação -. Temos que (re)descobrir e fortalecer nosso empoderamento, e canalizá-lo para sabermos reconhecer o que queremos e, para reconhecermos as razões que nos levam, ainda, permitir que nos tratem de forma menos valorosa do que a um homem.

Alice Walker, poetisa e ativista feminina, certa vez disse: A FORMA MAIS COMUM DAS PESSOAS DESISTIREM DO SEU PODER É PENSAREM QUE NÃO TÊM PODER. Então cabe lembrar: você tem PODER!

Recordo com carinho que, no ano de 2004, fui agraciada pelo trabalho em prol da defesa dos Direitos da Mulher, com a Comenda Antonieta de Barros, pela Assembleia Legislativa Estadual, por indicação do nobre Deputado Estadual e amigo Paulo Roberto Eccel.

A comenda Estadual Antonieta de Barros é, em geral, brindada a pessoas que se dedicam e se destacaram nas causas das mulheres. Antonieta de Barros foi uma jornalista, professora, uma política brasileira, uma ativista, defensora da emancipação feminina, em especial, a mulher negra em Santa Catarina. Foi um marco na minha história pessoal e profissional, pelo



reconhecimento do meu desempenho e conquistas alcançadas pela causa que me propus trabalhar, que foi além de a advocacia do escritório.

E, por consequência, todo esse trabalho influenciou o exercício da minha atuação como advogada, direcionando minha atuação profissional, mais, efetivamente, para o Direito de Família.

Assim, durante um longo tempo nessa jornada, participei ativamente na sociedade como defensora dos direitos da mulher, como advogada de oprimidos, de homossexuais e prostitutas, como membro da política local e como presidente de partido político. Também fui funcionária da Procuradoria Geral de Justiça, assumindo vaga de um concurso que havia passado antes de concluir a graduação em Direito: na época, havia somente três vagas para o cargo no Estado de Santa Catarina. Mas essas são outras histórias que requerem outros momentos oportunos.

Advoguei em tempos que se conseguia parar o avião, por conta de um prazo... . Dos inúmeros casos que guardo na memória, referente à minha atuação como advogada, segue esse que entendo um dos mais emblemáticos: tratava-se de uma Ação Popular, na ocasião, extremamente acalorada e acirrada que, atuando como advogada fiquei em uma situação melindrosa, ou seja: do dia para noite precisava engendrar um recurso para o Supremo Tribunal Federal -STF-. Passei a noite adentro acordada, escrevendo e tendo a madrugada como companheira. Terminei tal recurso por volta de umas 5 horas da manhã, e já com a passagem aérea comprada para aquela mesma manhã, tinha que imprimir o trabalho daquela noite, tomar uma "ducha fria" e seguir, imediatamente, para o aeroporto de Navegantes. Saímos de Brusque, eu e João Oscar - esse companheiro incansável - e eis que, quando chegamos à saída de Brusque para a BR - 101, para meu temor, o trânsito estava parado devido a um imenso congestionamento que ali se instalara. Nos dirigimos ao posto da Polícia Federal da entrada de Itajaí, onde expliquei a urgência da situação, pedindo que ligassem para o aeroporto solicitando que, devido ao imprevisto, que o voo não decolasse antes de chegarmos, começando, mais uma corrida alucinada. Por certo que chegamos ao aeroporto com atraso e, enquanto o João Oscar estacionava o carro eu corria até o balcão da empresa aérea para fazer o check-in e,



dizendo em voz firme e em alto tom: SEGURA O AVIÃO...! EM MINHA CIDADE, MUITAS PESSOAS DEPENDEM DE MIM NESSA CAUSA! PRECISO TRAZER UMA RESPOSTA PARA ELES! TENHO QUE EMBARCAR! Quando me aproximei do balcão de atendimento, fui informada, então, pela atendente, que eles tinham esperado o máximo de tempo que podiam, mas infelizmente, o avião já estava com as portas fechadas e, os procedimentos de partida já tinham sido iniciados. Insisti, explicando que, muitas pessoas dependiam de uma resposta, e que o prazo do recurso dependia de estar em Brasília, ainda naquele dia. Acredito que a firmeza do meu apelo motivou a atendente a pegar o rádio e fazer a comunicação diretamente com a gabine, informando da nossa chegada e da urgência da situação. E, para meu grande alívio, ouvi o silenciar das turbinas do avião e, em 5 minutos estávamos embarcados rumo a Brasília.

Uma fala final para a atual e futuras gerações da Advogacia e, principalmente, às Mulheres Advogadas! Neste pouco espaço que escrevo minha história, quero aproveitar para dizer que vale sim! Vale engalfinhar-se e empenhar-se, por aquilo que queremos e que nos propomos a fazer. Vale muito combater, mas também agregar.

Sejamos honestos, estamos em tempos que há uma dessensibilização humana, apontando diretamente para um judiciário virtual, de uma advocacia rivalizada, em que a palavra falada perdeu sua força, e a empatia esmoreceu. Estamos engessados a números processuais e peças virtuais

Porém, creio que apesar de as dificuldades, vivi uma era de ouro da advocacia. Tempos que nossa paixão, nossa força, nosso coração pulsavam em nossos atos, em nossas vozes. Tempos que o papel brindava nosso combate e nossas razões legais... . Mas, acredito, também, que podemos e devemos continuar trilhando caminhos que tragam possibilidades para que, além deste universo tecnológico atual, possa, ainda emergir nosso lado humano, destemido e apaixonado pela advocacia.

Cuidemos para que, nossas causas não se tornem, apenas, mais um número de processo. Que continuemos a garantir e proteger o direito de cada pessoa que do nosso serviço precisar e que vier a acreditar na nossa capacidade profissional. Que nunca esqueçamos de nos perguntarmos,



sempre, antes de cada demanda que formos atuar:

Estou atuando como gostaria que estivessem atuando por mim?

É essa a defesa que quero para mim?

É esse combate que vai me tranquilizar?

Caso, a resposta seja sim, continue.

Caso a resposta seja não, revise como pode fazer melhor, seja empático, compassivo, e jamais esqueça que nosso trabalho é o porto seguro, a mola mestra da Justiça.

Nós arrazoamos, nós contra-arrazoamos, e como advogadas e advogados podemos conceber uma vida melhor em uma sociedade. Lembrando que conhecimento é transitório, padece de mudanças constantes conforme cada tempo, lugar, cada caso e a cada pessoa.

Portanto, inove, oportunize, analise, se esforce, se refine, transforme, se rebele, conceba possibilidades sólidas e efetivas, redescobrindo as virtudes e as benesses do exercício da advocacia, sendo advogado ou advogada.

Finalizo dizendo às minhas caras Amigas deste projeto, desta obra:

Obrigada a cada uma de vocês, advogadas que subscritam comigo este livro, obrigada por eu poder fazer parte desse momento, dessa história, na qual cada uma a seu modo, sem perceber, foi também uma inspiração para mim, no percurso de minha carreira, de minha caminhada até aqui.

Assim, agradeço uma a uma,

Adriana Bina, nossa mentora da ensinança,

Andrea Maria Vieria Bleyer Schlindwein, a capitã da afabilidade,

Cristiana Guérios, a dinâmica e prática do dia a dia,

Raquel Schöning, a sempre guardia do conhecimento,

Regiane Moresco, a incansável guerreira pertinaz,

Rosana Letzov, a trabalhadora obstinada,

Rosangela Ristow, o exemplo do equilíbrio intrépido,

Sandra Mara da Silveira, a voz pertinente e

Taciana Mafra, a alquimista da sapiência.

Esses são os poderes que vejo em cada uma de vocês.

Vocês são exemplos de Mulheres e Advogadas em nossa Sociedade.

MILENY TRUPPEL MERICO – OAB/SC. 10.023



"O saber se aprende com os mestres. A sabedoria, só com o corriqueiro da vida."

Cora Coralina



Rosana Letzov

A autora é natural de União da Vitória/PR. Graduada em Direito pela FEPEVI (atual UNIVALI), na data de 08/12/1984. Inscrita na OAB/SC na data de 25/10/1985, recebendo o número de registro de 4986. Advoga em Brusque desde 1987, completando 37 anos e é especializada em Direito do Trabalho.



CAPÍTULO 2 Andrea Maria Vieira Bleyer Schilindwein

A Autora é natural da cidade de São Joaquim/SC, Graduada em Direito pela FEPEVI – Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí-SC – hoje Univali, na data de 11 de dezembro de 1987, inscrita na OAB/SC na data de 18/07/1990, recebendo número de registro 6424, e atua como advogada corporativa em Brusque há 31 anos, pós-graduada em Direito e Negócios Internacionais.





Rosangela Visconti Ristow

A autora é natural de Brusque / SC. Graduada em Direito pela UNIVALI no ano de 10/08/1988. Inscrita na OAB/SC com o número de registro 6.775. É sócia fundadora da ODR — Olinger, Diegoli e Ristow Advogados Associados SC, atuando há 32 anos na advocacia brusquense.





CAPÍTULO 4

Regiane Maria Soprano Moresco

A autora é natural de Rio Negro /PR. Graduada em Direito pela UNIVALI no ano de 1991. Inscrita na OAB/SC com número de registro 8.009. Nesse ano de 2021 completará 30 anos de atuação como Advogada em Brusque.





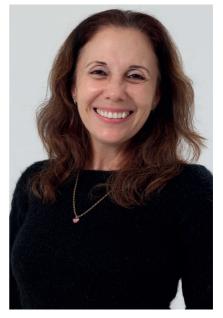
Raquel Schoning

A autora é natural de Brusque, SC. Graduada em Direito pela FURB, na data de 22/02/1992. Inscrita na OAB/SC na data de 18/5/1992, recebendo o número de registro de 8.153. Atua como Advogada em Brusque há 29 anos, com especialização em Direito Civil pela FURB, Direito Constitucional pela UNIFEBE. Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI.



CAPÍTULO 6 Adriana Bina da Silveira

A autora é natural de Bagé/RS. Graduada em Direito pela FURB, na data de 22/02/1992. Inscrita na OAB/SC na data de 26/06/1992, recebendo o número de registro 8.199. Atua como Advogada em Brusque desde 1992, completando 29 anos e 27 anos como professora universitária. Possui especialização em Direito Civil e Mestrado em Ciência Jurídica, ambos pela UNIVALI.





Sandra Mara Silveira

A autora é natural de Curitiba-PR. Graduada em Direito pela FURB, na data de 13/02/1993. Inscrita na OAB/SC na data de 22/06/1993, recebendo o número de registro 8789. Atua como Advogada em Brusque desde 1993, há 28 anos. Possui especialização em Direito Processual Civil.



CAPÍTULO 8

Taciana Maisa Aguiar Mafra

A autora é natural de Brusque/ SC. Graduada em Direito pela UNIVALI, na data de 04/ 12/ 1993. Inscrita na OAB/SC. na data de .17/05/1994, recebendo o número de registro 9.344, e atua como Advogada em Brusque há 27 anos, com especialização em Direito Civil e Direito Processual Civil.





Cristiana Melo Martiniuk Guerios

A Autora é natural de Nova Rio Iguaçu, de Janeiro. Direito pela Graduada em extinta Faculdade de Direito de Curitiba, atual Unicuritiba, em 14/07/1990. Inscrita na OAB/ SC em 20/03/1995, recebendo o número de registro 9.845. Atua como Advogada há 31 anos e em Brusque há 16 anos. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina.



CAPÍTULO 10Mileny Truppel Merico

A Autora é natural de Itajaí/ SC. Graduada em Direito pela FEPEVI (atual UNIVALI), na data de 10/12/1988. Advogada inscrita na OAB/ SC, sob o número de registro de 10.023/SC., no ano de 1995. Advoga 26 anos em Brusque e é especializada em Direitos Humanos da Mulher.



